

NOVEMBRO ■ DEZEMBRO/2001 ■ JANEIRO/2002 N°63 R\$ 8,00

# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E

ENTREVISTA  
Miguel Urbano  
**Os bárbaros modernos  
e a ordem neofascista**



Afegãos em campo  
de Refugiados no  
Paquistão

# EUA CONTRA OS POVOS

As agressões e intervenções armadas dos EUA marcaram o século XX, e os atentados de 11 de setembro serviram de pretexto para novos ataques, concentrados numa região vital para os interesses geopolíticos norte-americanos: a Ásia Central e suas enormes jazidas de petróleo e gás natural



## Há mais de 8 anos, Belo Horizonte escreve a sua história com participação popular, democracia e qualidade de vida.

Há mais de 8 anos, a população de BH decidiu por uma Prefeitura onde todos participam e que tem como maior objetivo a qualidade de vida da população e a realização de políticas que transformem o atual quadro social do país. Hoje, a Prefeitura reafirma as conquistas da cidade ampliando e garantindo todas as políticas sociais e obras que estão mudando a vida de milhares de pessoas. No Orçamento Participativo, a Prefeitura já entregou mais de 600 obras escolhidas e fiscalizadas pela população. Atualmente vem realizando importantes obras estruturais como o vertedouro da Pampulha, saneamento de córregos, construção de novas estações do BHBUS e entrega de 4 mil moradias para a população de baixa renda. Na área de transportes, a Prefeitura implantou a licitação pública para empresas de ônibus e atua de forma eficaz no enfrentamento do transporte clandestino. Nas políticas sociais, Belo Horizonte escreve uma história diferente. Programas como Abastecer, Bolsa-Escola, Projeto Miguilim e diversos outros garantem esperança e vida digna para milhares de pessoas. E o mais importante, com estas políticas e com ações concretas como o convênio com a Polícia Militar e a criação dos Conselhos Populares, a Prefeitura trabalha para garantir mais segurança, conforto e tranquilidade em todas as regiões da cidade. É com transparência e honestidade administrativa que a Prefeitura fica cada vez mais perto da população e mostra para o Brasil que com vontade política e participação popular poderemos escrever um futuro melhor para todos.



**PREFEITURA BH**  
TRABALHO PELA VIDA



# Presidente dois em um

O PRESIDENTE Fernando Henrique Cardoso encarnou um velho personagem em sua recente viagem ao exterior, e desempenhou o mesmo papel de presidente dois em um de Jânio Quadros durante seu curto mandato, em 1961: faz uma política de direita dentro do país, e defende teses progressistas no exterior.

Seus discursos na França e na ONU indicam pontos de divergência com os grandes do mundo, sem opor-se a eles de frente, pois, para FHC, o problema da globalização é a forma como é posta em prática.

Na Assembléia Nacional Francesa, em 30 de outubro de 2001, ele foi aplaudido; o discurso repercutiu bem na imprensa chapa branca brasileira, embora conflite, em todas as letras, com o que faz no Brasil desde o primeiro mandato. Apenas quem só vê a figura glamourosa do presidente e desconhece a vida dura que seu governo impõe ao povo brasileiro pode acreditar na existência do estadista por ele ali representado. Disse que a crise pode ser fértil e favorece a mudança, expandindo “as fronteiras do possível”. Insistiu na defesa do livre comércio como caminho para a riqueza das nações; falou em controlar, não os fluxos financeiros, mas a instabilidade que eles causam; clamou – ora vejam! – contra as “distorções e abusos do mercado”; fez uma defesa canhestra do papel do Estado na promoção das mudanças; quer a atualização e adaptação à realidade do século XXI das “instituições da governança internacional”; defendeu o respeito aos Estados e às nações em um “novo contrato internacional” baseado na “ética da solidariedade”.

Havia um tom contra o hegemonismo norte-americano, grato aos franceses. Seu clímax chama à luta por “uma nova ordem mundial que reflita um contrato entre nações realmente livres, e não apenas o predomínio de uns Estados sobre outros, de uns mercados sobre outros”.

Na abertura da 56ª Assembléia Geral na ONU, no dia 10 de novembro, ele repetiu a dose. Reivindicou uma vaga para o Brasil no Conselho de Segurança, e maior presença nas decisões internacionais. Pregou uma “Rodada do Desenvolvimento” nas negociações sobre comércio que ocorrem em Doha, no Qatar; condenou o protecionismo dos países ricos; ameaçou quebrar patentes de medicamentos; defendeu a criação do Estado palestino; combateu os paraísos fiscais; reconheceu que há “um mal-estar indisfarçável no processo de globalização”, que “tem ficado aquém de suas promessas”; pediu mudanças no comércio mundial, com “maior acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados mais prósperos”.

Tudo isso é fruto de um contraste entre duas políticas: uma retórica; outra, real.

O mundo é regido – como os norte-americanos sabem melhor do que ninguém – por interesses e não por declarações de boa vontade, uma verdade palmar que, reiteradamente, FHC desconsidera. Justo ele, cujo governo foi o *bom aluno* das agências internacionais e dos países ricos, sem alcançar os benefícios prometidos. Defender, como ele faz, apenas a *expansão das fronteiras do possível* é pouco – o possível está dentro da ordem, e é preciso romper com ela, defender aquilo que parece impossível e lutar por ele.

FHC foi um dos principais defensores, no mundo, da ordem neoliberal. Outro arquiteto deste mundo injusto e desigual, o norte-americano Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia deste ano, economista-chefe do Banco Mundial de 1997 a 2000 e ex-conselheiro econômico do presidente Bill Clinton, diz que a “liberalização comercial foi criada para os países ricos” e “contribuiu para a degradação das economias de muitos países em desenvolvimento”. E desmascara o argumento de que a globalização foi uma imposição da modernidade: “Nós liberamos os serviços financeiros para agradar a Wall Street”, política imposta aos demais países sem a comprovação “de que a liberalização financeira beneficia o crescimento econômico”.

Essa é a voz da realidade, contra a candidez hipócrita e propagandista dos deslumbrados modernizadores de nosso tempo.

*Comissão Editorial*



## Brasil

### O Brasil precisa de um ciclo de desenvolvimento e progresso social

*A derrota do pacto político dominante e a vitória de um governo baseado em novas forças políticas e sociais, interessadas na reconstrução nacional, está na ordem do dia.*  
Renato Rabelo pág. 6

## internacional

### A guerra norte-americana ameaça os povos

*A estratégia imperialista se confrontará com a esmagadora maioria das nações.*  
José Reinaldo Carvalho pág. 10



Miguel Urbano Rodrigues.

## entrevista

Miguel Urbano Rodrigues:  
Estados Unidos – os bárbaros modernos e a ordem neofascista pág. 15

## internacional

### Tendências da situação internacional

*Embora os EUA se aproveitem da atual guerra para reforçar a ordem unipolar, há razões objetivas que sinalizam para a multipolaridade.*  
Haroldo Lima pág. 21



Wall Street.

### A crise na Ásia e o conflito no Afeganistão: a questão do terrorismo

*Os atentados terroristas e as ações norte-americanas contra os povos.*  
Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho pág. 28

### Elementos sobre a crise econômica dos EUA

*Uma avaliação retrospectiva da economia norte-americana, do final da II Guerra à crise atual.*  
Luiz Gonzaga Belluzzo pág. 33

## Brasil

### Centro de Lançamentos de Alcântara: patrimônio nacional

*Por que os norte-americanos pretendem controlar parte de nosso território?*  
Marize Campos pág. 40





Movimento de 1935 (Natal).

## história do Brasil

### Condições históricas do surgimento do Partido Comunista do Brasil

*Seu surgimento enraiza-se nas lutas de uma classe operária ainda em formação, sob a influência da Revolução Russa de 1917.*

José Carlos Ruy

pág. 46

### Partido Comunista do Brasil (1935-1943)

*Da insurreição de 1935 à Conferência da Mantiqueira – um período de resistência.*

Diorge Konrad

pág. 51

## debate

### Sobre o conceito de proletariado em Marx: situando um debate

*O trabalho produtivo é elemento essencial para a definição de proletariado? Sob as chamadas novas tecnologias acentua-se a extração de mais valia?*

*A classe operária aumenta ou diminui?*

Nereide Saviani

pág. 56

### Apontamentos sobre o proletariado (parte I)

*Os fundamentos econômicos que colocam o proletariado na condição de força principal da superação do regime burguês.*

Dilermando Toni

pág. 64



Sebastião Salgado

Linha de produção

## ciência

### A reforma do Sistema Nacional de Ciência & Tecnologia

*O governo FHC pretende adequar e blindar também o setor contra eventuais mudanças de um novo governo.*

Fábio Palácio de Azevedo

pág. 69

## universidade

### Mudanças nas relações sociais de produção nas universidades

*O capital passa a ditar os rumos do desenvolvimento científico, cultural e artístico para garantir a manutenção de seus lucros.*

Beatriz Couto

pág. 75

resenha      **pág. 80**

cartas      **pág. 82**

Capa: Flávio Nigro



# O Brasil precisa de um ciclo de desenvolvimento e progresso social

Renato Rabelo

*O país necessita romper com a política atual e implementar um projeto de reconstrução nacional*

O Brasil vive o esgotamento de uma fase de aplicação da política neoliberal. O conto mirabolante de que bastaria a abertura e o fluxo do capital privado estrangeiro para elevar a produtividade, propiciar a diversi-

ficação da atividade econômica e produzir os investimentos suficientes para edificação da infra-estrutura e dos serviços públicos, sem a intervenção do Estado, revelou-se uma fantasia.

AS CONTRADIÇÕES do capitalismo se aprofundam. As leis capitalistas, de exploração e exclusão, continuam as mesmas. A especulação financeira ganhou proporções nunca vistas, e afasta-se mais e mais da realidade produtiva. Aposta-se no lucro crescente futuro, mas ele não se concretiza. Na atual fase neoliberal, o capitalismo se torna cada vez mais parasitário e irracional.

A situação é paradoxal. Ao tempo em que o neoliberalismo prega a absoluta liberdade do mercado, um único homem, o presidente do Federal Reserve dos Estados Unidos tem o pretense poder de sinalizar para cima ou para baixo a economia mundial. O Estado, que deve ser mínimo quando o assunto é atender às necessidades básicas da população, intervém e investe pesado no mercado quando se trata

de socorrer a elite financeira mundial. O Estado passa a abrir caminho para a exploração privada de amplos setores produtivos e a atuar no campo financeiro, a serviço do grande capital. Para se ter uma idéia, no Orçamento brasileiro para 2001 (equivalente a R\$ 950,2 bilhões), cerca de 40% – R\$ 380,6 bilhões – foram destinados para o pagamento do serviço da dívida. Cumprindo ordens externas, o governo FHC persegue de forma absoluta as metas para a inflação e os superávits primários (arrecadar mais do que gasta, para tranquilizar os círculos financeiros internacionais).

Essa orientação leva à perda da soberania do país. Atrelada ao exterior, a economia brasileira fica vulnerável, dependendo do humor dos investidores estrangeiros que buscam crescentes vantagens. O ajuste fiscal perse-



guido pela equipe econômica significa tirar bilhões de investimentos na área social e em infra-estrutura.

A dependência ao fluxo de capital externo levou à instituição tácita de um governo que só governa em parceria com os organismos internacionais e a eles subordinado, um condomínio compartilhado por Fernando Henrique e seus financistas com o Fundo Monetário Internacional e o Tesouro norte-americano. As entidades internacionais – em especial o FMI – não se pronunciam sobre a política econômica de um país apenas com o intuito de proteger os investidores e credores estrangeiros, mas dão aval político para as medidas econômicas adotadas, aplacando a insegurança dos investidores. A orientação imposta representa restrições fiscais austeras, que minguem investimentos, e a exigência de superávits altíssimos, enquadrando um orçamento que já é curto para as grandes necessidades do país. Somente neste ano, o superávit exigido é de cerca de 40 bilhões de dólares, superior a 3% do Produto Interno Bruto.

O modelo seguido pela elite dominante brasileira desde o início da década de 90 – sobretudo após a vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso –, na sua essência, nega a necessidade e a viabilidade de um projeto nacional. Tornou-se uma heresia a definição de planos de desenvolvimento de médio e longo prazos, passando a ser terminantemente condenada a intervenção do Estado no processo produtivo e na edificação da infraestrutura do país. A linha governamental seguiu um fundamentalismo liberalizante.

A elite dominante, que originalmente aderiu ao modelo neoliberal, hoje, se divide. Determinados setores dominantes já começam a esboçar a necessidade de um sistema "misto", no qual o Estado teria um papel interventor de maior significado e, por outro lado, as privatizações teriam limites. Torna-se patente que, sobretudo nos países dependentes, em regimes de abertura financeira como os atuais, a absorção do capital externo não eleva a taxa de investimento interno. No Brasil, ao longo de uma década, esta cresceu apenas 2% em relação ao PIB. Ademais, num quadro de ajuste fiscal absoluto como o praticado em nosso país, predominando a dinâmica de pesados superávits primários, o investimento em bens públicos de uso universal é seriamente comprometido, chegando-se ao abandono dos setores básicos da economia.

A crise econômica atual, produto da política liberalizante vigente, se enreda num permanente círculo vicioso – retorno ao aumento de juros, acompanhado de crescente emissão de títulos cambiais. Com isso aumenta mais ainda a dívida interna em geral e em dólar, favorecendo a perspectiva de

aumento inflacionário por meio do câmbio. Apresenta-se assim um repetido quadro de crise cambial. Além disso, é cada vez mais difícil manter sob controle a dívida, devido a seu crescente custo econômico e sobretudo social.

O governo de Fernando Henrique Cardoso lança o Brasil num processo recessivo recorrente. O país vive a imprevisibilidade da crise financeira, reforçada com a crise cambial. A situação econômica é instável e preocupante. As previsões de desenvolvimento econômico são revistas. A realidade econômica de 2001 é conformada pelos juros mais altos, queda no nível de crescimento, volatilidade cambial e aumento da inflação e do desemprego. Mesmo setores do governo reconhecem que os chamados "fundamentos" do modelo econômico adotado estão abalados. O governo FHC não consegue saída para o círculo vicioso infernal em que envolveu o país: a crise da balança de pagamentos leva à alta de juros, que por sua vez leva à redução no crescimento econômico, que leva à queda de arrecadação somada à diminuição do fluxo de capital externo. Para dar garantia ao credor, o governo busca aumentar o superávit primário, cortando despesas, aumentando impostos e promovendo a liquidação de ativos (Petrobrás e Banco do Brasil sofrem uma privatização branca).

A desaceleração econômica mundial e a crise argentina deixam a situação ainda mais adversa para uma economia vulnerável como a brasileira. Os desdobramentos da crise ocorrem em todos os terrenos, perpassando os planos econômico, social, político e moral. A crise energética compõe a crise econômica e leva a uma queda acentuada da credibilidade do governo. As dívidas interna e externa crescem, os investimentos e o desenvolvimento diminuem. O governo corre ao FMI, que para liberar verbas exige mais contenção de investimentos e cortes no Orçamento e um superávit recorde de R\$ 45,7 bilhões em 2002. O esforço fiscal determinado pelo FMI distorce a competitividade da economia brasileira. Com isso o desemprego é ainda mais agravado e são maiores os cortes na área social. Neste ano, o país vive uma crise cambial, com uma mega desvalorização do real e a demanda industrial caiu. Está aberto o caminho para mais um ciclo recessivo.

Entretanto seria enganoso subestimar o arsenal político e econômico a serviço das forças situacionistas, dentro e fora do país, concretizado no já analisado condomínio de governo e nas formas de "blindagem" – arcabouço de leis que amarra o futuro presidente ao modelo vigente. Mesmo porque o governo FHC, por meio de manobras diversionistas e demagógicas, respaldado pela maioria da mídia e setores dominantes mais poderosos, não deixará de considerar a



realidade patente, forjando um "cenário intermediário", tentando até tirar proveito da tendência mudancista.

Historicamente, nos ciclos longos de endividamento externo e interno, próprio dos problemas estruturais brasileiros, em função do "buraco" que crescia nas contas externas, o próximo lance consistia no esforço desesperado para alcançar o superávit comercial, tentando "tapar o furo". Daí as recorrentes campanhas exportadoras. O governo FHC tenta repetir essa dinâmica estrutural da dependência em condições ainda mais graves. Quando Fernando Henrique assumiu o seu primeiro governo, encontrou um superávit comercial de mais de 15 bilhões de dólares, logo revertido para um elevado déficit. A política de estabilidade monetária se fixou em abrir radicalmente o mercado comercial brasileiro, favorecendo as importações, sobretudo no período inicial de sobrevalorização cambial. Com isso visava elevar a oferta de bens para estabilizar os preços. Isso, somado a uma desnacionalização sem precedente histórico e sem expansão produtiva, desindustrialização, juros altos e crédito restrito, condicionou uma situação estrutural antiexportação que não poderá ser revertida se mantidos os atuais fundamentos políticos e econômicos.

Isso aponta para a necessidade de o novo ciclo adotar um caminho de desenvolvimento próprio para o país. Setores da classe dominante apressam-se, no momento da disputa sucessória presidencial, em criticar aspectos do modelo adotado pelo governo de Fernando Henrique. Por ser uma situação de fim de ciclo, tanto governistas quanto oposicionistas apregoam a necessidade de mudanças. Nas hostes governistas, setores levantam a voz exigindo ajustes. Falam em políticas sociais compensatórias e na retomada do desenvolvimento. Sem abandonar a orientação neoliberal, querem uma reciclagem. Diante da crescente perda de poder de FHC – que já não apresenta mais nada de novo perante o povo e por ter perdido apoio popular –, cada partido da base governista (PSDB, PMDB, PFL) quer mais trunfos visando uma melhor posição no processo sucessório. Especialmente após o que houve nas eleições de 2000, os setores conservadores percebem que é essencial formar um bloco unido para 2002. A disputa entre os governistas se acirra, mas localiza-se na questão de quem comandará o processo de escolha e quais os candidatos.

Ao mesmo tempo, as forças situacionistas e seus serviçais bradam ameaças sobre uma possível vitória das correntes oposicionistas, atemorizando camadas sensíveis da população acerca da pretensa "ingovernabilidade" que a descontinuidade da linha oficial traria. Na verdade, o que eles pretendem é deixar intocado o sistema político e econômico montado na década de 90, a serviço do capital financeiro.

Contraditoriamente, importantes forças oposicionistas prostram-se defensivamente na sustentação de um projeto de ruptura com os fundamentos do modelo em vigor. Constatase tal comportamento porque ainda predomina no plano de conjunto, no mundo e no Brasil – onde prevalece a legitimação da hegemonia do capital financeiro –, uma correlação de forças ainda adversa às forças políticas mais conseqüentes, populares e democráticas, e as massas trabalhadoras e deserdadas ainda não se organizaram em extenso movimento político contra a ordem dominante atual.

**M**as os discursos dos governistas e da oposição não podem ser iguais! Para o povo e a sociedade brasileira se configura um momento de vazio político: de um lado, as disputas entre os setores governistas, suas dúvidas e ausência de proposta definida para reciclar o modelo em curso; de outro, na oposição, a falta de nitidez programática e maior credibilidade para uma alternativa de ruptura com o modelo atual. Alguns setores oposicionistas mostram-se também favoráveis a uma reciclagem do atual modelo, mas o que necessitamos é de uma nova orientação para o país. Precisamos romper com a política atualmente adotada. Nosso esforço é pela construção de um programa junto com partidos e setores sociais, desencadeando um processo de convencimento para a necessidade da unidade em torno de uma plataforma comum, antineoliberal. A oposição tem de ter por eixo superar a situação gestada pelo atual modelo – romper com ele, e não continuá-lo sob nova forma – e apontar para mudanças no sentido de um caminho próprio de desenvolvimento. O projeto nacional a ser apresentado pela oposição visa a um desenvolvimento sustentado internamente, acelerado – uma exigência objetiva do país – e a adoção de mecanismos de distribuição de renda. Objetiva retomar, ainda, os níveis históricos de desenvolvimento alcançados pelo país, mas diminuindo as desigualdades sociais. Não se trata de "crescer o bolo para depois dividir", como foi falado no passado (e a divisão do bolo nunca ocorreu), mas de criar mecanismos que diminuam efetivamente as desigualdades à medida que o crescimento econômico seja retomado.

Do ponto de vista histórico, o Brasil se encontra sujeito ao esgotamento de um ciclo econômico e social com suas conseqüências políticas. Ninguém apregoa uma "volta ao passado". O Brasil está diante da perspectiva de adotar um caminho de desenvolvimento próprio, com um projeto imediato de reconstrução nacional, retomando a identidade do país. Um projeto que defenda os interesses geopolíticos e geoeconômicos do país; que construa um pacto latino-americano ainda mais amplo que o Mercosul nas relações comerciais – contrapondo-se aos interesses



hegemonistas estadunidenses expressos na Alca; que rompa com a dependência do fluxo de capital externo como mola propulsora de desenvolvimento.

**P**odemos avançar no processo de construir a unidade oposicionista, apresentando pontos concretos que façam parte de um programa mínimo, levando a um posicionamento mais conseqüente de combate à orientação neoliberal. Nesses pontos deve ser afirmado que a Alca não interessa ao Brasil – ela leva à subordinação da América Latina aos interesses dos Estados Unidos – e deve ser adotado o compromisso de não privatizar as hidrelétricas, levando-se em conta a questão nacional, de soberania. Além disso, deve-se contemplar também questões sociais básicas, como a reforma agrária, o aumento do salário mínimo, a geração de empregos e a redução da jornada de trabalho. A democracia deve ser ampliada. Torna-se imprescindível definir o compromisso de convocação pelo novo governo de uma Assembléia Constituinte, para a reordenação da vida política, econômica e social do país, porque a Constituição de 88 foi desfigurada. A discussão de pontos programáticos concretos é o melhor caminho no momento porque permite o debate mais amplo no âmbito das organizações populares e da sociedade civil, além de estimular a construção de um novo pacto político e social que possa respaldar a alternativa ao atual modelo dominante.

Contrapondo-se à orientação subserviente ao capital internacional, adotada por FHC, a oposição deve elaborar um novo projeto nacional. Isto significa abrir um caminho próprio de desenvolvimento, superando a dependência do capital estrangeiro. O desenvolvimento do país deve estar fundamentado em mecanismos institucionais internos de investimento nacional. O Brasil é um país de desenvolvimento médio, com grandes recursos e de dimensão continental. Tem condições objetivas para adotar uma política baseada em seus próprios recursos e que recorra a investimentos externos de forma auxiliar, submetendo-os aos interesses nacionais e populares. Ao contrário de uma volta ao passado ou uma visão autárquica, trata-se de um projeto que leva em conta a inserção do país na economia mundial, mas o faz com interesses próprios auto-sustentados, e não de forma subordinada. O resgate do papel soberano do Brasil na comunidade internacional, o reforço da defesa de seus interesses, é uma exigência da nação que deve ser levada adiante pelas forças oposicionistas.

Outra questão que surge é a necessidade de estabelecer uma política industrial que desenvolva os bens de produção e a tecnologia de ponta, combinando essa orientação com o incentivo também aos setores menos

desenvolvidos tecnologicamente, mas que não podem ser abandonados pela política governamental. A política industrial tem de levar em conta também a substituição de importações. Deve ser definida uma política para a agricultura que contemple as necessidades internas e o comércio exterior. Os investimentos em ciência e tecnologia têm de ser significativos, para fazer frente às necessidades crescentes do desenvolvimento econômico e social. Essa orientação deve ser acompanhada de uma política emergencial de geração de emprego e de combate à pobreza.

Esse novo modelo requer o respaldo da ampla maioria da população, o que só será conquistado com a ampliação da democracia. Ampliação no nível político, garantindo a manifestação e a participação popular na definição dos rumos a serem adotados e o combate aos monopólios nos meios de comunicação; mas também no usufruto de direitos básicos, como saúde, educação, moradia e saneamento básico.

A orientação em curso no país produz diariamente levas de excluídos. Há a volta de epidemias de doenças (outrora erradicadas) e o aumento das tarifas (decorrente do processo de privatização); o desemprego persiste e há queda do salário médio real. Esses e muitos outros elementos reforçam o quadro de agravamento da realidade social do povo brasileiro. Um grande contencioso social se acumula e pode explodir.

O programa de mudança tem de levar em conta um período de transição, uma adaptação e reversão da realidade do momento para a que se pretende. Problemas graves e críticos, como o déficit externo, juros altos e dívidas gigantescas devem ser abordados de forma soberana, tendo em vista o novo rumo proposto para o Brasil. A reconstrução nacional, objetivando a realização de um país soberano e progressista, cujo desenvolvimento sirva à melhoria das condições de vida e trabalho da imensa maioria da população, é uma bandeira apresentada pela oposição, que a diferencia da orientação adotada pelo governo atual.

Nosso grande objetivo é apresentar uma saída política – um projeto alternativo ao neoliberalismo – para a realidade brasileira. Por isso é importante caracterizar a crise vivida pelo país nos seus múltiplos aspectos e as classes e interesses de classe em jogo. Temos de fixar nossas fronteiras para demarcar as mudanças programáticas necessárias e construir uma ampla frente que vise à derrota do pacto político dominante e à vitória de um governo baseado em novas forças políticas e sociais, interessadas na reconstrução nacional, na democratização crescente da vida política do país e na restituição e ampliação dos direitos do povo.

Renato Rabelo é vice-presidente do Partido Comunista do Brasil.



# A guerra norte-americana ameaça os povos

José Reinaldo Carvalho

*Nos bastidores da perseguição a Osama bin Laden, os Estados Unidos travam outros combates de natureza estratégica*

Significativas mudanças estão em curso no quadro mundial a partir dos atentados, em Nova York e Washington, de 11 de setembro. As ilusões difundidas pelos pregoeiros da globalização neoliberal e da “pax americana” de um mundo pacífico, harmônico e integrado, após a dissolução do bloco soviético, se esfumaram no ambiente de pânico e insegurança generalizados, próprios de um sistema de poder planetário iníquo e gerador de instabilidade. Abriu-se uma crise de inaudita envergadura, em que a paz, a democracia, a civilização e os destinos da humanidade encontram-se sob grave ameaça.

NÃO SE TRATA propriamente de uma viragem completa na conjuntura mundial. Os acontecimentos em curso não negam nem invertem a lógica essencial dos fenômenos que se desenvolveram desde o início dos anos 90 do século passado. Esses inquietantes fatos não são “um raio em céu azul”, antes são o corolário

inevitável, o desdobramento de um rumo dantes traçado, a exacerbação de tendências que vinham evoluindo. Estamos chegando a um ponto de ruptura em que se manifestam através da guerra as lancinantes contradições do mundo contemporâneo. A guerra e o perigo de uma escalada sem precedentes não resultam apenas nem prin-

cipalmente dos atos demenciais perpetrados em 11 de setembro. Já estavam contidos na cruel realidade do capitalismo globalizado e neoliberal e na política praticada pela nova Administração ultraconservadora dos Estados Unidos, tendo à frente o presidente George W. Bush. Voltaremos ao tema mais adiante.



### **A ética revolucionária abomina o terrorismo**

Os atentados de 11 de setembro mereceram o mais veemente repúdio porque o terrorismo é condenável como meio de ação política, infenso aos valores da ética revolucionária que faz os combatentes das causas da emancipação nacional e social empenharem-se em atos heróicos coletivos, concordes com um elevado grau de consciência política das massas populares. Nada justifica a morte de milhares de cidadãos inocentes motivada pelo ataque de um inimigo sem rosto, sem programa, sem bandeira. Atos desvairados e sem legitimação política e ideológica servem apenas para dar força à direita, aos inimigos da liberdade política e dos direitos civis.

O terrorismo internacional é fenômeno nefasto, a ser combatido no âmbito da Organização das Nações Unidas, de acordo com as normas do direito internacional e no estrito respeito à soberania das nações e às liberdades civis. A solução da atual crise não poderá prescindir do concurso da ONU, única organização que representa o conjunto da comunidade internacional. E não basta para isso que o presidente dos Estados Unidos ou qualquer chefe de Estado que se julgue preposto seu acione, como se tivesse poderes para tanto, o secretário-geral da ONU a fim de tomar iniciativas combinadas e decisões destinadas que não serão cumpridas. É indispensável a convocação dos órgãos competentes e a tomada de decisões baseada nos princípios da Carta das Nações Unidas.

Na luta contra o terrorismo não se pode alimentar qualquer ilusão quanto ao papel dos Estados Unidos, que não têm autoridade moral nem políti-

ca. Como país imperialista, praticou atos de terrorismo de Estado contra populações indefesas e países soberanos. São incontáveis as ações norte-americanas contra as liberdades democráticas e os direitos humanos. É dos Estados Unidos a autoria de crimes como a explosão da bomba atômica em Nagasaki e Hiroshima, o genocídio do povo vietnamita, a morte de 1,5 milhão de iraquianos durante mais de uma década de bombardeios e embargo econômico, para citar os casos mais notórios. O terrorismo de Estado praticado em escala mundial pelo imperialismo norte-americano também deve ser alvo da enérgica condenação de todos os sinceros defensores da democracia e dos direitos humanos.

É inaceitável que no combate ao terrorismo haja a pretensão de confundir-lo com o movimento revolucionário, a luta de resistência, a guerra civil, diferentes expressões de radicalismo político relacionadas com realidades nacionais e sociais concretas. Assim como é inadmissível a tentativa de criminalizar as organizações revolucionárias e inquiná-las todas como terroristas. As autoridades norte-americanas citaram em seu index as Farc da Colômbia, uma organização política e militar que conta com simpatia e solidariedade em toda a América Latina, que combate há décadas por democracia, direitos sociais e contra a corrupção e a violência endêmicas das classes dominantes colombianas.

### **A guerra norte-americana – inominável covardia**

A evolução dos acontecimentos vai rapidamente revelando que não é o “combate ao terrorismo” que caracteriza as ações do governo estadunidense desde 11 de setembro. Com os bombardeios maciços ao Afeganistão a partir de 7 de outubro – uma inominável covardia porque se trata da mais colossal máquina de guerra despejando bombas sobre um país incapaz de reagir, exaurido por mais de duas décadas de conflagrações externas e internas, com centenas e talvez milhares de civis mortos e um drama humanitário de feições bíblicas – começou de fato a primeira guerra norte-americana do século XXI. Uma guerra “prolongada e dura”, “extensa, diferente de qualquer outra”, que implicará no uso de “toda arma de guerra necessária” (Bush, discurso ao Congresso dos EUA, em 20/9/2001). O potencial de fogo mobilizado e a agressividade da retórica do chefe da Administração estadunidense indicam que o escopo da operação, denominada pelos imperialistas de “Liberdade duradoura”, mas que bem se poderia chamar “Horror infinito”, não é propriamente a captura de Osama bin Laden e a derrubada do regime Talibã. A própria declaração do governo norte-americano de que ampliará o alvo de seu ataque, relacionando mais de 50 países que no seu entender “são terroristas ou coniventes com o terrorismo”, indica que sob o pretexto de realizar uma expedição

---

*A imposição da supremacia norte-americana só poderá se consumir deixando atrás de si um rastro de horrores e crimes lesa-humanidade*

---



punitiva contra um ato insano, o imperialismo norte-americano está intensificando e dando forma a um caminho anteriormente traçado de empregar a força para impor a sua hegemonia e o seu domínio unilateral no mundo. Na verdade, dando agora partida à máquina de guerra, os Estados Unidos têm em mira resolver, desde já, problemas estratégicos, numa perspectiva de muitas décadas. E nessa empreitada não pretendem deter-se diante de qualquer obstáculo de natureza ética, diplomática ou política. Estão dispostos a impor sua tirania ao mundo, o que sugere um tipo novo de fascismo, levar povos inteiros ao desespero, praticar genocídios, provocar novas tragédias humanitárias.

Não nos enganemos. A partir dos ataques ao Afeganistão e da proclamação da guerra “longa e dura” por Bush, o mundo viverá um processo de militarização das relações internacionais, o que trará inevitavelmente duras conseqüências para os povos – limitação de direitos democráticos, crises sociais, perda de soberania nacional. A imposição da hegemonia norte-americana só se poderá consumir deixando atrás de si um rastro de horrores e crimes de lesa-humanidade. Somente o emergir desse novo fascismo e do terrorismo de Estado como meio de dominação imperialista poderá garantir o que os norte-americanos chamam de “a novíssima ordem”. Por isso, é pueril e pusilânime, não fosse oportunismo e capitulação, apenas “lamentar” o ataque ao Afeganistão.

### **A guerra norte-americana – meio para a dominação e a hegemonia**

As forças de esquerda não se podem equivocar em face do que está acontecendo. É imperioso, para elaborar a estratégia do bom combate pela libertação dos povos, compreender as tendências objetivas em curso e não apenas os fatos da superfície. Malgrado os rios de tinta que os propagandistas do império do Norte andaram gastando na década de 90 do século passado, para proclamar o triunfo definitivo da superioridade e da hegemonia dos EUA, os verdadeiros estrategistas desse império sabem que sua superioridade circunscreve-se essencialmente ao terreno militar, o que dá aos EUA a capacidade de destruírem o mundo, mas em nada os ajuda a recuperar o terreno que perderam na competição global com outras potências emergentes. “Os atentados terroristas de 11 de setembro desvendaram a natureza militar da hegemonia americana”, diz o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães em lúcido artigo publicado em *Carta Maior*. Diz ainda o especialista em política externa no mesmo artigo, referindo-se à estratégia norte-americana adotada após os atentados de 11 de setembro: “A atual estratégia contribuirá para enfrentar, em realidade, as ameaças implícitas à sua hegemonia, que muito se teme, caso venha a se consolidar o processo de emergência de

um mundo multipolar, onde se fortalece a Europa como novo Estado e onde se vislumbra, na periferia, a ‘ameaça’ poderosa da China”. Acrescentemos a isso a crise econômica dos Estados Unidos e a “desesperadora” situação do balanço energético desse país, na feliz expressão do cientista brasileiro Bautista Vidal, e teremos a indicação de por que o palco da primeira guerra norte-americana do século XXI é a Ásia Central. Muito provavelmente, nos bastidores da perseguição a Bin Laden estejam sendo ensaiados outros combates de natureza estratégica em termos de geopolítica.

**E**m artigo de fundo da publicação comunista italiana *L'Ernesto*, uma revista de fôlego e inspiração marxista, Fausto Sorini cita o livro de Zbigniew Brzezinski *O Grande Tabuleiro*, em que o ex-assessor de Segurança Nacional dos EUA afirma: (o ponto de partida) “para a supremacia global é a Eurásia, o maior continente do globo, onde vivem 75% da população mundial e está concentrada grande parte da riqueza do mundo, seja industrial, seja no subsolo, que incide na formação de 60% do PIB mundial e em três quartas partes dos recursos energéticos conhecidos”. O editorialista italiano cita ainda o jornal *Il Manifesto*, de 4 de setembro de 2001, observando que “a principal preocupação dos Estados Unidos, que naquela região não são hegemônicos, é a de impedir a formação de uma tríade Rússia-China-Índia, cujo potencial precursor é o tratado de amizade e cooperação firmado em julho por Moscou e Pequim. Ainda em *L'Ernesto* no citado artigo de Sorini, encontramos a afirmação, publicada originalmente em *Il Foglio* em 26 de setembro deste ano,

---

*Uma das preocupações dos Estados Unidos é impedir a formação de uma tríade entre a Rússia, a China e a Índia*

---



de Alessandro Grossato, reputado como “um dos maiores especialistas em política asiática” (Sorini), de que “A Eurásia é o coração da Terra, quem a tomar possuirá o mundo”. *Il Manifesto* de 21/9/2001 destaca que a região-alvo dos bombardeios e de uma eventual ocupação anglo-americana “é para os EUA de crescente valor estratégico: a região compreende o Afeganistão e o Paquistão, faz fronteira, por um lado, com a China e a Índia (potências emergentes que os EUA temem) e, por outro, com o sempre importante ‘corredor petrolífero’ que vai do Cáspio ao Golfo”.

**O**s atuais planos de guerra do imperialismo norte-americano não foram, portanto, traçados a partir de 11 de setembro. Insistimos que a atual crise mundial e a guerra já em curso constituem a exacerbção de tendências que vinham evoluindo e são o resultado inevitável da política norte-americana. Lembremos que a primeira ação externa do novo governo dos Estados Unidos foi um inopinado bombardeio aéreo contra o território do Iraque, revelando uma vez mais o caráter arbitrário do imperialismo, mais um episódio em que a potência norte-americana ignora as normas do direito internacional. A repetição de tais ações combinava-se com o prosseguimento das sanções injustas aos iraquianos, impedindo que se curem as chagas econômicas e sociais abertas com a Guerra do Golfo de 1991, constituindo-se ainda como crime de lesa-humanidade, na medida em que provoca a morte de milhares de pessoas por falta de alimentos e medicamentos.

Já durante a campanha eleitoral no ano passado, o então candidato Bush referia-se à “missão” de fazer valer

## *O objetivo de capturar Bin Laden*

### *é apenas um pretexto, encobrendo*

### *questões maiores nas disputas*

### *internacionais*

os “interesses nacionais permanentes dos EUA” na luta contra o “mal”. “Este é um mundo mais incerto do que no passado... Mas, ainda que seja um mundo incerto, estamos seguros de alguma coisa... Estamos seguros de que, apesar de que o império do mal morreu, o mal continua existindo. Estamos seguros de que existe quem não pode suportar o que a América representa... Estamos seguros de que existem loucos no mundo, terror e mísseis” (discurso em Albuquerque em 31 de março de 2000). E logo após sua eleição, o novo presidente indicou como iria defender “o que a América representa”, pedindo a seu secretário de defesa Donald Rumsfeld, para ‘desafiar o status quo no seio do Pentágono e preparar ‘a estratégia de guerra (norte-americana) do século XXI’, cujas grandes linhas já são aparentes, ainda que os detalhes não sejam conhecidos”. (Artigo de Michael T. Klare, *Le Monde Diplomatique*, julho de 2001). A crônica dos primeiros meses do seu governo é ilustrativa de que os EUA optaram por uma política externa unilateral, baseada na força, voltada para o expansionismo e a imposição da hegemonia norte-americana. Os EUA enrijeceram a política para com a China, provocaram-na abertamente no episódio da violação do espaço aéreo chinês pelo avião de espionagem e incitando o separatismo tibetano e o “independentismo” de Taiwan; proclamaram a caducidade do Tratado

Antimísseis de 1972 e decidiram desenvolver um sistema antimísseis que lhe daria supremacia absoluta em termos de armas nucleares, o famigerado projeto “Guerra nas Estrelas”; recusaram-se a assinar o Tratado de Kyoto, boicotaram a Conferência anti-Racista da ONU, dela retirando-se com estardalhaço, e respaldaram todos os atos agressivos de Israel contra a Intifada palestina. Implementaram na Europa uma política de militarização, preconizando a expansão da OTAN e criando situações ainda mais tensas nos Bálcãs, a fim de justificar a presença de tropas imperialistas nessa região também estratégica. Na América Latina, desenvolveram-se manobras militares conjuntas das forças armadas sul-americanas com as dos EUA, sob a denominação Plano Cabañas 2001, ao passo que segue a aplicação do Plano Colômbia que significa uma retomada do intervencionismo militar norte-americano no subcontinente. Prossegue também a ofensiva tendo em vista a implantação da Alca, que resultará numa maior subordinação das economias dos países sul-americanos à dos EUA.

Num esclarecedor artigo, assinado por Philip S. Golub em *Le Monde Diplomatique* (julho de 2001), somos informados da existência, desde 1992, de um informe do Pentágono intitulado *Defense Policy Guidance 1992-1994*. “Escrito por Paul Wolfowitz e I. Lewis Libby, hoje respectivamente secretário-



adjunto para defesa e conselheiro para questões de segurança do vice-presidente Dick Cheney, esse texto preconizava 'impedir a qualquer potência hostil dominar regiões cujos recursos lhe permitissem ascender ao status de grande potência', 'desencorajar os países industrializados avançados de qualquer tentativa visando a desafiar nossa liderança ou a derrubar a ordem política e econômica estabelecida', e 'prevenir a emergência futura de qualquer concorrente global'. Tal informação, à luz dos atuais acontecimentos, da retórica agressiva e das ações de guerra dos Estados Unidos indica que a decisão de ir à guerra tem no objetivo proclamado de capturar o terrorista Bin Laden, apenas um pretexto", um vão pretexto.

### **A guerra norte-americana acirrará as disputas internacionais**

Na interpretação da atual crise internacional surgem muitas especulações sobre a formação de novas alianças. *Experts* a serviço do departamento de Estado difundem que os Estados Unidos foram vitoriosos e conseguiram o alinhamento automático, não só dos aliados tradicionais, como de reais e potenciais adversários estratégicos. É como se todo o mundo se rendesse à ameaça de Bush: "Ou estão conosco ou com os terroristas". Mais uma vez tenta-se turvar as águas apresentando a eloqüente condenação da comunidade internacional ao terrorismo como a aliança de todos os

países em torno dos Estados Unidos.


Nas declarações de muitos governos, porém, o que há é muita cautela, diplomacia, sinceridade no propósito de combater o terrorismo, interesse em conter movimentos separatistas de inspiração fundamentalista. Também não falta quem, entre os aliados dos EUA, queira tirar proveito da situação para acumular força. Japão e Alemanha oferecem tropas para abrir precedentes e romper a proibição de que se militarizem. Os EUA, para fortalecer suas posições, invocam o apoio da China; mas, ao contrário do que se propaga, o grande país socialista asiático não apoiou os bombardeios. Pelo contrário: "É necessário que o Conselho de Segurança jogue seu papel. Qualquer ação militar deve respeitar os princípios e os objetivos da Carta das Nações Unidas, além das normas do direito internacional", declarou o presidente chinês por telefone ao primeiro-ministro britânico, Tony Blair." (*L'Ernesto*, artigo de Fausto Sorini). Durante o encontro da Apec, em 20 de outubro, os presidentes da China e da Rússia pediram a suspensão dos bombardeios anglo-americanos no Afeganistão e voltaram a insistir na convocação do Conselho de Segurança da ONU.

Assim, é ledó engano supor que a partir de agora os EUA ganharam um salvo conduto da comunidade internacional para seguir adiante na aplicação dos seus planos guerreiros, que a OTAN poderá expandir-se o quanto

quiserem os seus patrões, que a "Guerra nas estrelas" conta com a aprovação de todos e que todos estão concordes com a expansão dos EUA para a Ásia Central e o Oriente Médio. É inevitável que, uma vez evidenciados os propósitos norte-americanos, voltem a prevalecer as divergências entre os EUA e outros países e se recoloquem na ordem do dia os conflitos econômicos, comerciais, políticos, diplomáticos...

### **A luta dos povos pela paz**

Não cabe dúvidas de que a estratégia imperialista e agressiva dos EUA confrontará irremissivelmente esse país com a esmagadora maioria dos países e povos. No Paquistão, na Indonésia, na Palestina, nos países árabes, a política norte-americana desperta ódio e revolta. Na Europa e nas Américas começam a erguerem-se os protestos contra a guerra que ameaça a civilização. Mais do que nunca, a luta pela PAZ contra a GUERRA IMPERIALISTA entra na ordem do dia. Por toda parte, é necessário organizar o movimento pela paz, com o pluralismo e a diversidade que tal tipo de movimento comporta. A frente-única e a unidade em torno da luta pela paz precisam ser forjadas; tarefa para cujo êxito os comunistas e a esquerda devem contribuir.

Expressão da luta dos povos por democracia, soberania nacional, desenvolvimento e justiça social, em oposição aos tenebrosos planos de dominação do mundo pelo imperialismo norte-americano, a luta pela PAZ coloca-se na ordem do dia como tarefa central do movimento revolucionário, vertente essencial da luta pelo socialismo na época atual. 

---

*Os presidentes da China e da Rússia pediram a suspensão dos bombardeios anglo-norte-americanos no Afeganistão, durante a reunião da Apec*

---

José Reinaldo Carvalho é jornalista e secretário de Relações Internacionais do PCdoB.



# ESTADOS UNIDOS

## Os bárbaros modernos e a ordem neofascista

Entrevista com Miguel Urbano Rodrigues

O jornalista Miguel Urbano Rodrigues (*foto*) está de agenda cheia após os ataques a Nova York e ao Pentágono, em 11 de setembro. São entrevistas em redes de televisão e jornais, e convites para inúmeros debates. Seu livro *Nômades e sedentários na Ásia Central*, cujo principal foco são as civilizações da região do Afeganistão passou a ser referência para o entendimento da guerra empreendida pelo governo neofascista de George W. Bush e o establishment dos Estados Unidos.

Miguel Urbano Rodrigues é um veterano militante comunista e assíduo colaborador de *Princípios*. Ele foi deputado pelo PCP no Parlamento português em várias legislaturas, e também no Parlamento Europeu





Após os ataques de 11 de setembro contra o World Trade Center e o Pentágono, falou-se na perda da aura de invulnerabilidade do Império. Mas aqueles ataques não podem representar – e as atitudes posteriores do governo dos EUA mostram isso – um reforço do poder desse mesmo Império e o incremento dos ataques contra a soberania nacional de todos os países?

**Miguel Urbano Rodrigues** – Ambas as conclusões expressam a realidade concreta. Os atentados terroristas do 11 de setembro iluminaram a vulnerabilidade do Império, mas paradoxalmente criaram condições favoráveis ao desenvolvimento da estratégia de dominação planetária e perpétua dos EUA adotada pelo sistema de poder norte-americano a partir da administração Reagan.

A decisão de levar a guerra punitiva a um país longínquo, e a necessidade de inventar um “inimigo número um”, resultaram em grande parte de uma exigência política: impedir a todo custo que o povo norte-americano compreendesse que o essencial da máquina terrorista que montou os atentados está enraizado no próprio território dos EUA. O conhecimento da verdade poderia gerar uma situação de paranóia coletiva. Mas a escolha do mau, na fita, obedeceu a um objetivo estratégico inconfessável: a penetração política e econômica maciça dos EUA na Ásia Central. Entretanto o massacre da mídia que sataniza Bin Laden e a Al Qaeda é pouco inteligente. No Afeganistão os computadores continuam a ser peças raríssimas. Seria impossível montar e comandar a partir daquele país a

logística ultra-sofisticada da operação do 11 de setembro.

Os EUA, que atravessavam uma crise complexa, simultaneamente econômica e política – marcada por um isolamento crescente e atritos preocupantes com os aliados do G-7 – foram, de repente, enormemente beneficiados pelas conseqüências da agressão terrorista. A guerra reanimou a economia e os gigantes do complexo militar-industrial, e o setor da construção, começaram a



Pai chora os filhos mortos em bombardeio no Afeganistão.

fazer negócios fabulosos. A imagem de vítimas permitiu que de uma posição de isolamento passassem a de credores da solidariedade mundial. Assistiu-se em poucos dias a uma inversão da conjuntura mundial. Washington manobrou inicialmente com habilidade e os EUA apareceram como líderes da coligação de países para erradicar o terrorismo da Terra.

Mas logo ficou transparente que a idéia da “retaliação” contra o inimigo invisível era perfilhada unicamente pelo grupo de países que, representando menos de 20% da humanidade controla 85% da riqueza produzida.

O bombardeamento das cidades

afegãs iluminou tragicamente a arrogância ilimitada do sistema de poder imperial. A estratégia dos EUA deixa transparecer uma política voltada para a militarização da sociedade global.

**A ordem mundial implantada sob o tacão dos EUA, reforçada desde o fim da URSS, parece basear-se na lógica de que o mundo é formado por “vencedores” e “perdedores”, não admitindo qualquer contraposição.**

**Em que medida os ataques do dia 11 de setembro reproduzem essa lógica?**

**Miguel Urbano Rodrigues** – A irracionalidade do terrorismo, as proporções que assumiu o desespero dos suicidas do 11 de setembro, são inseparáveis da irracionalidade da política imperial dos EUA. Existe entre ambas uma relação de causa-efeito.

O discurso moralista e maniqueísta de Bush e dos generais e almirantes do Pentágono pretende tomar como modelo o dos países fundadores da pátria. Mas, em sua versão moderna, o mito da “nação predestinada”, a única vocacionada para salvar a humanidade, difere do inicial porque a ordem dos puros, dos bons, é imposta pelos mísseis tomahawk e pelas cargas de morte que os bombardeiros despejam dos céus. A sentença de Bush, segundo a qual Deus apóia a guerra norte-americana porque ela seria justa, traduz dramaticamente o inquietante primarismo dos homens que atuam e falam hoje pelo sistema de poder do Império. Sua lógica é a mesma dos *mulahs* que no Islã fazem apelos à guerra santa contra os infiéis cristãos.

A decisão “humanitária” de jogar



rações alimentares para os afegãos, dos aviões que simultaneamente os matam com bombas, parece inspirada por uma novela de Kafka.

**Uma das conseqüências da nova situação foi a restrição às liberdades públicas contra cidadãos norte-americanos e estrangeiros, com destaque ao controle da atividade dos jornalistas e à censura à imprensa. Em que medida essas restrições aprofundam uma situação anterior de ataques aos direitos civis, que se expressam de modo inequívoco no crescimento do número de prisões desde 1970, como mostra recente estudo publicado pela *Monthly Review*?**

**Miguel Urbano Rodrigues** – O lúcido estudo da *Monthly Review* é da maior atualidade. A imagem dos EUA na mídia, como a terra prometida das liberdades, é puramente ficcional. Um relatório da Anistia Internacional comenta o aumento alarmante da população carcerária (com uma enorme porcentagem de negros) e revela que a tortura se tornou rotineira em muitas prisões. No Muro do México a Patrulha da Fronteira assassina impunemente imigrantes ilegais e viola com freqüência mulheres presas. Uma associação de fazendeiros do condado de Cochise, no Arizona, promove, de jipe e a cavalo, caçadas a mexicanos, que são espancados antes de entregues às autoridades.

Obviamente os acontecimentos do 11 de setembro criaram atmosfera favorável às campanhas das forças políticas que reclamam restrições às liberdades públicas, alegando que são indispensáveis ao combate contra o terrorismo. Alguns estados já legislaram nesse sentido, impondo medidas, por vezes inconstitucionais, que atingem sobretudo os estrangeiros. Em universidades e escolas privadas a caça às bruxas manifesta-se através

da censura de livros e autores. O absurdo atinge tais extremos que uma canção de John Lennon que faz a apologia da paz foi proibida em numerosos estabelecimentos de ensino.

O Congresso cedeu já a pressões da Casa Branca e aprovou um pacote legislativo que fere direitos e garantias constitucionais, embora não tenha concedido ao Presidente tudo o que nesse terreno ele pedia.

Não é somente nos EUA que isso está ocorrendo. Em quase todos os países da União Européia a direita exige restrições às liberdades. Essas campanhas são acompanhadas de uma súbita vaga de anticomunismo. Todos quantos se opõem à escalada norte-americana e protestam contra a agressão ao povo do Afeganistão são apontados como aliados potenciais do terrorismo.

Nos EUA e nos seus aliados europeus, o discurso do poder adquire com freqüência matizes neofascistas. O medo provocado pela fórmula bushiana “os que não estão conosco estão contra nós” reflete-se particularmente na mídia. De semana para semana cresce a tendência para a autocensura em canais de televisão, rádios e jornais tidos por independentes.

É significativo que alguns partidos e organizações de esquerda, na Europa, hesitem em tomar a iniciativa de promover manifestações pela Paz, condenando a guerra imperial.

**No final dos anos 80, a estrela entre os apologistas dos EUA foi Francis Fukuyama e sua proclamação do fim da história. Agora, os propagandistas pró-EUA e pró-capitalismo exaltam as teses de Samuel Huntington e seu conflito de civilizações para explicar a atual situação. Essas teorias apolo-géticas deixam em segundo plano a luta de classes e a luta dos povos por soberania. Antes se falava em**

**classes perigosas; hoje, os propagandistas do imperialismo falam em nações fora-da-lei. As teses de Huntington não serviriam para legitimar essa propaganda?**

**Miguel Urbano Rodrigues** – Submetidas à prova da vida, as teses de Samuel Huntington serão desmentidas pelo andar da história tal como aconteceu com o esforço de Fukuyama (a quem ele criticava então) para identificar no alastramento circunstancial do neoliberalismo a prova de que o capitalismo imperial estava vocacionado para se eternizar. A história continua e o “choque de civilizações” não passa de uma teoria reacionária, de base racista, forjada para negar a permanência da luta de classes e a ação criminosa do moderno imperialismo. Mas obviamente, os debates acadêmicos em torno das fantasias geopolíticas do professor Huntington não alteram minimamente o rumo da história e as lutas dos povos do Terceiro Mundo.

A gritaria oficial nos EUA sobre o pretenso perigo representado pelos chamados “rogue states”, “estados bandidos” ou “nações fora da lei”, e as campanhas da mídia para convencer os norte-americanos da necessidade de um escudo espacial contra terríveis ameaças vindas de pequenos e pobres países distantes não têm o poder de apagar a evidência: quem configura uma ameaça para a Paz e para a humanidade em geral é a política imperial dos EUA, a sua ambição de impor um domínio perpétuo e universal sobre o planeta.

As teses de Huntington foram agora retiradas da gaveta (o livro foi reeditado) na esperança de dar algum fundamento teórico, e supostamente científico, à agressão norte-americana contra o Afeganistão. Mas bombardear um povo e destruir o seu patrimônio cultural em nome das exigências do combate ao terrorismo é



uma atitude criminosa, definidora da irracionalidade que assinala o funcionamento da engrenagem imperial.

Com o seu primarismo intelectual e cultural, o presidente George Bush encarregou-se de desmoralizar a estratégia adotada e desmascarar os fins reais da escalada bélica, ao definir como Cruzada a guerra por ele iniciada. Na memória dos povos muçulmanos essa palavra é inseparável de agressão genocida. Cabe recordar que os atos de barbárie então cometidos pelos cruzados na Síria e na Palestina atingiram tais proporções que o Papa sentiu a necessidade de os condenar numa bula especial, ao saber que os cavaleiros cristãos, após a tomada de Antióquia, assavam no espeto, em grandes churrascos, crianças árabes e turcas...

Milhões de muçulmanos manifestam hoje a sua solidariedade com o povo do Afeganistão, vítima de uma agressão bárbara. Essa atitude não define um conflito de civilizações.

**Há quem pense que os ataques de 11 de setembro criam uma situação militar nova, compatível com a globalização, onde a guerra é desterritorializada e o inimigo pode estar em toda parte. Isso significa que seria legítima a violação da soberania dos países em busca de acusados de crimes, a critério dos estrategistas do Império?**

**Miguel Urbano Rodrigues** – A monstruosidade dos atos terroristas do 11 de setembro permitiu aos EUA inverter uma situação que lhes era muito desfavorável. O país estava em recessão e sofria os efeitos de um preocupante isolamento internacional. A recusa de ratificar o Protocolo de Kyoto

e o acordo sobre armas biológicas era uma fonte de atritos com os aliados europeus, a insistência nas “certificações” no combate ao narcotráfico bem como a pretensão de recolonizar a América Latina através do Alca geravam tensões crescentes. A execução do Plano Colômbia assumia contornos de intervenção militar. A retirada da Conferência de Durban e o apoio irrestrito a Israel criavam problemas em cadeia na África e no Oriente Médio.

Em poucos meses a administração



Garotas alegãs observam campo de refugiados por um buraco em sua tenda.

Bush havia demonstrado um desprezo total pela independência e soberania dos povos do Terceiro Mundo. A Doutrina Lake, segundo a qual os EUA se reservam o direito de intervir militarmente onde, como e quando quiserem, de forma unilateral, emergia como um pilar da política exterior de Bush.

O 11 de setembro alterou radicalmente a situação existente. Vítimas de uma terrível agressão terrorista, os EUA apareceram como credores da solidariedade internacional. Receberam dos seus aliados mandato para punir o terrorismo e erradicá-lo do planeta. De vítimas passaram a vingadores. A engrenagem funcionou de tal maneira que a Doutrina Lake – ou seja a intervenção unilateral contra

estados soberanos – surgiu como legítima aos olhos dos países ricos.

**Os norte-americanos e seus aliados confundem terrorismo, fundamentalismo islâmico e luta armada. É possível igualar o terrorismo com a resistência contra a ocupação estrangeira?**

**Miguel Urbano Rodrigues** – A confusão citada é obviamente ilegítima. O discurso de Bush e dos secretários de Estado e da Defesa apresenta por vezes com matizes diferentes. Mas

existe entre eles um denominador comum. Para o presidente e seus colaboradores mais próximos qualquer movimento libertador que recorra à luta armada (não apenas em países islâmicos) é, a partir de agora, terrorista e como tal deverá ser tratado.

Significativamente, o embaixador John Negroponte já anunciou na ONU que os EUA se reservam o direito de punir (leia-se bombardear) outros países. A própria mídia norte-ame-

ricana interpretou essa ameaça como dirigida à Síria, à Líbia, ao Sudão e, naturalmente, ao Iraque.

Para os ideólogos do neofascismo que se esboça, as forças de esquerda que em todo o mundo se batem contra o neoliberalismo e o imperialismo aparecem já como potencialmente terroristas. Os apelos à repressão acompanham as medidas de restrição das liberdades. Manifestações democráticas de protesto como as de Seattle, Quebec, Gênova etc, serão a partir de agora tratadas como “subversivas” e de tendência terrorista.

Quanto ao fundamentalismo religioso, é transparente que a direita norte-americana adotou há muito um comportamento fanático, que



em momentos de crise influencia amplos setores sociais. O ressurgimento em força do anticomunismo na mídia é uma consequência desse fenômeno.

**No período da luta contra os comunistas e a URSS, no Afeganistão, as milícias pró-norte-americanos eram apresentadas como “lutadores da liberdade”. O que levou Bin Laden e outros extremistas, treinados pela CIA, a voltar sua ação contra os EUA e o “Ocidente”?**

**Miguel Urbano Rodrigues** – Reagan dedicava uma estima especial aos chefes fundamentalistas das Sete Organizações Sunitas, por ele definidas como heróis e combatentes da liberdade. Quanto a Bin Laden, que foi também acarinhado pela CIA (que preparou, depois, através do Paquistão, o assalto dos Talibãs ao poder), creio que se exagera muito a importância do seu papel nos acontecimentos. Aos EUA convém inventar um “responsável”, mesmo que ele não exista. No Afeganistão, um dos países mais atrasados do mundo (nunca houve ali ferrovias), quase não há computadores. Pergunto: como seria possível conceber e dirigir a partir dali uma operação terrorista com a complexidade logística do 11 de setembro? Os fatos já trazidos a público revelam que a maioria das pessoas envolvidas na preparação do atentado é de cidadãos norte-americanos, alguns nascidos nos EUA. A operação terrorista contra Manhattan e o Pentágono apresenta carimbo norte-americano. Não é segredo que os serviços de segurança e inteligência dos EUA tinham conhecimento de que operações terroristas ambiciosas estavam sendo preparadas. Entretanto, reagiram com uma estranha passividade.

Até agora, a administração Bush

não tentou responder a algumas perguntas inquietantes. Uma delas é particularmente incômoda. Entre a destruição da segunda torre e o ataque ao Pentágono transcorreram 43 minutos. Por que motivo não foi interditado o espaço aéreo da capital federal? O sistema antimíssil de proteção não foi acionado e sobre Washington não apareceu um só avião de combate.

**Supõe-se que a região do mar Cáspio e da Ásia Central poderá representar, no futuro, o mesmo papel do Golfo Pérsico na atualidade. A luta pelo petróleo e pelo gás não seria um dos principais motivos que levam os EUA a investir contra o Afeganistão?**

**Miguel Urbano Rodrigues** – Existe uma abundante documentação oficial norte-americana sobre a política que visa a garantir o domínio dos EUA sobre o petróleo e o gás natural da Ásia Central ex-soviética. Brezinski define a Região como “o novo eixo geopolítico”. Em Março de 2000, eminentes acadêmicos russos revelaram na Conferência Internacional de Solidariedade à Iugoslávia, realizada em Belgrado, pormenores do projeto de desmembramento do Estado russo. Essa estratégia prevê o afastamento da Rússia do Cáucaso e da região caspiana na sequência de conflitos que os EUA estimulariam (Chechênia, Daguestão, Calmúquia etc). O motivo principal para a escolha do Afeganistão como primeiro alvo da retaliação terá sido precisamente a situação estratégica do país como porta de acesso às fabulosas riquezas em petróleo, gás e diferentes minérios do Turcomenistão, do Casaquistão, do Uzbequistão e do Tajiquistão. A súbita virada de Putin – já definida por alguns observadores como a maior capitulação da história da Rússia – facilitou extraordinariamente o ambicioso projeto norte-americano. A presença de forças

militares dos EUA em algumas dessas repúblicas aperta com tenacidade o cerco à Rússia. É muito improvável que Washington cumpra o compromisso de se retirar das repúblicas centro-asiáticas quando os atos de guerra contra o Afeganistão terminarem.

**Os afegãos têm uma história longa de resistência a ocupações estrangeiras. Engels, em 1857, já se referia à sua capacidade de opor-se à ocupação britânica; os russos também tiveram uma experiência ruim ali. Os norte-americanos serão capazes de vencê-los?**

**Miguel Urbano Rodrigues** – Quase todas as análises sobre o desenvolvimento da agressão contra o povo do Afeganistão são exercícios de futurologia pouco sérios. Ao longo dos séculos, desde os aquemênidas persas, as tribos afegãs lutaram com firmeza e coragem incomuns contra todos os invasores. Resistiram aos hunos heftalitas, aos árabes, aos turcos, aos mongóis, aos uzbeques, aos ingleses, ao império russo etc. Durante a primeira guerra anglo-afega, em 1838-40, um exército britânico inteiro, de 14 mil homens foi totalmente exterminado na retirada de Cabul. Os soviéticos não tiveram também uma experiência feliz. Os generais da rainha Vitória definiram os pachtunes como os melhores guerreiros do mundo.

É preciso conhecer um pouco a história daquelas tribos para se perceber o jogo sinuoso das alianças e as razões por que combatem. Nos anos 80, em épocas em que Cabul era diariamente bombardeada com mísseis oferecidos pela CIA aos mujaidins fundamentalistas das Organizações de Peshawar, conheci ali generais que mudaram de campo duas, três vezes, combatendo alternadamente contra a Revolução ou em sua defesa.

A mídia ocidental tem insistido em



apresentar as forças da chamada Aliança do Norte como representativas de uma oposição democrática ao fanatismo dos talibãs. Trata-se de uma fantasia. A Aliança é hoje o que resta das antigas Sete Organizações Sunitas, cujas tropas foram armadas, treinadas e financiadas pelos EUA, antes que Washington transferisse o seu apoio para os talibãs do *mullah* Muhamad Omar. São todos frangos da mesma ninhada. Ao atravessar a Cordilheira em 1986 vi mulheres com os peitos mutilados pelas hordas que hoje integram a Aliança do Norte.

Que não haja ilusões. Os grupos fundamentalistas afegãos são olhados pela Casa Branca alternadamente como aliados e democratas ou inimigos e terroristas. Depende da circunstância.

Mas o presidente Bush age com imprudência ao entoar antecipadamente cânticos de louvor aos soldados da sua Cruzada afegã. Os antecedentes históricos não justificam tamanho entusiasmo. Engels extraiu lições úteis da primeira guerra anglo-afegã. Foram esquecidas pelos generais do Pentágono. Em Washington saudaram agora com foguetes o prólogo da agressão ao povo do Afeganistão. Não é impossível que o desfecho seja de pesadelo.

**Havia uma certa expectativa de a Europa buscar uma diferenciação dos interesses estratégicos dos EUA, tendo sido divulgado o interesse europeu em constituir uma força militar própria, distinta da OTAN. Com a atual ofensiva belicista norte-americana há um constrangimento nessa expectativa européia?**

**Miguel Urbano Rodrigues** – Um relatório secreto do Pentágono de março de 1992 assinala que os EUA, para manter o seu domínio econômico e político permanente e perpétuo sobre o mundo, não podem permitir a emergência de qualquer poder militar de

nível comparável ao seu. Nesse documento afirma-se que a presença das tropas norte-americanas na Europa deve ser definitiva e que seria contrária aos interesses dos EUA a formação de um exército europeu autônomo.

Transcorrida quase uma década, Washington foi obrigado a ceder e, sob pressão da França e da Alemanha, teve de aceitar como fato consumado aquilo que é já o embrião do futuro exército europeu. As relações que essa força manterá com a OTAN nunca ficaram claras. Recentemente declarações sobre o assunto do chefe do Estado Maior do Exército da França foram mal recebidas no Pentágono e no Quartel General da OTAN. Segundo o chefe militar francês o futuro Exército Europeu terá autonomia total para atuar em qualquer teatro de operações sem depender da OTAN. Tanto o secretário da Defesa dos EUA, Rumsfeld, como Lord Robeson, secretário geral da OTAN apressaram-se a criticá-lo, definindo suas palavras como “inadequadas”. O incidente chamou a atenção para o crescente antagonismo entre os interesses estratégicos da Europa e dos EUA. É transparente embora não seja público.

Mesmo os governantes mais conservadores da União Européia estão conscientes de que não há impérios perpétuos. O norte-americano terá o destino de quantos aspiraram ao domínio mundial, de Roma a Hitler.

**A mídia repete insistentemente que o Afeganistão é um país muito atrasado, uma terra de gente bárbara. Essas opiniões traduzem a realidade que ali encontrou?**

**Miguel Urbano Rodrigues** – Os gregos, que inventaram a palavra, definiam como bárbaros todos os estrangeiros. A mídia esconde uma realidade incômoda. O território do Afeganistão é um dos mais fabulosos museus arqueológicos da humanida-

de. Talvez não exista outro país onde, soterradas, existam tantas e tão belas ruínas de antigas civilizações.

Algumas tiveram por berço o atual território do Afeganistão; outras foram implantadas por povos vindos do ocidente ou do oriente.


Citarei apenas dois exemplos pouco conhecidos.

A islamização da Índia, nos séculos XI e XII, não foi empreendida pelos árabes, mas por duas dinastias de raiz afegã: a dos Gahznividas (turcos) e a dos Ghoridas (iranianos). Gahzni foi durante dois séculos uma das mais civilizadas cidades do mundo. Aquele sultanato foi o berço de alguns dos mais notáveis escritores, cientistas e artistas do Islã. Entre eles Firdusi, poeta genial e um dos criadores do persa moderno; Al Biruni, humanista, historiador, filósofo, matemático de prestígio universal; e Sanaí, o poeta místico cuja obra a crítica coloca no nível da de Dante Alighieri.

Foi das cidades greco-bactrianas do Nordeste afegão, por onde hoje andam os bandos da Aliança do Norte, que saíram os escultores que no início da nossa Era, no espaço do Império Kuchano, criaram a chamada Arte de Gandhara que fundiu o rigor formal e a perfeição técnica dos antigos gregos com a espiritualidade budista.

Sob toneladas de entulho o subsolo afegão encerra-se ainda um patrimônio de valor incalculável. Para os estrategistas do Pentágono esses tesouros artísticos nada significam.

Segundo a CNN, Bagram, um campo arqueológico Kuchano mundialmente famoso, foi bombardeado. Parece que havia por ali um quartel... Uma chuva de bombas caiu sobre as ruínas das stupas de Jalalabad, monumentos funerários budistas únicos no mundo.

Penso que o qualificativo de moderno bárbaro se ajusta bem ao presidente George W. Bush. 



# Tendências da situação internacional

Haroldo Lima

*O cenário geoestratégico mundial sofreu modificações políticas, econômicas e militares com os atentados terroristas de setembro. Contudo, as grandes tendências que estavam em curso continuam – em quadro de novos reajustamentos*

Dois acontecimentos recentes centralizam a atenção do mundo: o atentado terrorista de setembro passado, ocorrido nos Estados Unidos, que ceifou a vida de mais de cinco mil pessoas e atingiu símbolos do poderio econômico e militar norte-americano; e a guerra desfechada pelos Estados Unidos contra o Afeganistão, país asiático, um dos mais pobres do mundo, punido por não ter entregue a pessoa tida como autora intelectual dos referidos atentados.

LOGO APÓS os atos terroristas, quase todos os países e forças políticas do mundo, dentre elas o PCdoB, declararam sua solidariedade ao povo norte-americano e sua repulsa ao terrorismo. A reação dos EUA, desencadeando guerra de retaliação e anunciando que poderá usar todo tipo de arma e atacar outros países, quebrou essa quase unanimidade. Os afegãos e religiosos envolvidos procuram transformar o conflito em guerra santa, levantando bandeiras sensíveis, como o fim da ocupação

israelense na Palestina e a retirada das tropas norte-americanas da Arábia Saudita, onde ficam as cidades santas de Meca e Medina. Os muçulmanos de outras partes do mundo em geral se solidarizam com o país muçulmano atingido e protestam contra governos que apóiam os norte-americanos. Os demais povos dividem-se, aparecendo, em variados países, expressivas manifestações contra a guerra, tendo líderes religiosos católicos, anglicanos e luteranos, do Brasil, Argentina e

México, divulgando manifesto no último dia 21 de outubro, segundo o qual os ataques ao Afeganistão “são comparáveis aos atos terroristas ocorridos nos Estados Unidos”.

O desfecho dessa situação ainda é imprevisível. Somente há pouco os norte-americanos começaram a fazer guerra terrestre, na realidade operações-relâmpago, advertidos por ex-comandantes soviéticos que lá estiveram, como o coronel Viacheslav Krasen, segundo o qual “o uso de tropas terrestres pelos EUA não vai dar



certo”, os “garotos norte-americanos (...) não têm preparo para lutar contra essa gente no solo”, “os norte-americanos erram em suas táticas de ataque, como no Iraque e na Iugoslávia” e, finalmente, “só com a força não se ganha nada por lá, nós da Rússia sabemos.” (*Folha de S. Paulo*, 20/10/01)

Oportunamente, portais, revistas e jornais do mundo, como a *Folha de S. Paulo*, (15/10/01) desencavaram um ensaio de 1858, de Friedrich Engels, o famoso companheiro de Marx, sobre a derrota do Exército britânico em 1842 no Afeganistão. Entre outras observações, ele acentua “a importância política” da “posição geográfica” do Afeganistão e descreve os afegãos como “um povo corajoso, resistente e independente”, para quem “a guerra é um lazer glorificante, que os alivia de suas ocupações monótonas e laboriosas”.

O cenário geoestratégico mundial, sem dúvida alguma, sofreu modificações políticas, econômicas e militares, com os atentados terroristas de setembro. Contudo, as grandes tendências que estavam em curso continuam, evidentemente, em quadro de reajustamentos. Daí ser útil uma apreciação dessas tendências, para se aquilatar de que forma e em que medida serão elas recolocadas.

## Conflitos

que pareciam

sob controle

durante a guerra

fria, agora

reaparecem

com muita

força

## A unipolaridade que se seguiu à Guerra Fria

A desregulamentação financeira ocorrida no planeta a partir da década de 80 beneficiou enormemente a economia norte-americana. O fim dos controles sobre movimentações financeiras ocorrido na Holanda, em 1981, na Alemanha, em 1982, no Japão e restante da Europa até os últimos anos 90, e a elevação de taxas de juro e corte de impostos nos EUA, garantiram a esse país excepcional poder de atração de capital do mundo inteiro. O capital financeiro passou a ter uma predominância no conjunto da economia norte-americana como nunca tivera desde a década de 30.

Tamanha era a hegemonia dos Estados Unidos no imediato pós-Guerra Fria, que o então presidente norte-americano George Bush, pai do atual presidente, chegou a se comprometer, no encontro de Malta, após a Guerra do Golfo de 1991, com a construção do que chamou de uma Nova Ordem Mundial. Sob os parâmetros da Guerra Fria, o mundo esteve 44 anos em uma espécie de equilíbrio à beira do abismo. Muitos choques armados ocorreram e muito sangue foi derramado, mas os conflitos eram apresentados como expressão das disputas entre as duas superpotências. Suas causas internas eram ofuscadas.

Certa distensão ocorreu nos momentos iniciais do pós-Guerra Fria, permitindo o reaquecimento de idéias como a do “fim da história”. A vida cedo se encarregaria de mostrar quão despropositada era essa visão. O que na continuidade sucedeu foi o aparecimento de múltiplos conflitos e situações que, no contexto da Guerra Fria, estavam, de certo modo, sob controle. Alguns merecem destaque.

Em primeiro lugar, surgiram vinte e dois novos estados independentes na esteira da desagregação do antigo

campo socialista, nomeadamente da União Soviética, da Iugoslávia e da Tchecoslováquia. Esse número é excepcional. É maior que o dos estados constituídos depois da I Guerra Mundial, ou dos estados surgidos com a descolonização da África, entre os anos 50 e 60.

A emergência desses países, independentes e, às vezes, vizinhos, trouxeram à tona antigas e profundas diferenças, rivalidades e disputas étnicas, religiosas e territoriais. Estas, cedo evoluíram para guerras abertas, como as que envolveram Eslovênia, Croácia, Bósnia, Moldávia, Criméia, Macedônia, Kosovo, Albânia, Transilvânia, Eslováquia, Estônia e Chechênia, numa lista incompleta.

Em segundo lugar, conflitos crônicos que subsistiram recobriram fôlego, como o do Oriente Médio, principalmente o que envolve a Autoridade Palestina e Israel, e as lutas decorrentes da descolonização da África, que estão destruindo países daquele continente. Continuaram também os resíduos mais visíveis da Guerra Fria, a separação entre as duas Coreias, o status de Taiwan e o bloqueio a Cuba.

Em terceiro lugar, por conta de leitura deformada das relações entre a religião muçulmana e conflitos territoriais e étnicos, e na esteira de opiniões profundamente racistas, como as levantadas, em 1993, por Samuel Huntington, sobre o suposto “choque das civilizações” que “dominará a política mundial”, foi se criando, principalmente nos Estados Unidos, mas também na Europa, um preconceito contra o Islã, guindado à condição de “inimigo do Ocidente”, visto e anunciado como responsável por atentados, como, por exemplo, o de Oklahoma, em abril de 1995, que melhor investigado, mostrou ter sido



praticado por norte-americanos de extrema-direita.

Finalmente, o perigo nuclear, que se imaginava poder diminuir bastante com o fim da Guerra Fria, recolocou-se de outra forma. Se os grandes arsenais podiam ser contabilizados e reduzidos, o risco da proliferação atômica ganhou novos contornos, com a possibilidade de armamento nuclear chegar a países menores ou até a grupos organizados.

Esse cenário mundial, novo e sumamente complexo, aparecia como um desafio aos povos e estados. A postura dos EUA, como Estado hegemônico foi, neste sentido, de grande importância.

**O**s Estados Unidos, entretanto, são um país de formação relativamente recente, sem larga história e sem larga tradição. No acervo relativamente novo de suas experiências, não têm demonstrado vocação para tratar dos problemas do mundo, muito menos dos complexos impasses cuja solução demanda engenho, persuasão e perseverança. É notória sua inclinação para tratar dos problemas internos, como desenvolvimento e nível de vida. Seu isolacionismo chega a ser discutido como política de Estado. O ex-secretário de Estado Henry Kissinger teve oportunidade de criticar esse traço da política norte-americana, em livro sintomaticamente intitulado *Precisam os Estados Unidos de uma política externa?*

Quando os problemas externos conseguem se impor, os EUA os tratam a partir da idéia de que a força é o método por excelência nesse terreno, como mostra o rol de suas intervenções na baía dos Porcos (em Cuba), Panamá, Granada, República Dominicana, Nicarágua, Vietnã, Laos, Camboja, Líbia, Sudão, Iraque, Afeganistão etc.

O novo cenário pós-Guerra Fria recebeu, ademais, uma herança crucial, a OTAN. Esta organização surgiu para fazer frente ao que se considerava ser o expansionismo da antiga União Soviética, que posteriormente organizou o Pacto de Varsóvia. Com o fim da URSS, e naturalmente do Pacto de Varsóvia, havia de se definir o futuro da OTAN. Líderes europeus começaram a vê-la como um “fardo estratégico-diplomático e financeiro” e, mais grave ainda, como um instrumento de domínio dos EUA sobre a Europa. Setores do velho continente, que segundo Willy Brandt, era um “gigante econômico e anão político”, anteviram a possibilidade de, livrando-se do “fardo”, livrarem-se dos EUA e transformarem o gigante econômico em gigante político. Chegaram a projetar um Exército Binacional Franco-Alemão, núcleo de uma eventual defesa européia. Quem não aceitou o problema posto nestes termos foram os EUA.

Em 1992, documento do Pentágono, intitulado *Defense Planning Guidance 1994-1999*, não só descartou o fim da OTAN como foi à frente, e propôs sua ampliação, devido a supostas ameaças que poderiam advir do Leste europeu e do Oriente Médio. Sendo assim, a França levantou a idéia de que caberia então um general europeu no comando da OTAN, pretensão que provocou conhecida e ríspida resposta do então ministro da Defesa norte-americana, William Cohen: “Evidentemente, e categoricamente, isto é inegociável”. Paulo F. Vizentini (professor da UFRGS e doutor em História pela USP) lembra que foi nesse “processo de convencimento dos europeus que foi desencadeada a Guerra do Golfo e alimentados os conflitos da Iugoslávia em desagre-

---

## A China

---

*poderá ser*

---

*a maior*

---

*economia*

---

*do planeta*

---

*na terceira ou*

---

*quarta década*

---

*deste século*

---

gação”. Os EUA lograram demonstrar assim a importância da continuidade da OTAN.

### **A multipolaridade como tendência objetiva**

Paralelamente ao quadro que se formava no pós-Guerra Fria, um dado foi se impondo – a emergência de uma nova potência, a República Popular da China.

Desde 1978, a China segue uma linha nova de construção de sua sociedade socialista, alcançando surpreendentes êxitos em todos os terrenos. Aqui, importa-nos sublinhar o econômico e o militar.

A China está completando agora 22 anos de crescimento contínuo, com um extraordinário nível médio em torno de 9% ao ano. País que exportava em 1980 menos que o Brasil, em 2001 exportou 183 bilhões de dólares, três vezes mais que o nosso país; atingiu um superávit comercial de 40 bilhões de dólares, registrou reservas cambiais de US 140 bilhões e levou seu PIB à marca do 1 trilhão de dólares, no limiar de ultrapassar o da Inglaterra. E recebe elogios generosos da ONU pela eficácia com que combate a pobreza!



Joseph Stiglitz, então economista chefe do Banco Mundial, em estudo reproduzido na *Folha de S. Paulo* (12/7/98), relatou curiosa simulação feita por esse Banco. Disse ele: "Se as 30 províncias da China fossem consideradas como economias nacionais independentes elas ocupariam os primeiros 20 lugares no ranking das economias que mais cresceram no mundo entre 1978 e 1995". Segundo especialistas, não havendo reversão, a China poderá ser, na terceira ou quarta década deste século, a maior economia do planeta!

No terreno militar os chineses não descuidaram da preparação de sua defesa, nos aspectos material e doutrínario. A República Popular conta hoje com o maior contingente militar do mundo, com a quarta maior frota de superfície e a segunda maior de submarinos, ocupa o terceiro lugar em número de blindados e carros de combate, o segundo em canhões e o primeiro em aviões de caça. É a quarta potência em número de ogivas e a terceira em número de mísseis intercontinentais. Embora seja o décimo país do mundo em gastos bélicos é, segundo avaliações especializadas, a terceira po-

*A União Européia  
se articula na  
busca da unidade  
a ser feita mesmo  
entre países  
com antigas  
histórias de  
confronto*

tência militar da atualidade. Estudos admitem que ela pode se transformar na primeira potência militar do mundo, no primeiro quarto do século entrante. (1)

No aspecto da doutrina militar, três pontos merecem destaque. Primeiro, o empenho chinês no armamento tecnologicamente avançado, ao lado do preparo do combatente, disposição que os chineses passaram a ter depois da guerra da Coreia, onde as perdas chinesas foram elevadíssimas, por não contar a China com armamentos modernos, e por subestimá-los. Segundo, o postulado pelo qual a China, "jamais, sob nenhum pretexto, e em nenhuma circunstância, será a primeira a lançar um artefato nuclear". Terceiro, o princípio de que a China, em eventual conflito, não tomará iniciativa de ataque, mas, se atacada, não apenas se defenderá, mas contra-atacará.

Naturalmente a emergência de uma potência com tal significação e potencialidade aparece como uma hipótese de negação da unipolaridade existente. Esta, vai sendo contestada por uma tendência objetiva à multipolaridade, que se expressa em diversos fatores, um dos quais, e dos mais importantes, é o crescimento da China. Mas há outros.

Independente de terem se desagregado antigas Federações, como já vimos, um movimento de aglutinação de Nações avançou na Europa. A União Européia se articula na busca da unidade a ser feita mesmo entre países com antigas histórias de confronto. A criação pela UE de uma nova moeda, o Euro, faz parte da estratégia de contestação do dólar, a moeda do pólo hegemônico, que pode ser impressa por decisão isolada de um governo e que é respeitada como moeda padrão do mundo a des-

peito de não ter lastro de garantia.

Em perspectiva, outros pólos podem surgir com elevada importância política, econômica e militar, como a Rússia, se se recuperar, ou o Japão, se voltar a se desenvolver.

A contestação à unipolaridade revela-se ainda na resistência que povos e organizações oferecem ao hegemonismo dos EUA e à chamada globalização, que aparecem sob múltiplas formas, entre as quais a tentativa de impedir a realização de reuniões de organismos como o G7 e outras cúpulas, no que têm conseguido êxitos surpreendentes. Os líderes desses organismos já estão pensando em se reunir no mar, em navios, porque nas cidades onde chegam são repelidos.

Mas, se a multipolarização é uma tendência que questiona a hegemonia absoluta do Império norte-americano e que cresce objetivamente, não podemos perder de vista a possibilidade e a conveniência de posições serem acertadas e de aproximações serem feitas entre interessados na consecução de certos objetivos.

Há, por exemplo, relevantes identidades e interesses entre o Brasil e a China, além de outros. Esses dois países estão em desenvolvimento, têm grandes extensões territoriais, populações, riquezas potenciais e tradições políticas de não intervenção, não expansionismo e não hegemonismo. Quando, em 1988, Deng Xiaoping, o artífice da vitoriosa teoria do socialismo atual da China, teceu comentários sobre problemas mundiais com o então Primeiro Ministro da Índia, Rajiv Gandhi, observou que, por trás da assertiva de que o século XXI seria o século do Pacífico, estava a idéia de que os EUA, Japão, Austrália, Nova Zelândia etc, eram países do



Pacífico. Disse que só haveria “algo parecido com um século da Ásia e do Pacífico” quando a China e a Índia se desenvolvessem. E acrescentou: “Da mesma forma não haverá nenhum século da América Latina sem o desenvolvimento do Brasil”. Parecia que Deng Xiaoping sinalizava com uma aliança estratégica para o futuro, envolvendo a China, a Índia e o Brasil.

### **Estratégias da unipolaridade**

No quadro unipolar que prevalece, os EUA tratam de esquematizar sua visão estratégica. Um problema precisa ser resolvido: quem é seu inimigo, qual o país que o ameaça, ou, como queiram, quem ameaça o Ocidente, o Mundo Livre?

No passado, e por décadas, a resposta a essas perguntas foi simples – o comunismo. Na nova situação, ficou difícil e confusa, pois que riscos variados e de distintas naturezas são considerados, como o narcotráfico, o crime organizado, a AIDS, o Ebola, o fundamentalismo religioso, a proliferação nuclear etc. Quem sabe até o efeito estufa.

Mas, duas estratégias foram sendo elaboradas e mais ou menos praticadas pelos EUA, nesse pós-Guerra Fria. A primeira partia do princípio de que o risco principal viria dos chamados “países párias”, assim chamados o Iraque, Líbia, Sudão, Irã, Coreia do Norte, talvez Cuba, etc, que supostamente poderiam atingir os EUA; e a segunda vislumbrava o surgimento de uma força militar expressiva capaz de fazer frente à força norte-americana em nível de equivalência. Esta força seria a China, eventualmente uma Rússia revitalizada.

Essas duas estratégias, não necessariamente excludentes, pareciam convergir para a construção do es-

cudo antimíssil, popularmente chamado de guerra nas estrelas, a partir da denúncia do acordo antimíssil balístico (o ABM, de 1972) firmado entre EUA e URSS. Bush já classificara esse acordo de “antiquado e inútil”. Tal escudo naturalmente despertava fortes reações contrárias da China e da Rússia, que viam nesse projeto a retomada em outro nível da antiga corrida armamentista. As duas estratégias sinalizavam ainda para um redirecionamento dos sistemas de mísseis norte-americanos e para o acantonamento de tropas norte-americanas nas proximidades da Ásia.

O redirecionamento dos mísseis foi tratado no primeiro quadrimestre do ano, tendo o *Washington Post* de 30 de abril informado sobre a “redução de 50% nos alvos russos e um aumento de 100% nos alvos chineses”. Bush afirmara dias antes (25/4/01): os EUA “farão o necessário para ajudar Taiwan a defender-se da China”; primeira declaração do gênero de um governante norte-americano desde 1979, quando os EUA romperam relações com Taipei e reconheceram a China Popular como a “única representante do povo chinês”. Pequim considerou, no dia seguinte, essa declaração de Bush como um “atentado à soberania chinesa”.

A animosidade que se cria nos EUA contra a China vem desde antes do atual governo de Bush. No meio literário, publicou-se, em 1997, o livro de Richard Bernstein e Rosso Munro intitulado *O iminente conflito com a China*, que mereceu da revista *Beijing Informa* (27 de julho de 1997) crítica mordaz, e a observação de estarem os EUA sofrendo de uma espécie de “síndrome da falta de inimigos, produto da mentalidade da

---

## *A unipolaridade*

---

*que viceja no*

---

*mundo, com os*

---

*EUA como pólo*

---

*hegemônico,*

---

*tem na atividade*

---

*tímida da ONU*

---

*um obstáculo*

---

guerra fria”. Mais à frente ocorreram o bombardeio da Embaixada chinesa em Belgrado, durante a Guerra de Kosovo, em 1999, e o incidente com o avião de espionagem norte-americano, interceptado por caças chineses e obrigado a pousar no aeroporto de Hainan, em 1º de abril de 2001. Finalmente, em maio de 2001, o Ministério da Defesa confirma que os Estados Unidos deverão dedicar menos atenção à Europa e mais atenção à China.

### **A ONU, de instância máxima a estorvo!**

A unipolaridade que viceja no mundo, com os EUA como pólo hegemônico, passou a ter na atividade tímida das Nações Unidas um obstáculo, um estorvo. Os EUA passaram a ver a OTAN como o instrumento eficaz para a interferência que queria ter nos problemas do mundo. Na OTAN ele decidia, em um colegiado homogêneo e restrito. A ONU atrapalhava.

A experiência da guerra de Kosovo, onde a OTAN, sob comando norte-americano, foi à guerra, à margem do Conselho de Segurança, suscitou análises do comando da organização. Algumas das conclusões



foram apresentadas em Brasília pelo general Klaus Naumann, ex-membro do Comando da OTAN, sob os auspícios da Fundação Konrad Adenauer, em setembro passado, em palestra no Hotel Nacional, poucos dias após os atentados terroristas nos EUA. Eis alguns de seus pensamentos: “a Rússia e a China disseram que jamais concordariam com a Resolução do Conselho de Segurança sobre a intervenção em Kosovo”; “como não queríamos humilhar a Rússia e a China, intervimos sem mandato do Conselho de Segurança, o que pode ter sido um erro, já que não foi completamente legal, embora tenha sido legítimo”; “é desejável, em qualquer conflito futuro, um mandato do Conselho de Segurança da ONU; mas, o que fazer se o Conselho falhar de novo? Poderemos agir mais uma vez sem mandato, frente ao terrorismo e ao genocídio”; “há um novo conceito de soberania dos estados, que implica em responsabilidade e respeito aos direitos humanos”; “há situações em que Estados perdem o direito à defesa pela comunidade internacional”; “os malandros do mundo não podem

## A OTAN

*acha-se*

*autorizada a*

*intervir onde*

*considerar*

*imperioso a*

*defesa dos*

*“direitos*

*humanos”*

se esconder na inoperância do Conselho de Segurança da ONU”; “esperamos que em lutas futuras nossos amigos, inclusive os brasileiros, estejam do nosso lado”; “na próxima rodada da OTAN discutiremos nova ampliação”; “a Rússia será da Europa ou não”; “não vamos definir área de segurança da OTAN, mas agir caso a caso”; “há possibilidade de alguém comprar inclusive armas nucleares, e temos que reduzir essa possibilidade”; “a ONU é tão boa quanto somos nós que a compomos, mas o elemento central é a soberania de um Estado, que na globalização tem certas modificações”; “se vocês transferirem parte da soberania, a referência do cidadão continuará sendo o Estado nacional; mas os direitos humanos precisam ser aplicados, se não todos os outros estados estarão obrigados a defendê-los, pacificamente ou pela violência”. Uma das assertivas últimas do general nessa palestra foi: “Podem ficar despreocupados, porque não seremos policiais globais”.

A marginalização da ONU, que se observa, e do seu Conselho de Segurança é, assim, premeditada. Na ótica do hegemonismo norte-americano essa marginalização é uma necessidade, praticada de forma flexível, como bem situou o palestrante, “caso a caso”. Os EUA chegam a exigir que leis norte-americanas sejam respeitadas em outros países, como no caso da lei Helms-Burton que aumenta o bloqueio a Cuba.

Finalmente, há pouco foi comemorado em Washington o 50º aniversário da OTAN. Os EUA propuseram, na oportunidade, redefinir conceitos estratégicos do bloco. No documento firmado, a OTAN considera-se autorizada a intervir, sem prévia autorização da ONU, em locais onde considerar imperioso a defesa dos direitos

humanos, o combate ao narcotráfico etc. Enumera, como um dos fatos que podem justificar uma intervenção, a ameaça a “reservas estratégicas da humanidade...”. E assim, a nossa Amazônia entra no bolo.

## A Frente antiterror

Atingidos material e psicologicamente pelos atentados terroristas de 11 de setembro passado, os EUA de pronto se dispuseram a ir à guerra. As primeiras declarações de seu presidente eram fundadas na lei de Talião – olho por olho, dente por dente. Na preparação logística da guerra, sentiram a necessidade de uma articulação diplomática e puseram-se a constituir o que chamaram uma Frente antiterror. A Frente foi ampla enquanto fundada na solidariedade ao povo norte-americano e na condenação enérgica do terrorismo. Mas foi restrita, cheia de ressalvas e condições, no que diz respeito à guerra ao Afeganistão. Ir mesmo à guerra, só os ingleses.

Declaração política firmada por líderes de expressão mundial, até agora, só uma foi emitida, a da reunião da APEC (o Fórum Ásia-Pacífico) realizada no dia 21 passado, em Shanghai, com a participação de 19 líderes, entre os quais os presidentes dos EUA, China e Rússia. Essa declaração é enfática na condenação do terrorismo, mas não faz qualquer referência à guerra do Afeganistão.

É certo que há um reajustamento de forças devido ao trágico acontecimento da morte em escala, de norte-americanos e de gente de outras nacionalidades. O terrorismo, de imediato, reforçou politicamente os Estados Unidos. O próprio presidente Bush, que estava com sua popularidade em baixa, ganhou apoio popular. Em decorrência, a unipolaridade, a prazo curto, se



acentua, e com ela o hegemonismo e a política de força dos EUA.

A ofensiva antiterrorista norte-americana, contudo, não entra em contradição com suas estratégias fundamentais e não as revoga, mas, ao contrário, vai se desdobrando na linha dessas estratégias, a que se volta contra os “estados párias” e a que objetiva a potência emergente da Ásia.

**E**ssas estratégias requeriam, como já vimos, além do redimensionamento dos sistemas de mísseis, a localização de forças militares mais próximas da Ásia. Já a guerra de Kosovo permitiu que os EUA acantonassem, na importante região dos Balcãs, forças militares expressivas, que para lá foram fazer a guerra de Kosovo, e de lá não saíram. Agora, com a justificativa de pegar Bin Laden, ou todo o seu grupo, ou derrotar um país praticamente arrasado, os EUA deslocam para a estratégica região da Ásia Central um aparato militar desproporcional a seus objetivos declarados. Noticiário da *Folha* de 18/10/01 dá conta de que “Bush tentará convencer Jiang Zemin de que a atuação de Washington na Ásia Central não representa uma ameaça a Pequim”. Segundo a matéria, “para os setores mais nacionalistas do regime chinês, a presença de forças dos Estados Unidos na Ásia Central representa um pesadelo. Eles acreditam que a verdadeira intenção norte-americana é ‘ensanduicar’ a China, colocando tropas na Ásia Central e mantendo seus cerca de 100 mil soldados baseados no Japão e na Coreia do Sul”. Pequim insiste, para que qualquer operação militar na Ásia Central esteja sob o controle da ONU; que não atinja inocentes; e que seja rápida. Nada disso está ocorrendo, demonstrando que a situação está em evolução.


### O Brasil neste contexto

O Brasil, com suas dimensões continentais, sua população grandiosa e não dividida por choques étnicos ou religiosos, sua unidade lingüística, suas riquezas naturais portentosas, água abundante e a maior biodiversidade do planeta, tem tudo para ser uma grande Nação, não em futuro longínquo, mas em futuro próximo. A perda do seu ritmo histórico de desenvolvimento o conduziu às dificuldades sociais que hoje enfrenta e a uma vulnerabilidade acentuada na sua capacidade de decisão soberana.

Interessa ao Brasil crescer com os que estão crescendo, atento ao fato de as políticas hegemônicas que lhe chegam de fora terem frustrado seu projeto nacional. À luz de seus interesses próprios, há de procurar aproximar-se dos países com quem tem convergências, em particular daqueles empenhados na busca de uma situação multipolar no mundo.

Foi correta a posição do Brasil em solidarizar-se com o povo norte-americano, atingido pelos atentados. E foi correta a crítica justa, pronta e enérgica ao terrorismo. Pareceu-nos forçado e equivocado termos recorrido ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – o TIAR, de 1947, da época da Guerra Fria e quase já denunciado pelo México – para defender que o ataque terrorista aos EUA, pelo artigo 3º do TIAR, atinja a todos os estados americanos. Na verdade, o artigo 3º do TIAR estabelece que qualquer ataque armado de Estado estrangeiro feito a qualquer Estado americano atinge a todos os estados do continente. Os EUA não receberam ataque armado de nenhum Estado estrangeiro. Forçamos uma interpretação legislativa para nos colocarmos na linha de

fogo do terrorismo internacional, sem nenhuma razão plausível.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, examinando essa questão, observou ter a nossa diplomacia uma característica própria, reconhecida e respeitada internacionalmente, que decorre das características do nosso próprio povo. É a característica da negociação inteligente, da articulação ampla, da busca da solução política. Razão pela qual, entre a guerra e a iniciativa diplomática e política para enfrentar o terrorismo, a nós caberia o empenho na frente diplomática. A Comissão considerou, por outro lado, que o terrorismo deve ser criticado sem ressalvas, mas que não se pode desconsiderar ser ele expressão do desespero que brota de situações agudamente injustas. E que, por conseguinte, caberia a nós contribuir para a solução desses problemas. Neste sentido a Comissão aprovou, por unanimidade, e já fez chegar às mãos do presidente Fernando Henrique Cardoso uma Moção que “exorta” o Presidente a pôr a diplomacia brasileira em se tratando de uma questão que, se encaminhada, poderia significar uma grande descontração na situação internacional – a questão da criação do Estado da Palestina. 

Haroldo Lima é deputado federal pelo PCdoB/BA, exerce seu quinto mandato na Câmara dos Deputados, é membro titular e vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Este texto reproduz sua intervenção na Escola Superior de Guerra, no dia 23 de outubro de 2001.

#### Nota

(1) *Military Balance 1998-99*, London, Barseys, 1999. Citado em “A busca da harmonia e a idéia de revolução”, de Janice Theodoro e Fortunato Pastore, da USP, *Revista Tempo Brasileiro* 137, RJ, abril-junho de 1999.



# A crise na Ásia e o conflito no Afeganistão: a questão do terrorismo

Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho

## *Os Estados Unidos são protagonistas de massacres perpetrados contra povos e países*

Os termos “terrorismo” e “terrorista” vêm sendo fartamente utilizados pelos meios de comunicação de massa, depois das ações ocorridas em 11 de setembro. Cabe aqui um breve histórico sobre o conceito de “terror” e seus desdobramentos.

PODE-SE classificar, grosso modo, em quatro tipos as ações ditas “terroristas”, e diversos são os exemplos com o desenrolar da história: o terror religioso e fundamentalista (no caso de muçulmanos, cristãos e judeus extremistas que muitas vezes fazem de seu corpo uma arma de guerra); o do tipo *mercenário* (os que se movem por dinheiro. Essa gente tem até uma revista em nível mundial, denominada *Soldiers of Fortune* e agiu muito em território africano nas décadas de 60 e 70 do século passado); o nacionalista (como o Exército Republicano Irlandês; e o ETA, no país Basco); e, por fim, os ideológicos – sejam eles de esquerda ou de direita (o caso das milícias norte-americanas, das quais

era membro Timothy McVeigh, na ação em Oklahoma).<sup>(1)</sup>

Os termos passam a ser mais largamente empregados na história a partir de 1793, na França de Robespierre. Até o inventor da guilhotina, Guillotan, teve sua cabeça cortada por esse instrumento no período denominado de “terror”. Muito repercutiu, no final do século XIX, o caso do assassinato do Czar da Rússia Alexandre II, em 1891, por uma organização revolucionária, da qual o irmão de Lênin participava, autodenominada Vontade do Povo. Os livros de história geral dão como certo o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando – perpetrado pelo estudante integrante do grupo

Mão Negra, de origem sérvia –, como o estopim para o início da I Guerra Mundial.

É emblemático o “choro” coletivo acerca das vítimas norte-americanas do dia 11 de setembro, e não há aqui nenhum motivo para justificar ou compreender as atitudes de quem destruiu as torres – ações e métodos, esses, condenáveis. Mas, um conjunto de perguntas deve, e precisa, vir à tona, sob pena de ampliar-se ainda mais o pensamento único, a versão única dos fatos e a hegemonia dos Estados Unidos em plano mundial.

Assim, pergunta-se quem chorou pelo ataque, com apoio norte-americano, no mesmo dia 11 de setembro, há 28 anos, ao Palácio La Moneda,



onde perdeu a vida o presidente socialista Salvador Allende? E, ainda, tal ataque teria sido “democrático”? Quem chorou, há nove anos, entre os dias 16 e 19 de setembro, quando as falanges cristãs estupraram e mataram mais de 3 mil palestinos, mulheres, crianças e idosos, do acampamento de Sabra e Chatila no Sul do Líbano? Por acaso esse massacre não contou com o apoio integral de Israel e dos Estados Unidos? O que foi esse ato – terrorismo ou ato de guerra? Ao todo, no período em que Israel ocupou o sul do Líbano, as organizações humanitárias contabilizam mais de 20 mil mortes. Agora mesmo, durante os ataques norte-americanos ao Afeganistão, quem chora pelas mortes dos palestinos massacrados pelos tanques israelenses na Cisjordânia e em Gaza? Quem chorou pelos milhares de iraquianos civis mortos na Guerra do Golfo (decorrente do boicote econômico norte-americano em dez anos)? E os 150 mil afegãos mortos em suas diversas guerras; os 200 mil iranianos bombardeados em oito anos de guerra entre vizinhos; os 200 mil guatemaltecos – indígenas, em sua grande maioria –, mortos em genocídios perpetrados com armas e orientação norte-americanas? E os vietnamitas?

A mídia, em uniforme de campanha, fala e martela o tempo todo sobre o “maior atentado terrorista da história”. Qual história? O que se pode dizer do bombardeio da cidade alemã Dresden, 16 dias após à rendição alemã, onde morreram 225 mil pessoas, em dois ataques com intervalo de 34 minutos? Foi ou não um ato terrorista dos norte-americanos? <sup>(2)</sup> E as 150 mil pessoas mortas em ataques com bombas atômicas, em agosto de 1945, nas cidades japonesas Hiroshima e Nagasaki? Essas ações foram de guerra, ou um terrorismo de Es-

tado? Como esquecer 800 mil ruandeses massacrados em 94 com apoio norte-americano? Sem falar do ditador Idi Amin Dada, de Uganda, que, literalmente, *comia* o seu povo? Como bem o mencionou o professor Cristóvão Buarque, “os que fizeram o ataque aos prédios norte-americanos têm nome e têm rosto. Mas quem mata as crianças que morrem de fome todos os dias no mundo?”. <sup>(3)</sup>

Os EUA que hoje choram e clamam por vingança são os mesmos que sustentaram a ditadura terrorista do Xá Reza Pahlevi, do Irã; os mesmos que apoiaram e sustentaram Menahem Beguin – terrorista do Irgun, fchado no Reino Unido; que invadiram a baía dos Porcos em Cuba; desestabilizaram o governo popular sandinista com o financiamento aos “contras”, que resultou no escândalo conhecido como “Irã-Contras”; que sustentaram longamente o regime de Apartheid, na África do Sul, bem como se tornaram em braço militar fascista da Unita, em Angola, que até hoje inferniza a vida do povo angolano; e também sustentaram os ditadores ligados ao narcotráfico, como Hugo Banzer e Anastácio Somoza, respectivamente na Bolívia e na Nicarágua; atacaram e dizimaram boa parte da população do Vietnã e de Camboja e anexaram parte do México à força.

O ataque perpetrado pelo Irgun sobre o hotel King David em Jerusalém, que matou quase 70 jornalistas e hóspedes, cuja operação foi idealizada e organizada pelo ex-primeiro ministro de Israel, Menahem Beguin, prêmio Nobel da Paz; que também apressou a saída das tropas britânicas da Palestina e a criação do Estado de Israel, por acaso não foi um atentado terrorista, apoiado pelos EUA, que sempre defenderam o Estado racista de Israel?

Um dos mais vigorosos intelectuais

norte-americanos, Noam Chomsky – que, como todos, condenou os métodos que perpetrou as ações do dia 11 de setembro –, tem outra abordagem sobre o assunto. Segundo tal análise, os EUA estão recebendo, hoje, a resposta a tudo o que fizeram em relação a outros países. Lembra a destruição de uma fábrica de medicamentos no Sudão, ocorrida durante o segundo mandato Clinton, o qual impediu toda e qualquer investigação internacional sobre o assunto e ainda disse, ao mundo, a mentira de que tal fábrica produziria armas químicas. Essa destruição significou a perda da metade de toda a produção farmacêutica desse país. <sup>(4)</sup> Chomsky ainda afirma: o que há de novo nesses atentados do dia 11 de setembro, é que pela primeira vez, desde 1812, os EUA foram atacados em seu próprio território. <sup>(5)</sup>

**M**ais, ainda, há um outro massacre que não pode e não deve ser esquecido: sobre a Aldeia My Lay, ocorrido em 16 de março de 1968. Esse atentado terrorista ocorreu no auge da guerra contra o Vietnã e quando mais de 400 mil soldados norte-americanos encontravam-se nesse país da Ásia. O 20º Regimento de Infantaria Norte-Americano massacrrou civis daquela localidade, matou todas as mulheres, jovens e crianças e os poucos homens que lá se encontravam. Ninguém sobreviveu ao massacre; nenhum guerrilheiro vietnamita foi morto. Na época, o general Westmoreland, comandante em chefe das forças norte-americanas na Ásia, chegou a afirmar: os vietnamitas “não tinham nem corações nem mentes” (sic).

A ONG norte-americana NY Transfer of News Collective – A Service of Blythe Systems – catalogou todas as intervenções militares dos EUA e acabou concluindo que o século XX



deveria ser chamado de “o século das intervenções militares norte-americanas”, tamanho o número de operações no exterior perpetradas pelas forças armadas estadunidenses. (6)

Pesquisa semelhante, do jornal *La Jornada* do México aponta o número exato, levando-se em conta a pesquisa desde a guerra da independência norte-americana, em 1776: foram 216 ações em que os norte-americanos enviaram tropas para o exterior.

**E**mbora se possa afirmar que são coisas diferentes. Todavia, se for verdade que no dia 11 de setembro morreram mais de 6 mil norte-americanos em duas operações de guerra realizadas em seu território nesse mesmo dia; lamentavelmente, em todos os demais dias do ano morrem, em toda a terra, exatamente 35.613 crianças, ou de fome, ou massacradas, ou assassinadas, ou estupradas, ou devido a doenças tratáveis; enfim, perdem a sua vida. Quem é o culpado disso? Esse criminoso não tem rosto, não pode ser visto. Será de todo errado responsabilizar um sistema, especialmente o capitalismo norte-americano, por essas mortes? Será que essas mortes todas, e diárias (13 milhões ao ano), nada têm a ver com o neoliberalismo, que vigora em todo o mundo?

Em diversos momentos, Bush chegou a discursar como um “cavaleiro branco” da Ordem Ku Klux Klan, ao defender uma “nova” Cruzada Branca contra o Islã; guerra, essa, racista e xenófoba, e tão fundamentalista quanto à dos xiitas muçulmanos. Isso repercutiu tão mal entre os muçulmanos e os árabes do mundo todo (respectivamente, 400 milhões e 1,3 bilhão), que ele acabou sendo obrigado a visitar a maior mesquita de Nova York. Caso essa cruzada ocorresse,

como diz Bourdokan, seria a “Nona Cruzada do Ocidente contra o Oriente”. Entre os ocidentais, muitos desejam que os templos sagrados para as religiões monoteístas fiquem nas mãos do Ocidente. Registre-se a declaração do General Allembly, de 1917, ao cruzar os portões de Jerusalém para a implantação do Mandato Britânico: “Hoje terminaram as cruzadas”. Apenas três anos depois disso, em 1920, o General Francês Gouraud, tão logo suas tropas chegaram a Damasco e cruzaram o Mausoléu de Salah El Din (Saladino, como é conhecido no Ocidente; considerado libertador, do ponto de vista dos árabes de Jerusalém) afirmou: “Voltamos... Saladino”. Essa visão ainda prevalece no interior de muitos setores sociais e da direita norte-americana. (7)

Resta a pergunta: o bombardeio norte-americano ao Afeganistão desde o dia 7 de outubro será considerado pelo mundo inteiro, o que mesmo? Um ato de “guerra” ou um ataque de um Estado terrorista? Que culpa tem o povo afegão pelos mortos norte-americanos?

### **Guerra contra o Afeganistão ou massacre imperial a militantes tribais?**

O local onde ocorre o conflito é uma região estratégica do planeta. Concentra em termos populacionais três quartas partes (75%) do número total de habitantes, se for levado em consideração o que se denominou Eurásia, em geografia (isso inclui a China, a Rússia e a Índia). Essa região concentra ainda 65,3% de todas as reservas petrolíferas *povoadas* do mundo. Os Estados Unidos produzem apenas 9,8% de petróleo mundial, mas consomem 25,6% desse mesmo total (se todos os países deixassem de exportar óleo cru para os EUA, suas

reservas próprias durariam apenas 4 anos). Isso por si só demonstra, de forma inequívoca, a importância que a região acaba tendo no mundo atual. (8) Mas será que isso seria justificativa para a presente guerra?

O que vem ocorrendo desde o dia 7 de outubro passado não é uma guerra; mas sim, um massacre. É um massacre perpetrado pela maior potência imperialista do planeta contra um povo mal armado, famélico, sofrido, sem praticamente nenhuma possibilidade de resistência. Usa-se a expressão, tal qual se fez dez anos atrás no Golfo, “ataques cirúrgicos”. Na história recente de atentados terroristas norte-americanos contra povos e países, o que talvez tenha sido mais preciso foi o que pretendia matar Muammar Khadafi, quando sua tenda em Trípoli (na Líbia) foi covardemente bombardeada por caças norte-americanos, mas que acabou matando sua filha adotiva de cinco anos – e o pior de tudo é que a reação dos norte-americanos foi a seguinte: “Ela era adotiva mesmo”.

Ainda assim, com toda a sua tecnologia, os tais mísseis “inteligentes” vêm sucessivamente errando os seus alvos (ou acertando?). Apesar de a mídia vir dando pouco destaque, nas primeiras semanas de bombardeio ao povo afegão, os EUA destruíram um escritório da ONU, um depósito da Cruz Vermelha Internacional, um escritório dos Médicos Sem Fronteiras (ganhadores do prêmio Nobel de 1998); mesquitas e escolas já foram bombardeadas e, mais recentemente, destruíram um hospital com mais de 100 mortos, entre mulheres e crianças.

Uma série de jornalistas e intelectuais questiona essa “guerra”, e a reação que vem sendo mostrada nas TVs, pedindo paz. Discutem, ainda, a razão do ódio de muitos povos e paí-



ses em relação aos Estados Unidos. O jornalista Fritz Utzeri produziu recentemente um belo trabalho sobre os episódios. Começa seu artigo contando a história de uma criança da Costa do Marfim que pergunta à enfermeira se os seus cotos de braços irão crescer novamente e se terá novamente as suas mãos decepadas por minas terrestres, espalhadas pelo mundo afora (aliás, a ONG que combate tais minas também ganhou recentemente o Nobel da Paz); a seguir argumenta: na luta do bem contra o mal, "(...) como reduzir o abismo entre o camponês afegão, a criança faminta do Sudão, o Severino da cesta básica e o corretor da Wall Street? Como explicar às crianças de Bagdá, que acabam morrendo por falta de remédios, bloqueados pelo Ocidente, que o mal se abateu sobre Manhattan? Como convencer os chechenos de que os últimos acontecimentos dos EUA são absurdos? Alguém se incomodou com o sofrimento e as milhares de vítimas civis, inocentes, do massacre de Grozny, a capital da Chechênia? Como explicar para a menina da Costa do Marfim o sentido do termo 'civilização', quando ela descobrir que as suas duas mãos amputadas não crescerão jamais?".<sup>(9)</sup>

Robert Fisk, jornalista do *The Independent*, experiente em cobertura de conflitos no Oriente Médio, observa o sentimento daqueles que, no mundo todo, recebem as bombas norte-americanas sobre suas cabeças, mesmo que jogadas por outros. "Não se trata de uma guerra da democracia contra o terror – o que vai fazer o mundo tentar se convencer nos próximos dias. Trata-se de mísseis e helicópteros norte-americanos esmagando lares palestinos e ambulâncias libanesas".<sup>(10)</sup>

Susan Sontag, que junto com Noam

Chomsky foi uma das primeiras vozes destoantes em relação às análises desses episódios, questiona o termo "covardes" que foi atribuído aos autores dos atentados do dia 11 de setembro. E indaga sobre quem seria covarde. Os seqüestradores que aceitam a morte no cumprimento de sua missão, ou os pilotos norte-americanos que atiram bombas em populações civis da estratosfera para não sofrer represálias?<sup>(11)</sup>

O jornal *The Guardian*, inglês, insuspeito defensor das idéias conservadoras, chegou a afirmar em um editorial que Bin Laden seria absolvido em um tribunal internacional isento, tamanha a insuficiência de provas contra ele apresentadas pelo governo norte-americano.<sup>(12)</sup> É preciso dizer que, mesmo mais recentemente, com os diversos ataques com o vírus Antraz, o próprio FBI e a CIA não apresentaram sequer uma prova em que fosse detectado algo que possa relacionar as ações de 11 de setembro aos muçulmanos e ao grupo de Bin Laden (Al Qaeda).<sup>(13)</sup>

Para os Estados Unidos, essas suas ações sempre dirigidas ao exterior – em especial o apoio descarado que vêm dando a Israel nos últimos 54 anos – não são percebidas pelos povos árabes. E mais do que isso: os bombardeios perpetrados por Israel contra os palestinos, com armamento norte-americano, poderiam, em algum momento, ser esquecidos por esse povo sofrido do Oriente Médio.<sup>(14)</sup>

Alguns números de estatísticas mostram que o Afeganistão não possui, e nunca possuiu, "alvos" que possam ser chamados dessa forma. Sua infra-estrutura vem sendo desmontada desde a guerra contra a União Soviética em 1979. Para se ter uma idéia, no auge da guerra do Vietnã, os

EUA realizaram mais de 400 mil ataques a esse país; uma média diária de mil aviões atacando a cada dia. Na guerra do Golfo, durante apenas 43 dias, 118.661 ataques aéreos partiram em direção a alvos militares, o que eleva a média diária para impressionantes 2.759 ataques por dia. No Afeganistão, apenas 60 alvos foram listados em uma semana e um máximo de 40 ataques vêm sendo realizados por dia, em média, nos bombardeios de 7 a 14 de outubro.<sup>(15)</sup>

Quem ganha com toda essa guerra? Evidentemente, em primeiro lugar, ganha Bush, que almeja a credibilidade que nunca teve, tanto do povo quanto da mídia. Ganham os defensores intransigentes da globalização capitalista<sup>(16)</sup> – tanto que diversos editoriais de periódicos norte-americanos chegaram a entoar em alto e bom som: "Adeus a Seattle" (do *The New York Times*), numa clara referência às dificuldades das ONG's de conseguirem mobilizar, pelo menos em curto prazo, os imensos contingentes, que, como no caso de Gênova, depois do assassinato pelos carabinieri de Berlusconi, mataram o jovem ativista Carlo Giuliani, de 23 anos. Finalmente, ganha a indústria armamentista, em especial, a norte-americana.<sup>(17)</sup>

Conseqüências previsíveis e mais imediatas que podem ser listadas de todos os últimos acontecimentos há pelo menos as seguintes: a) restrições cada vez maiores às liberdades civis, inclusive em países não envolvidos mais diretamente no conflito; b) pensamento único cada vez mais único. Vozes antiglobalização e anti-neoliberais cada vez menos ouvidas; c) recrudescimentos de conflitos étnicos e religiosos, em especial, perseguições a árabes e muçulmanos de forma indiscriminada; d) aumento de conflitos regionais, guerras



cada vez mais “quentes”; e) volta à corrida armamentista; e f) crescimento da xenofobia.

A grande parte dos defensores da paz justa e duradoura em termos mundiais, pergunta-se se haveria algum caminho possível, a não ser a retaliação que ora promovem os EUA. Uma resposta mais óbvia é a de que não se deveria responder à violência com mais violência. É preciso interromper esse ciclo. Dever-se-ia dar continuidade às investigações para identificar os culpados e levá-los a um julgamento justo em cortes sob leis internacionais e isentas.

Ahmed Ben Bella, ex-dirigente argelino, por ocasião de sua estada, em janeiro de 2001, em Porto Alegre, para o I Fórum Social Mundial afirmou: “(...) este sistema que já enlouqueceu as vacas está agora enlouquecendo a gente”. E Eduardo Galeano completa: “(...) e os loucos, loucos de ódio, atuam igual ao poder que o gera”.

Neste momento, grosso modo, pode-se resumir, em plano mundial, duas posições que se despontam – duas opiniões, duas visões distintas – dentre as análises feitas depois dos acontecimentos do 11 de setembro: de um lado, os que passam a reconhecer, de forma mais ou menos explícita, que os EUA pagam um preço pelo que fizeram com os povos de todo o mundo, pela sua arrogância, pela sua política externa belicista e que precisam alterar esse rumo; e, de outro lado, os que defendem a “solução final”, ou seja, o endurecimento completo, a militarização, a perda praticamente total dos direitos civis, e defendem a continuidade dos bombardeios ao Afeganistão e a todos os países que derem cobertura aos tais grupos “extremistas”. Desejam subjugar a

maioria dos povos que lutam contra as políticas neoliberais.

O movimento progressista europeu – que ganhou as ruas –, tem levantado bem alto a bandeira da dissolução da OTAN, organização militar que perdeu completamente seu significado há 10 anos, quando desapareceu a URSS, e conseqüentemente, o Pacto de Varsóvia. Essa organização, recentemente ao completar seus 50 anos, alterou seus estatutos de forma a pretender tornar-se uma organização militar mundial, uma espécie de exército planetário, a serviço, claro, dos Estados Unidos.

Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho é professor da Universidade Metodista de Piracicaba, presidente da Federação Nacional dos Sociólogos e membro da Academia de Altos Estudos Ibero-Árabes de Lisboa.

#### Notas

- (1) ARBEX JR, José, *Terrorismo: um legado da história*, 9 de outubro de 2001, 3 páginas, que circulou na Internet em língua espanhola, sem maiores referências.
  - (2) Alguns historiadores chegam a afirmar que essa cidade precisaria ser destruída pelo fato de, nos escritórios subterrâneos da SS de Hitler, haver um fardo material para comprovar a existência dos campos de concentração de japoneses nos Estados Unidos e os maus tratos a que estes foram submetidos durante a II Guerra Mundial.
  - (3) BUARQUE, Cristóvão, “O teatro do bem contra o mal”, *Correio Brasiliense*, 19 de setembro de 2001.
  - (4) CHOMSKY, Noam, “Atentado foi uma resposta cruel às atrocidades dos EUA”, *La Jornada*, 14 de setembro de 2001, México.
  - (5) \_\_\_\_\_, “EUA terão que optar entre força e lei”, *Folha de São Paulo*, 22 de setembro de 2001, p. 8, Caderno Especial.
- É importante deixar registrado que intelectuais do porte de Chomsky, como

Susan Sontag e Edward Said, entre outros, não têm quase nenhum espaço na mídia norte-americana, apenas no exterior onde são mais conhecidos.

- (6) GROSSMAN, Zoltan, “Terrorism: A Century of US Military Interventions”, *NY Transfer of News Collective – A Service of Blythe Systems*, 10 de agosto de 2001, 8 páginas.
- (7) BOURDOUKAN, Georges, “A nona cruzada”, *Caros Amigos*, n.º 55, Ano V, outubro de 2001, p. 20.
- (8) SAUER, Ildo Luis, “O ataque terrorista nos EUA e o petróleo”, *Caros Amigos*, n.º 55, Ano V, outubro de 2001, p. 17.
- (9) UTZERI, Fritz, “Quem cria lobos...”, *Jornal do Brasil*, 17 de setembro de 2001.
- (10) FISK, Robert, “Bush caminha para uma armadilha”, *Folha de São Paulo*, Caderno Especial, 17 de setembro de 2001, p. 10.
- (11) Comentários extraídos de: COSTA, Antonio Luiz Monteiro Coelho da. “Inteligência Sob ataque”, *Carta Capital*, 26 de setembro de 2001, n.º 158, ano VII, p. 36-38.
- (12) SADER, Emir, *E as provas contra Bin Laden? Alguém viu?*. Correio eletrônico recebido pela Internet sem data.
- (13) BERGMAN, LOWELL & NATTA Jr, Don Van. *Nenhuma rede de apoio aos seqüestradores foi descoberta até agora*. Tradução de George El Khouri Andolfato, *UOL/Mídia Global*, 25 de setembro de 2001, 3 páginas, publicado originalmente no *The New York Times*.
- (14) Ver, em relação a esse assunto, o excelente artigo, do Prof. Dr. Edward Said (palestino radicado nos Estados Unidos) publicado, inicialmente, no jornal árabe, *El Ahran*, do Egito, de 19 de abril de 2001, intitulado “Estas são as realidades”.
- (15) BOLUNAME NETO, Ricardo, “Ação demonstra dificuldade para a definição de alvos”, *Folha de São Paulo*, p. A15, 9 de outubro de 2001.
- (16) ARBEX JR, José, “O Reichtag de Bush”, *Revista Caros Amigos*, n.º 55, Ano V, outubro de 2001, p. 10-11
- (17) DAO, James, “Crise impulsionará indústria bélica”, *Folha de São Paulo*, Caderno Especial do dia 23 de setembro, p. 5.



# Elementos sobre a crise econômica dos EUA

Luiz Gonzaga Belluzzo

*Alguns antecedentes da crise que vem se esboçando na economia que mais se beneficiou da chamada globalização – os Estados Unidos*



Wall Street.

O crescimento norte-americano da década de 1990 teve início na segunda metade de 92, foi lento até mais ou menos 1995/1996 e, paradoxalmente, começou a se acelerar após as crises mexicana, asiática e brasileira.

Em boa medida a economia norte-americana se nutriu dessas crises ocorridas em países da periferia, mas o fato é que, neste momento, podemos dizer que a economia estadunidense está numa trajetória recessiva.

A ETAPA de crescimento na última década foi celebrada como um triunfo inexcelsível da experiência capitalista dos Estados Unidos não só sobre a experiência socialista, mas também sobre os outros tipos de capitalismo,

como o japonês e os modelos europeus de sociedade e de economia. (1)

O período que vai do final dos anos 70 até esse brilhante desempenho da economia dos anos 90 marca uma lenta recuperação do poderio econômico,

militar e financeiro norte-americano no mundo, que se fez não só com a derrota política e econômica da URSS, mas também pela imposição do padrão norte-americano e, sobretudo, do grande capital financeiro dos



Estados Unidos aos demais países.

A partir dos anos 70, os Estados Unidos abandonaram os padrões de comportamento adotados a partir do fim da II Guerra Mundial, que foram de certa forma benéficos não só para a recuperação da Europa mas também abriram espaços para a industrialização de países do Terceiro Mundo. A existência de um bloco socialista competindo com o capitalismo foi decisiva não só pela presença da URSS, mas também de países menos avançados que empreenderam experiências socialistas.

### O modelo pós-II Guerra

Naquele momento, a direção política do capitalismo estadunidense era mais heterogênea do que hoje. O clima político e as alianças possíveis no imediato pós-guerra não eram as que se concretizaram depois, porque havia dentro do governo Roosevelt uma fração muito importante do Partido Democrata que achava que o futuro do mundo estaria salvaguardado por uma aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética. Eles achavam que o inimigo era o velho imperialismo europeu. É por isso que Keynes teve tanta dificuldade em fazer passar as reformas de Breton Woods à sua maneira.

Mas, ao contrário do que ocorreu no final da I Guerra Mundial – que desembocou na crise daquele capitalismo desregulado (tanto que as teorias do colapso iminente do capitalismo nasceram nesse período), cujo ápice foram as crises de 29 e dos anos 30 – os Estados Unidos tomaram, ao final da II Guerra Mundial, a decisão política de não repetir os mesmos erros. Assim, o Plano Marshall e o impulso que os EUA deram para a reconstrução européia, sobretudo para sua unificação econômica, foi decisivo para que as economias, principalmente as de

Alemanha, França e dos países mais próximos, se rearticulassem e tivessem os seus respectivos milagres econômicos. Também foi importante o papel norte-americano na reconstrução econômica do Japão.

Nesse momento, havia a impressão de se estar diante de um processo prolongado de crescimento econômico, em que algumas das características do crescimento capitalista estariam superadas – por exemplo, que o crescimento tinha flutuações cíclicas violentas. Tal ocorreu porque as formas de regulação e de controle do capitalismo haviam mudado, sendo profundamente reformadas pelas forças sociais que emergiram da II Guerra, entre elas os partidos comunistas, que tiveram papel importantíssimo na definição das estratégias de reconstrução capitalista da Europa.

A nova institucionalidade, elaborada para apoiar o desenvolvimento conjunto das economias capitalistas teve algumas características centrais. A primeira delas foi a admissão de que era obrigatória a intervenção do Estado na economia, na regulação do ciclo econômico, ou seja, os estados nacionais passaram a se apropriar e a dispendir uma fatia do produto nacional muito maior do que a dos anos 20. Com isso aumentou o controle do Estado sobre o excedente econômico, sobre a mobilização de recursos, para impedir que, a cada pequena flutuação da economia, a resposta imediata se desse pela queda de renda e de emprego. A segunda característica é que as coalizões sociais que nasceram desse capitalismo permitiram que os salários crescessem paralelamente ao aumento de produtividade, havendo um crescimento expressivo dos salários reais, juntamente com o aumento dos bene-

fícios sociais. <sup>(2)</sup> E a terceira, muito importante, é que nesse período havia o controle generalizado do movimento de capitais entre os países, sobretudo de capitais de curto prazo.

Na verdade, a reforma que Dexter White e Keynes quiseram impor a Breton Woods, para simplificar, foi a seguinte: o dinheiro internacional seria simplesmente uma moeda de conta, ou seja, os países trocariam mercadoria por mercadoria e o dinheiro seria simplesmente uma moeda de referência. Os países que tivessem déficit registrariam num banco internacional, em sua conta, o que estavam devendo aos demais. E, assim, ia-se fazendo uma compensação entre os déficits e superávites, de modo que não fosse necessário saldar as dívidas através da entrada do movimento de capitais de curto prazo. Keynes pensava assim pois achava que o dinheiro internacional, pela experiência dos anos 20, tinha de ser administrado publicamente; não se podia deixar aos mercados a tarefa de regular o fluxo do dinheiro internacional e a função de prover liquidez e ajustamento para os países que porventura tivessem um déficit na balança de pagamentos.

Na verdade, esse sistema não foi aceito na sua totalidade nem pelos Estados Unidos, nem pela Inglaterra, os protagonistas da montagem do sistema de Breton Woods. De qualquer maneira, permitiu-se que os países controlassem suas contas de capital. Esse era um fator importante porque permitia a cada país individualmente fixar a sua política monetária e financeira, e a sua política fiscal. Assim, os países não tinham, por exemplo, de subir a taxa de juros caso houvesse uma crise na Bolsa de Nova York – eles poderiam perfeitamente proteger-se impedindo que os efeitos dessa crise se manifestassem



internamente. Ou seja, poderiam proibir a entrada e a saída de capitais – como o Brasil e todos os países fizeram até meados da década de 80 –, permitindo que se desvinculasse a política doméstica da instabilidade do movimento de capitais privados em nível internacional.

Esses capitais se movem pela especulação acerca de uma moeda que vai se desvalorizar, ou se deslocam do país com a taxa de juros mais baixa para outro com taxa mais alta, ou tomam posição tanto nos mercados à vista quanto nos mercados futuros contra países que têm moedas frágeis. Então, se esses mercados funcionam livremente, a especulação é inevitável – porque são, por definição, mercados especulativos. <sup>(3)</sup>

Hoje em dia, falar em controle de capitais é um anátema. Isso porque, na verdade, os grandes protagonistas do processo econômico, a grande empresa internacional e os grandes bancos, ganham às vezes mais dinheiro no mercado financeiro do que com a operação corrente de compra e venda de mercadorias. Ou uma empresa que está localizada em vários mercados, como hoje ocorre, pode ter um ganho fenomenal se estiver bem colocada quando há uma desvalorização ou uma valorização

de uma moeda. Pode ter perda também, mas, em geral, elas têm boas informações, como os grandes bancos têm e se beneficiam dessas flutuações das moedas.

Para os reformadores de Breton Woods, a estabilidade do câmbio e dos juros eram fundamentais para a tomada de decisão de produção numa economia capitalista. Para se tomar uma decisão de longo prazo tem de haver um horizonte razoável e, portanto, duas taxas têm de estar estáveis: a taxa de juros e a taxa de câmbio. Esses são os dois preços-chave de uma economia capitalista porque informam fundamentalmente a decisão capitalista: a taxa de juros indica qual é a conveniência do detentor de riqueza, ou seja, do capitalista – manter sob a forma de capital monetário o seu capital ou investi-lo sob uma forma produtiva, ou sob qualquer outra forma. Por isso a taxa de juros é fundamental. <sup>(4)</sup> E a taxa de câmbio é importante porque relaciona os dinheiros particulares – as moedas particulares – com o dinheiro mundial, com a forma do dinheiro mundial. Então, se esses preços flutuam muito, a decisão do capitalista torna-se totalmente desordenada.

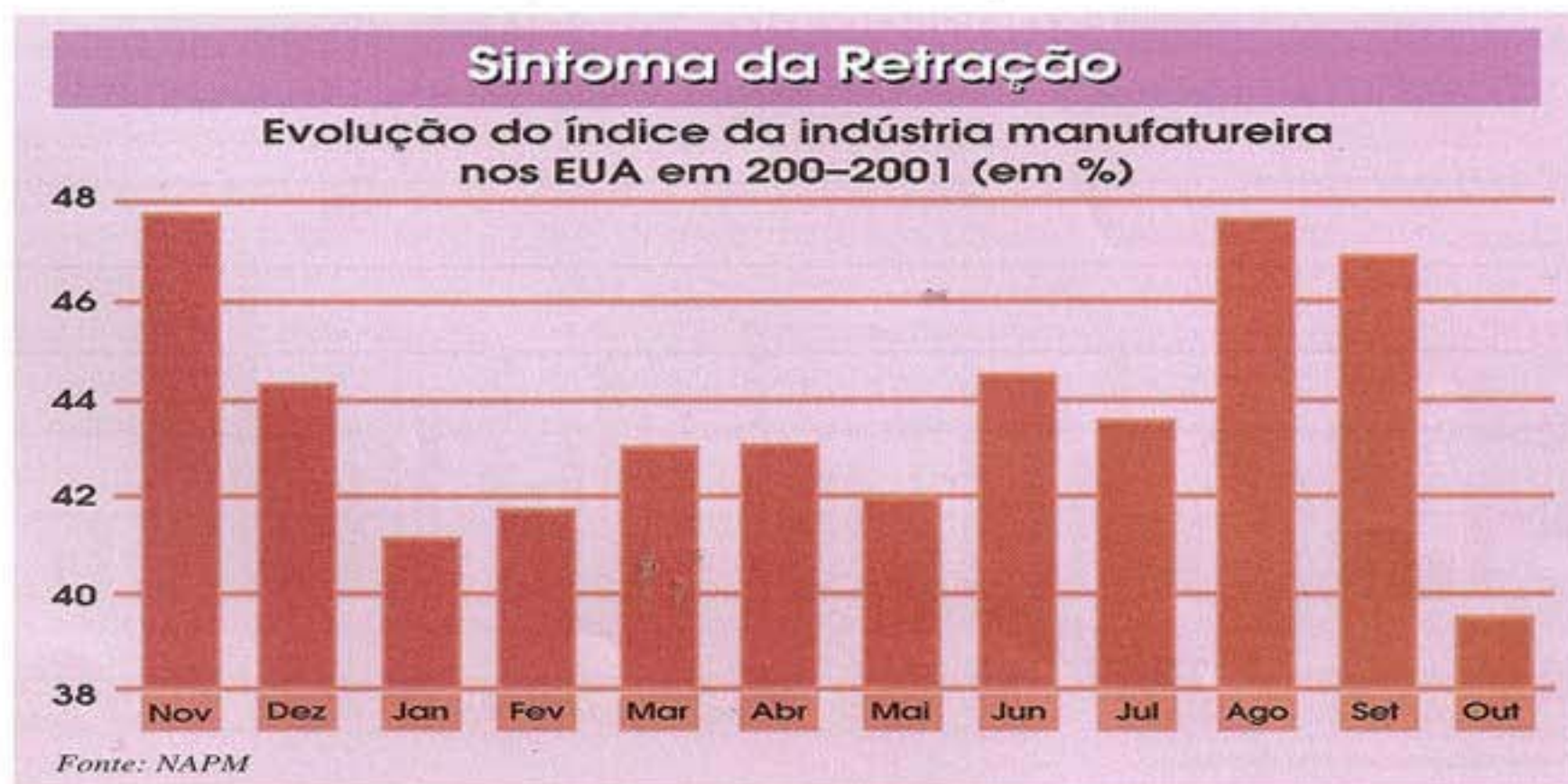
A lógica do controle dos capitais prevaleceu nos anos 50/60, e por isso

as economias puderam crescer de maneira mais ou menos equilibrada. Falava-se em milagre alemão, japonês, italiano... e tudo isso estava montado sobre essa arquitetura do chamado capitalismo domesticado, quer dizer, do capitalismo controlado – controlado politicamente pela intervenção, dentro de cada país, do Estado na economia; e essa institucionalidade impedia que fossem reproduzidas as crises dos anos 20, e mesmo as crises do final do século XIX.

### Fim de um modelo

A partir do final dos anos 60, essa arquitetura começou ruir, devido a um defeito fundamental: a moeda internacional era a moeda de um país, o dólar. Políticos e técnicos que participaram dos debates de Breton Woods já tinham apontado para essa questão.

Enquanto essa moeda fosse emitida de maneira moderada, haveria a possibilidade de ser aceita pelas outras nações como moeda internacional. A moeda é um fenômeno social, embora em geral as pessoas a fetichizem: só é confirmada como meio de troca e como reserva de valor porque é aceita como uma representação real da riqueza. <sup>(5)</sup> A partir de meados dos anos 60 a aceitação geral dessa moeda começa a se enfraquecer, pois o papel





de polícia do mundo ocidental dos Estados Unidos começou a obrigá-lo a fazer um dispêndio em dólares muito maior do que os seus parceiros estavam dispostos a aceitar.

Então, apesar da prosperidade geral – e 1968 é um ano de grande prosperidade, que dura até 1973 – os europeus começaram a contestar a universalidade do dólar, ou o papel do dólar como representante da riqueza universal. Os primeiros a contestar foram os franceses alegando não estarem mais obrigados a aceitar o dólar como representante da riqueza real porque ele excederia o demandado para as trocas internacionais e pelos negócios financeiros. O presidente De Gaulle começou a trocar dólares excedentes pelo ouro de Fort Knox. Em consequência, em 1971, Nixon, então presidente dos Estados Unidos, declarou unilateralmente a inconvertibilidade.

Entre 1968 e 1971, na crise do dólar, começou a surgir o chamado Euro Mercado, o mercado monetário que se expandia fora do controle das autoridades – também produto dos excessos e do déficit da balança de pagamentos norte-americanos, que punha mais dólar para fora do que os seus parceiros mais importantes estavam dispostos a absorver.

Quando o Banco da Alemanha, um banco central clássico e ortodoxo, tinha excedentes em sua balança de pagamentos, refluía esse excesso de dólares e o redepotava no Euro Mercado. Essa foi uma das razões do milagre brasileiro, pois o Brasil começou a se endividar em dólar rapidamente a partir da expansão desse mercado, cujas taxas de juros eram convidativas – a 6% ao ano. Essa foi a base do financiamento do milagre brasileiro.

Nessa época, entretanto, esse mercado era relativamente pequeno; só alguns países em desenvolvimento tinham acesso a ele. Mas, quando os norte-americanos declararam a inconvertibilidade, em 1971, e permitiram a flutuação em 1973 (até então, as taxas de câmbio eram fixas e administradas pelo FMI, sendo preciso sua licença para a desvalorização de uma moeda), a consequência foi o início da flutuação das taxas. Esse foi um dos fatores que deflagrou o aumento do preço do petróleo, fixado em dólares.

Durante toda a década de 70 houve grande controvérsia sobre a substituição do dólar como moeda de reserva, sendo feitas várias tentativas. Os Estados Unidos saíram da guerra do Vietnã derrotados política e militar-

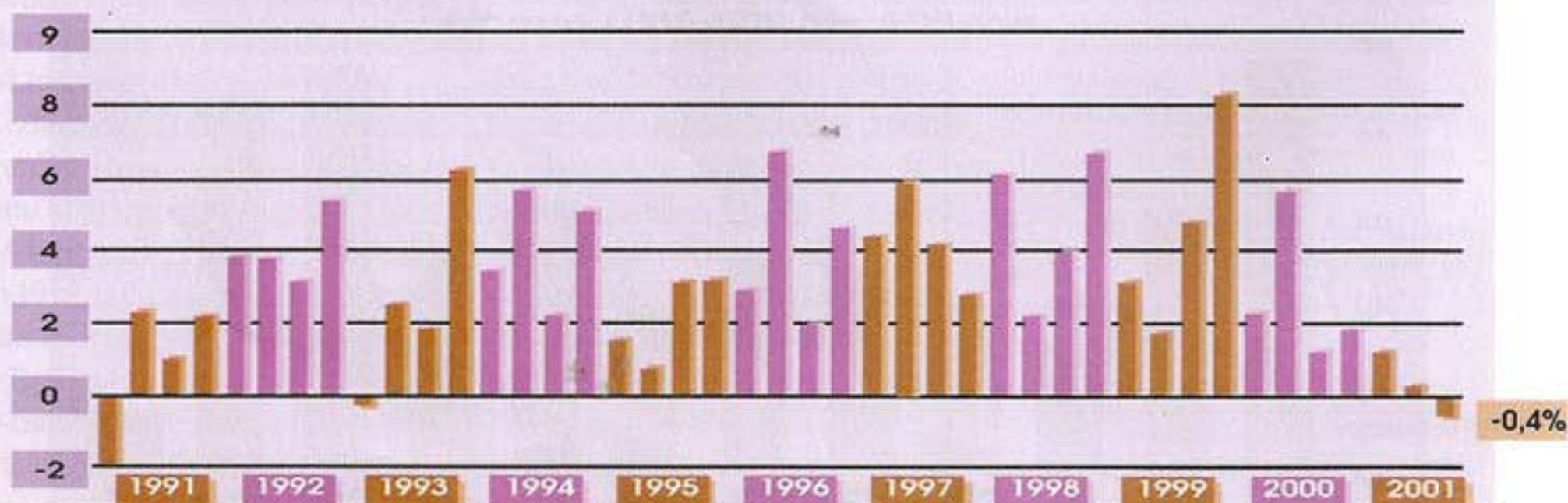
mente. Foi um período em que se falava que a hegemonia norte-americana havia terminado, que seu poder estava no fim, que a Alemanha iria substituí-los etc. Mas, na reunião do FMI em 1979, em Belgrado, os Estados Unidos reimpuseram a hegemonia do dólar, que estava em xeque a partir dos interesses europeus.

Os Estados Unidos valorizaram o dólar e fizeram um déficit fiscal. Reagan fez uma redução de impostos que favoreceu os ricos e a classe média mais alta. Depois de 1981/1982 começou a baixa na taxa de juros, abrindo um tremendo ciclo de consumo e de importações nos Estados Unidos. Japão, Coreia e Taiwan exportaram muito até 1985. O Japão conseguia superávites monumentais à custa dos déficits norte-americanos. O que permitia que os Estados Unidos fizessem isso, sem qualquer problema adicional de balança de pagamento, era o fato de terem o poder da moeda de reserva, podendo pagar o seu déficit em dólar, e todo mundo aceitava.

O que mudou a partir dos anos 70 é que os Estados Unidos passaram a financiar o seu déficit emitindo papéis do Tesouro norte-americano, que funcionaram como uma espécie de col-

## Expansão em Queda

Resultado do Produto Interno Bruto dos EUA trimestre em trimestre (em %)



Fonte: Departamento de Comércio



chão de liquidez. Quando ocorreu a crise da dívida externa na América Latina, devido ao aumento na taxa de juros, o déficit norte-americano fiscal permitiu que os bancos limpassem aqueles créditos podres latino-americanos. Em seu lugar, entraram títulos do governo norte-americano, pagando taxas de juros convidativas. Dessa forma, o déficit dos EUA salvou os bancos norte-americanos porque permitiu-lhes trocar ativos podres por outros com liquidez no mercado. Muitos diziam, então, que se os Estados Unidos estavam se endividando iriam quebrar. Mas isso não se deu, pois os bancos privados (o setor privado) estavam dispostos a aceitar aqueles papéis de dívida norte-americana em suas carteiras. Com isso, a dívida norte-americana funcionou como um mecanismo de transição para o sistema bancário. Se o governo dos EUA não tivesse feito um déficit (do tamanho daquele que o Reagan fez), e não tivesse emitido dívida pública, os bancos norte-americanos teriam quebrado. Os Estados Unidos salvaram o seu sistema bancário emitindo títulos da dívida pública e, ao mesmo tempo, se transformaram – de credores globais desde o final da I Guerra Mundial – em devedores globais (a dívida pública norte-americana, hoje, é de três trilhões de dólares).

Os anos 80, então, foram marcados por essa mudança de posição, em que parecia que os bancos japoneses, por exemplo, iam superar – e superaram em volume de depósitos internacionais – os bancos norte-americanos. Mas, em 1985, quando a coisa estava indo longe demais, os Estados Unidos fizeram as famosas reuniões (do Louvre, e depois do Plaza) que deram origem ao G7, com os alemães, os japoneses, os franceses, etc; e comunicaram que a valorização do dólar fora longe demais, que o déficit estava

muito alto e a indústria norte-americana não estava agüentando mais os efeitos da valorização. E disseram a seus parceiros que iriam reverter a valorização do dólar. Quer dizer, obrigaram o ien e o marco a se revalorizarem.

Isso pegou o Japão de mau jeito; foi o início da crise japonesa. Os japoneses foram obrigados a cortar custos, a reduzir lucros e salários das suas empresas. Como o ien ficou muito valorizado e as moedas dos países asiáticos estavam desvalorizadas em relação ao dólar, as empresas japonesas se deslocaram para o Sudeste Asiático. Isso explica o aparecimento da segunda geração de Tigres Asiáticos – Cingapura, Malásia, Tailândia, resultado dessa expansão do capitalismo japonês para a Ásia. A partir desses países, as empresas japonesas conseguiram exportar para os Estados Unidos, pois de sua base nacional, o Japão, seria impossível. Com isso, o Japão criou laços profundos com o Sudeste Asiático, mas acabou nocauteado no começo dos anos 90. Os asiáticos continuaram a crescer até a dura crise de 1997 (se recuperaram depois, mas de maneira frágil); a Europa começou a crescer, puxada pelo crescimento norte-americano, e hoje está começando a apresentar problemas.

### **Os EUA no centro da crise**

Hoje, o centro da crise mundial é a economia dos Estados Unidos, e alguns de seus dados merecem ser analisados. A taxa média de crescimento da economia norte-americana nesses últimos 10 anos (apesar de ter crescido a partir de 1995/1996 e chegado, num trimestre, a 7%) foi inferior à taxa de crescimento média entre os anos 50/60 – como foram inferiores as dos demais países: na era do neoliberalismo as taxas de crescimento foram muito inferiores às do período do capitalismo domesticado, por qualquer critério (taxa de cresci-

mento, expansão do emprego, crescimento dos salários reais...).

No período Reagan, com a valorização do câmbio, o investimento cresceu muito pouco; sendo basicamente um ciclo de consumo. No período mais recente, o investimento cresceu bastante (em dois anos, chegou a crescer 17%). Ou seja, o que ocorreu agora nos Estados Unidos não foi só um ciclo de consumo, mas um ciclo de investimento e de concentração brutal de capital – não só na área produtiva, mas também na área financeira. Esse processo se exprime num alto grau do endividamento, pois foi movido a crédito. Para um PIB de 10 trilhões e 300 bilhões de dólares, o endividamento do setor privado (famílias e empresas – tirando a dívida que os bancos emitem, certificados de depósito, fundo etc, pois juntando o setor financeiro o número seria muito maior) é de 18 trilhões e 700 milhões de dólares – o nível mais alto alcançado pela economia norte-americana em todo o pós-guerra.

Este alto ponto de endividamento resulta do comportamento do mercado de ações, porque hoje o valor do estoque de ações avaliadas a preços do mercado é da ordem de 13 trilhões de dólares – o valor que as famílias e as empresas pensam ter. Na medida em que essas ações se valorizaram, as famílias e empresas foram comprando ações, imaginando que sua riqueza pessoal, o seu patrimônio, melhoraria e, a partir dessa situação patrimonial melhor, elas se endividavam – com as ações servindo como garantia. Os bancos emprestavam cada vez mais para as famílias consumirem e para as empresas investirem ou comprarem outras empresas, à base desse patrimônio inchado. Quando ocorre a correção de preços e o valor das ações cai, quem tem dívida em dólares acaba tendo seu patrimônio dimi-



nuído – diz-se que desinflou o patrimônio. A poupança das famílias norte-americanas hoje em dia é igual a zero (não poupam nada da sua renda) e seu patrimônio líquido está ficando negativo, porque os ativos que eles possuem estão se desvalorizando e o passivo acumulado está fixado em dólares.

Isso está na raiz da crise norte-americana.

Na medida em que as empresas vêem que a relação dívida/patrimônio aumentou muito, elas cortam investimento, e as famílias o consumo. Isso se exprime claramente no desempenho do desemprego: todos os dias tem empresa demitindo, fazendo crescer a taxa de desemprego, que estava em 3,9% da população economicamente ativa e já subiu para 4,3%; e deve continuar crescendo, pois se inicia o processo de contração da renda e do emprego. E na medida em que o desemprego aumenta a tendência é cortar gastos, e isso acelera o próprio desemprego.

É muito difícil que a política monetária norte-americana consiga conter esse processo. O Federal Reserve está baixando a taxa de juros. Claro que isso melhora o serviço da dívida, pode deixar o serviço da dívida mais barato, mas não diminui seu estoque. Então, com o aumento do desemprego, a queda da taxa de juros não significa aumento no consumo, porque os norte-americanos necessitam dedicar uma parcela crescente da sua renda para pagar dívida passada. Portanto, diminuir a taxa de juros não funciona se a economia já tem um grande endividamento. E, nesse caso – paradoxalmente – o Bush tem razão: é melhor liquidar o excedente fiscal que os Estados Unidos têm e gastá-lo diretamente do que baixar a taxa de juros.

Essa operação é muito complicada.

Uma das razões pelas quais os Estados Unidos conseguiram sustentar esse crescimento, esse endividamento, foi sua capacidade de atrair capitais nas crises asiática, russa e brasileira – mandamos 45 bilhões de dólares antes da desvalorização. Só que, com a desvalorização das ações, com a desaceleração da economia, se os EUA baixarem demais a taxa de juros, esses capitais tendem a sair (podem retornar para a Europa Unificada, por exemplo). Esse é o limite da política monetária norte-americana.

Ninguém sabe quando é que esse processo vai se deflagrar. Até agora, a Bolsa cai, a economia desacelera, sem que haja uma fuga expressiva de capitais. A explicação para isso é inusitada: como o mercado do Euro, que é um mercado grande, não tem papel-moeda, toda a lavagem de dinheiro do mundo, uma demanda de moeda razoável, é feita em dólar – um fluxo de moeda manual cuja estimativa ultrapassa 200 bilhões de dólares por ano, ligado à corrupção e a dinheiro mal obtido. E, por isso, o Federal Reserve às vezes é obrigado a mandar abastecer países que não usam o dólar em suas transações internas, mas que têm uma demanda enorme por conta desse tráfico.

Ao atentarmos para todo o período pós-guerra, notamos que este é um momento de grande fragilidade e de dificuldade de administração da economia capitalista. Porque não é só a economia norte-americana que está se desacelerando. Essa desaceleração vai produzir efeitos nocivos na Europa e no Japão – este já não consegue alçar vôo nem mesmo rasante e a Europa depende muito do crescimento dos EUA. E isso também afeta o Brasil.

O recente crescimento capitalista se concentrou muito nos Estados Unidos e tornou demasiadamente assimétricas as relações entre os países. Hoje há várias economias estagnadas ou cres-

cendo pouco, e com a economia norte-americana, responsável por cerca de 30% da demanda global mundial, concentrando essa capacidade de crescimento, temos de aguardar as consequências de sua desaceleração sobre a economia global.

Luiz Gonzaga Belluzzo é professor de economia da Unicamp e articulista da revista *Carta Capital*. Este texto reproduz, parcialmente, palestra realizada em abril de 2001 pelo Instituto Maurício Grabois em São Paulo.

#### Notas

(1) Nos anos 80 estava em voga se falar da excelência do capitalismo japonês, sua diferença e maior dinamismo. Mas essa ilusão com a possibilidade de a hegemonia norte-americana ser substituída por um outro país capitalista foi dissipada já em meados dos anos 80 – exatamente em 1985 –, quando os Estados Unidos forçaram a desvalorização do dólar e obrigaram o Japão a revalorizar o ien; portanto, a encarcerar as suas exportações. Obrigaram-no também a abrir financeiramente sua economia. Com isso, impuseram ao Japão o começo de sua maior crise econômica do pós-guerra, e que não conseguiu superar até hoje. A economia japonesa praticamente não cresceu ao longo da década de 90, viveu uma recessão permanente, com pequenas recuperações, mas, nos dez anos que a economia norte-americana cresceu acima da média, ou acima de sua média histórica, o Japão cresceu significativamente abaixo de sua média histórica.

(2) Comparando-se o aumento de produtividade do imediato pós-guerra com o aumento de produtividade do trabalho de agora, mesmo nos Estados Unidos, vê-se que a média foi maior no imediato pós-guerra – coisa que a imprensa não diz!

(3) Especulativos não no sentido popular da palavra. São especulativos porque fazem aposta a partir de uma conjectura sobre o que vai acontecer com o valor de uma denominada moeda, o que vai acontecer com a taxa de juros.

(4) Não é por acaso que, em *O Capital*, Marx fecha o modelo com o capital a juros. Muitos leitores pensam que ele deixou o capital a juros para o fim porque era menos importante. Mas não é. Porque o capital a juros é a forma acabada – a forma mais aperfeiçoada, como ele diz – do capital, em que este se reproduz a si mesmo. E porque o capital a juros determina as condições de concorrência no mercado capitalista – que sinaliza quais são os capitais que vão sobreviver e quais vão soçobrar.

(5) Vemos na hiperinflação o que acontece: todo mundo foge da moeda, porque não há mais a confiança de que ela possa representar o padrão de medida de troca e de reserva de toda a riqueza existente. Portanto, é um fenômeno quase que convencional, uma convenção consolidada no espírito das pessoas. Não tem nada a ver com a materialidade ou a forma que assume.



# SÓ GERA NOTÍCIA QUEM É POPULAR OU IMPORTANTE.

Por ser popular, a Prefeitura de Olinda tem espaço para ser notícia.  
Por ser importante, o cidadão é o nosso destaque.  
Em Olinda, o povo pediu e a Prefeitura atendeu.

## Saúde

- Ampliou o Programa Saúde na Família com 10 novas equipes médicas.
- Está prestando atendimento domiciliar a 43 mil famílias em todo o município.
- Diminuiu a incidência de doenças epidemiológicas.

## Infra-Estrutura

- Criou o Conselho de Defesa Civil.
- Desocupou áreas de risco.
- Construiu escadarias e muros de arimo nos morros da cidade, o que resultou em um inverno sem vítimas.
- Foi o primeiro município brasileiro a colocar em prática o Estatuto da Cidade.

## Limpeza

- Desobstruiu e limpou diversos canais nas áreas mais necessitadas da cidade.

## Orçamento Participativo

- Realizou 10 assembléias.
- Elegeu 230 delegados.
- Promoveu a representação de 40 comunidades.

## Calçamento

- Instalou a operação tapa-buraco.
- Recuperou ruas e avenidas na cidade.
- Investiu 900 mil reais nesta operação.
- Abriu 75 frentes de trabalho.

**Ser popular é saber ouvir e atender. Por isso a Prefeitura de Olinda não é popular apenas no nome. É, principalmente, nas suas ações.**





# Centro de Lançamentos de Alcântara: patrimônio nacional

Marize Helena de Campos

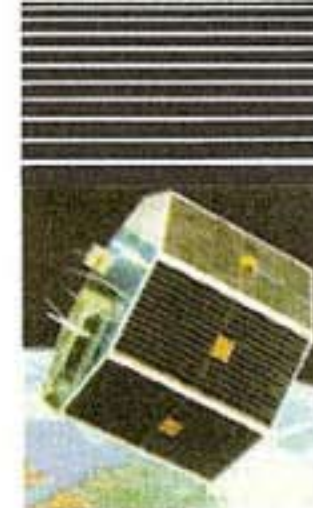
*A infra-estrutura e o potencial tecnológico-científico do Centro de Lançamentos de Alcântara estão entre os motivos do interesse dos Estados Unidos em “utilizar” a Base, agredindo nossa soberania*

Muito se tem discutido sobre as pretensões norte-americanas de “utilizar” a Base de Lançamentos de Alcântara. A política entreguista do governo FHC, revelada mais uma vez nos termos do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos, leva à indagação acerca dos elementos que aguçam essa cobiça.

O VLS da Base de Alcântara.







EM RECENTE visita à Base, pude constatar a ciência, tecnologia e estrutura de que o Centro dispõe e entender melhor os porquês do interesse norte-americano em “usufruir” dessa parte do nosso território.

O acesso restrito, que exige prévia autorização do comando da Base, confirma que o local é um espaço estratégico de grande importância nacional.

Nos portões de acesso uma placa indicava previamente a razão da existência do CLA.: “Neste centro de lançamento, profissionais abnegados planejam e executam com singular habilidade e destacável tecnologia, parcela significativa das atividades espaciais no Brasil projetando o país no cenário internacional. Cumprem, assim, o dever, como veneráveis cidadãos, dignificando a Pátria e honrando o nome do comando da aeronáutica.”

### Breve histórico

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi criado em 1983. Até então, nosso principal Centro era a “Barreira do Inferno”, em Natal/RN, por ter a seu favor a localização, a estrutura de treinamento e o suporte para transporte de materiais. Todavia, o crescimento urbano envolveu a “Barreira” causando riscos e impedindo os lançamentos. A partir de então se iniciaram estudos para verificar a possibilidade de uma transferência, levando a Alcântara como local ideal, já que ali a área de lançamentos contaria com uma distância suficiente de São Luís e estaria cercada pelo mar. Concebido em 3 fases (implantação, ampliação e adaptação), o Centro ainda não está totalmente concluído.

A primeira fase dedica-se ao lançamento de veículos movidos a propelente sólido <sup>(1)</sup> com satelitização em órbitas baixas.<sup>(2)</sup> A segunda, permite o lançamento de veículos a propelente líquido com satelitização em órbitas

geoestacionárias.<sup>(3)</sup> Já na terceira, serão possíveis operações com veículos recicláveis de grande porte.

Até maio deste ano, quando o visitei, o número de operações realizadas totalizava 44, com um índice de aproveitamento de 92%; dados que desmentem as constantes propagandas negativas sobre a aplicação de um grande volume de capital em operações fracassadas.<sup>(4)</sup>

A exemplo de outros países, como indica o quadro na p. 42, os lançamentos no Brasil passam por um processo contínuo de aprimoramento, em que as falhas devem ser entendidas como parte do aperfeiçoamento tecnológico e não como malogro.

### O Centro de Lançamentos de Alcântara

O Centro de Lançamentos de Alcântara é um ponto de execução com uma escala hierárquica vinculada ao Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, ao Comando da Aeronáutica e, em última instância, ao Ministério da Defesa.

Sua motivação inicial foi implantar um programa integrado de desenvolvimento, construção e operação de satélites nacionais para serem lançados de um centro no território brasileiro, e colocados em órbita por veículos, “foguetes”,<sup>(5)</sup> desenvolvidos por tecnologia nacional (Missão Espacial Completa Brasileira – MECB).

No Programa Espacial Brasileiro estão previstos 4 tipos de satélites:

Os de *Coleta de Dados*, equipados para captar e retransmitir dados meteorológicos, ambientais e da química atmosférica, coletados por plataformas (PCD) instaladas em terra ou por bóias oceanográficas. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) é o responsável por especificação, projeto, desenvolvimento, fabricação e operação dessa série de 4 satélites (SCD-1, SCD-2, SCD-2A e SCD-3). O SCD-1

foi colocado em órbita em fevereiro de 1993 e encontra-se operando até hoje, com uma vida útil além do período inicialmente previsto de um ano. O SCD-2 foi lançado, com sucesso, em 1998, por meio de um veículo Pegasus, a partir do Cabo Canaveral. Atualmente opera de forma conjunta com o SCD-1. Pretende-se, desta forma, ampliar a prestação dos serviços de coleta de dados. O SCD-2A foi perdido no lançamento inaugural do VLS-1, em 1997. O SCD-3, projetado para órbita circular equatorial a uma altura de 1.100 km, permitirá, do ponto de vista de coleta de dados, uma varredura territorial complementar à dos demais satélites SCD e à dos satélites CBERS, além de propiciar a ampliação da capacidade de recepção e transmissão de dados. Adicionalmente, deverá promover um experimento de comunicação de voz e dados.

Os de *Observação da Terra*, para conceber, projetar, especificar e construir, de forma autônoma, ou em cooperação internacional, satélites dotados de câmeras e sensores destinados a gerar imagens da Terra – não apenas imagens da superfície terrestre, incluídos aí os oceanos, mas também dados de sua atmosfera. O objetivo maior é suprir, em complementação ou substituição aos sistemas internacionais, as informações necessárias a aplicações de interesse nacional.

Os *Científicos*, de pequeno porte e baixo custo, para missões de curta duração, que ofereçam à comunidade acadêmica nacional meios para realizar, em ambiente orbital, experimentos científicos de reconhecido mérito e que, adicionalmente, criem oportunidades para envolvimento de novos grupos universitários nas atividades espaciais. Estuda-se o desenvolvimento de um microsatélite científico franco-brasileiro (SFB), no âmbito do acordo assi-



nado em maio de 1996 entre a Agência Espacial Brasileira e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES).

Os de *Telecomunicações*, incluídos em um subprograma para desenvolver capacidade nacional em tecnologias necessárias a satélites de comunicações, tanto em órbita baixa quanto geostacionária, de forma a buscar, numa perspectiva de longo prazo, um razoável grau de autonomia. Esta autonomia possibilitará a concepção e projeto de sistemas que explorem alternativas de interesse nacional específico, bem como qualificar empresas brasileiras a terem maior participação no mercado de subsistemas de satélites de telecomunicações.

Quanto às trajetórias, os satélites podem ser:

De *órbita geostacionária*, a cerca de 36 mil km da Terra e acompanhando a velocidade da rotação, sempre apontados para o mesmo local. Usualmente são de comunicação.

De *órbita baixa ou circular*, distantes em 250 a 800 km da Terra, com sistemas de detecção das ondas eletromagnéticas emitidas ou refletidas pela superfície e são usados em mapeamentos, montagens de imagens sequenciadas ou sensoriamentos remotos, extremamente importantes na detecção de incêndios em matas, ocupações rurais e urbanas, por exemplo.

De *navegação ou inclinados*, fundamentais para a aviação.

Os *geosíncrom ou polares*, que permitem sensoriamentos remotos e a execução de fotos de alta resolução, aprimorando, dentre outros,

estudos sobre terremotos.

Para executar suas operações, a Base conta com boa infra-estrutura que precisa de constante manutenção para evitar danos devido à intensa oxidação causada pela maresia.

São três setores interligados:

Duas estações de telemedidas<sup>(6)</sup> que recebem informações dos foguetes, como pressão, queima do propulsor, pressão interna, entre outros, e que podem, na hipótese de falha do foguete, precisar as causas do acidente.

Uma estação de meteorologia que funciona 24h indicando condições de vento, pressão etc, traçando um histórico do local para futuras operações.

Um radar de rastreamento,<sup>(7)</sup> localizado no município de Raposa (MA), que acompanha a trajetória do foguete desde a rampa de lançamento até o objetivo orbital, ou sua caída. É um setor importante por fornecer a velocidade e a posição do foguete.

A área de lançamentos é considerada o "centro nervoso" do CLA. e foi projetada de modo a garantir a máxima segurança nas operações. O raio de distância dos demais locais é de 7 km mas, como pode haver pessoas, geralmente engenheiros, envolvidas em controles finais, nos momentos que antecedem o lançamento, foi construída a "Casamata"; um abrigo sem janelas, com câmeras interligadas para filmagem de toda área, todo controlado por monitores e capaz de suportar a explosão do VLS.

No Setor de Preparação de Lançamentos – SPL, há todo o equipamento necessário para a época das operações: rancho e alojamento, para os dias em

que não for possível voltar para casa; posto médico com aparelhagem para micro-cirurgias e posto de bombeiros. Não são permitidos aparelhos como telefones celulares, *disc-mans*, *walk-mans*, e quaisquer outros que possam interferir nas comunicações ou produzir faíscas, pois ali existem muitos materiais explosivos e de comunicação.

No local de preparação da carga útil<sup>(8)</sup> há um laboratório de experimentos com grau de 100% de pureza para não danificar os equipamentos. Por ser um local depositário de cargas perigosas, como a hidrazina,<sup>(9)</sup> um produto altamente tóxico, as vestimentas são semelhantes às de astronauta, com oxigênio e comunicação individual, sensores e alarme de vazamento.

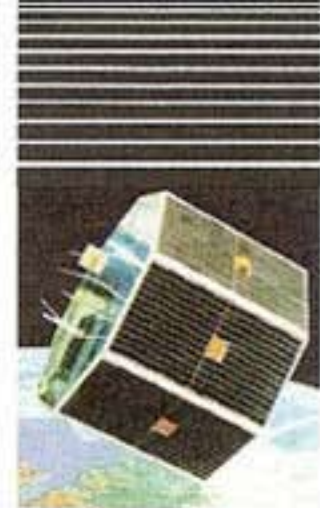
Por todas as medidas tomadas, incluindo as simulações antes das operações, nenhum acidente foi registrado.

Outras vantagens residem no fato de ter um cone mais largo que outros Centros. Isto é, a faixa entre 90° e 343°, em uma área total de 620 km<sup>2</sup>, permite que sejam lançados satélites polares, equatoriais e inclinados. Isso significa o máximo aproveitamento da rotação da Terra e uma considerável economia de combustível. Também o fácil acesso aéreo e marítimo e as estáveis condições meteorológicas (6 meses sol / 6 meses chuva) permitem a realização de operações durante o ano inteiro.

A partir de critérios de localização e comparação, pode-se verificar que outros locais não atingem todas as condições favoráveis, como as encontradas no Brasil. No Cabo Canaveral, EUA, existe uma alta taxa de ocupação obstaculizando lançamentos para órbitas polares. Vanderberg e Sea Launch, outros Centros norte-americanos, também apresentam problemas. O primeiro é inadequado para lançamentos equatoriais e de órbitas inclinadas e o segundo, devido ao seu isolamento em alto mar, demanda altos custos em cada

Operações realizadas entre 1957-1996			
Locais	Total de Lançamentos	Com Insucesso	% de Sucesso
EUA	1254	117	90,7
URSS	2389	83	96,5
Japão	51	04	92,2
Europa	106	14	86,8
China	43	08	81





operação. Na Base de Baikonur, Cazaxistão, o retombamento dos estágios (que em Alcântara se dá no mar)<sup>(10)</sup> ocorre em terra e o fato de passar por cima de vários pontos do Irã, Turquimênistão e Rússia cria problemas diplomáticos, pois há riscos de quedas sobre aglomerados populacionais. Em Plesetsk, Rússia, as baixas temperaturas do inverno vedam as possibilidades de lançamentos de órbita equatorial. Em Kourou, Guiana Francesa, as instalações voltam-se exclusivamente para projetos próprios, como o "Ariane". Na China, nos centros de Taiyuan e Xichang, o sobrevôo passa por regiões habitadas e o corredor de retombamento é significativamente limitado. No Japão as operações atrelam-se à pesca industrial e somente se executam durante os três meses de reprodução dos peixes.

Isso mostra que, em Alcântara o tempo e o espaço para lançamentos são muito privilegiados.

### As políticas de C&T espaciais

Numa palestra ministrada na Base foi citado um pensamento do físico britânico Ernest Rutherford (1871-1937), segundo o qual "os povos sem ciência e sem tecnologia não passam de cortadores de lenha e carregadores de água para os povos mais esclarecidos".

A frase destacada serviu para ilustrar a necessidade de maior incentivo por parte do governo federal, seja pela necessidade de desenvolver nossa autonomia e independência em Ciência e Tecnologia, seja pelo fato de o Brasil possuir um potencial científico e tecnológico espacial, como atestam: a exclusividade de tecnologia nacional no desenvolvimento do propulsor<sup>(11)</sup> sólido; as avançadas pesquisas para a construção de um giroscópio<sup>(12)</sup> brasileiro, à base de fibra ótica, que além de ser de baixo custo não sofre interferências; e as pesquisas sobre

um propelente líquido nacional.

A própria Agência Espacial Brasileira afirma como objetivos do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), que ela coordena, estimular a melhoria da qualidade industrial e, em consequência, trazer maiores benefícios para a sociedade.

Mesmo enfrentando condições adversas, os cientistas brasileiros vêm demonstrando grande capacidade de resistência ao desmonte de nossa ciência e tecnologia.

Na "Operação Alecrim" estão reunidos importantes projetos de inovação tecnológica desenvolvidos por instituições que realizam pesquisas na área espacial – Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e Instituto Nacional de Atividades Espaciais (INPE), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

Um dos exemplos de significativa importância para a indústria é o processo de soldagem automatizada de materiais metálicos, como o aço. Engenheiros e técnicos do Laboratório de Solda do IAE desenvolveram um novo processo de soldagem em aço de ultra-alta resistência para atender à demanda de fabricação dos envelopes-motores dos foguetes desenvolvidos no Brasil.

No projeto da Plataforma Suborbital<sup>(13)</sup> (PSO), desenvolvido na Divisão de Mecânica Espacial e Controle (DMC), do INPE, será testado um novo conceito de estabilização com apenas quatro propulsores a hidrazina, a serem utilizados, no futuro, para controle de órbita e acompanhamento de trajetória de satélites desenvolvidos no Brasil.

Pretende-se atingir, com essa plataforma, níveis de microgravidade comparáveis aos melhores desempenhos alcançados por instrumentos semelhantes desenvolvidos por outros países. O resultado positivo desse projeto representa um marco importante para

a realização de pesquisas na área de microgravidade no Brasil, principalmente pelo engajamento do País na construção do maior laboratório espacial do mundo – a Estação Espacial Internacional (ISS) – devendo abrir, no futuro, uma série de oportunidades à comunidade acadêmica e industrial brasileira em diversas áreas científicas. Participaram da fabricação da PSO as empresas Navcon, Naucrates, Leg Engenharia, Equatorial e EQE Tecnologia.

No âmbito do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), são desempenhadas atividades voltadas ao desenvolvimento e aplicação da ciência e tecnologia espaciais. Estas atividades representam um significativo apoio ao programa espacial brasileiro, em particular através do Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) – que prevê, através de um acordo com a China, a fabricação de satélites para sensoriamento remoto; do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) – que coordena as atividades de pesquisa em clima e tempo, permitindo a simulação do comportamento da atmosfera em todo o planeta; e do desenvolvimento de três satélites de coleta de dados ambientais (SCD) – merecendo menção o desenvolvimento e lançamento, com sucesso, do primeiro e segundo da série, o SCD-1 e o SCD-2, de dois satélites de sensoriamento remoto (SSR) e dois de aplicações científicas (SACI), bem como o segmento de solo, que compreende as estações de rastreamento e centros de controle e de missão.

Na área de pesquisa e desenvolvimento, as atividades do Instituto são direcionadas aos seguintes segmentos: Ciências Espaciais e Atmosféricas; Pesquisa e Desenvolvimento em Engenharia e Tecnologia Espacial; Senso-



riamento Remoto; Programa Amazônia; Pesquisa e Desenvolvimento em Meteorologia; e Tecnologias Associadas à Área Espacial.

Entretanto, o sucesso dos projetos nacionais demanda constantes e efetivos investimentos, inclusive nos quadros de intelectuais que muitas vezes se vêem seduzidos por ofertas de remunerações muito superiores às que recebem no Brasil e infelizmente se transferem para outros países.

Temos cientistas espaciais doutorados, ou pós-doutorados, em centros de excelência como a Índia, Ucrânia, China e França, ou seja, temos equipes de intelectuais profundamente preparados e altamente qualificados para desenvolver ciência e tecnologia nacionais de indiscutível qualidade e necessidade.

Contudo, os baixos salários pagos e as precárias condições de pesquisa oferecidas, por este desinteressado governo federal, não permitem que avancemos a largos passos. Além disso, se concretizado o "Acordo de Salvaguardas", assistiremos à inviabilização do futuro da tecnologia aeroespacial brasileira.

### O Acordo de Salvaguardas

O documento de 48 páginas que inclui a íntegra do Acordo pode ser encontrado no sítio web-internet do Ministério da Ciência e Tecnologia ([www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br)). Atualmente o texto sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os EUA, encontra-se no Congresso Nacional para análise.

Temendo uma reação contrária e tentando fazer crer que o "Acordo" será bom e lucrativo para o Brasil o Ministério da Ciência e Tecnologia divulga entre deputados e senadores um documento onde está absolutamente bem expressa sua política antinacional.

Na introdução do documento, o ministro Ronaldo Sardenberg afirma que o Governo brasileiro chegou a um entendimento com os norte-ame-

ricanos pois está convencido de que o mesmo não fere a soberania nacional.


Contraditoriamente, o ministro acaba afirmando não haver como propor aos norte-americanos que financiem o desenvolvimento de nossa tecnologia, pois os mesmos têm uma política explícita contra qualquer auxílio a qualquer país para o desenvolvimento de VLS.

Ora, a Base é destinada aos interesses do Brasil e para isso foi criada! O "Acordo" com os EUA atingirá nossa C&T com a precisão do mais nocivo míssil!

Além disso, questionamos os interesses puramente comerciais com que os entreguistas neoliberais justificam o acordo, pois Alcântara passará a ser um enclave norte-americano no território brasileiro, onde o acesso aos próprios brasileiros ficará subordinado a pré-requisitos mais severos do que os que estão hoje em voga, controlados pelos EUA. Além disso, como é sabido, um dos termos do acordo diz que os containeres norte-americanos não poderão ser vistoriados ao entrar no Brasil, de modo a permitir que objetos de toda natureza, como ogivas e mísseis passem controle oficial ou conhecimento do governo do país.

Também é prudente refletir que o "Acordo" pode fazer parte de uma ação maior dos EUA, cujo objetivo é a intervenção direta em pontos estratégicos da América Latina. Nesse sentido, conjugado ao "Plano Colômbia", o "Acordo de Salvaguardas" – isto é, a desnacionalização de Alcântara – representaria o alargamento de tal política.

Some-se a isto os levantamentos feitos pela CPI da Grilagem, onde se destacam as atuações da deputada federal Vanessa Grazziotin PCdoB/ AM, que dão conta da compra de terras contínuas por fazendeiros norte-americanos na Amazônia, possibilitando aliás um cordão de isolamento que interligará diretamente a Colômbia à Alcântara.

Não temos dúvidas de que a presença norte-americana na Base é uma agressão à soberania nacional, uma ameaça neocolonial, que só servirá para intensificar a coagulação de nossas pesquisas, nossa ciência e tecnologia; submeter ainda mais o Brasil aos interesses estadunidenses; e colocar em risco os fins pacíficos para os quais a Base é destinada. 

Marize Helena de Campos é mestre em história pela USP e professora de História do Brasil na Universidade Federal do Maranhão.

#### Notas

(1) Segundo o dicionário Aurélio propelente é um baixo explosivo, ou mistura de materiais combustíveis e agentes oxidantes, capaz de efetuar a propulsão controlada de um corpo sólido, como um projétil, um foguete comum, um foguete espacial. Segundo a AEB o propelente é um composto sólido ou líquido que através de uma reação química, permite a propulsão de um foguete.

(2) Órbita - trajetória descrita no espaço por um corpo celeste ou nave espacial. Fonte: AEB. Nas órbitas baixas a distância da Terra varia apenas entre 250 a 800 Km.

(3) Órbita geostacionária - órbita circular equatorial a 36 mil quilômetros de altitude, que gira ao redor da Terra com a mesma velocidade com que esta realiza uma rotação completa. Nesta órbita, o satélite fica sempre apontado para o mesmo local.

(4) Segundo dados da AEB, foram investidos, desde 1980, cerca de 280 milhões de dólares, incluindo os gastos com os foguetes de sondagem e toda a infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento. O Plano Plurianual para o período 2000-2003 (PPA) previa, para o ano de 2001, o montante de R\$ 4.361 mil para a ação

"Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites" e ainda que o projeto de Lei Orçamentária 2001, enviado ao Congresso, tenha alterado este valor para R\$ 12.371 mil acreditamos que, frente ao que já foi enviado como pagamento da dívida externa, este montante destinado à nossa ciência e tecnologia espacial poderia ser ainda maior.

(5) Foguete - veículo destinado a levar ao espaço cargas úteis e/ou tripulantes. Fonte: AEB.

(6) Telemetrias - informações transmitidas via rádio pela carga útil. Fonte: AEB.

(7) Rastreamento - determinação à distância, instantânea e contínua, de uma ou mais variáveis características de um veículo ou sistema espacial, em geral associadas ao seu movimento. Fonte: AEB.

(8) Carga Útil - conjunto de equipamentos de medição ou satélite, transportado por um veículo espacial para cumprir determinada missão. Fonte: AEB.

(9) Líquido incolor na temperatura ambiente, muito redutor, usado como combustível em foguetes. Fonte: dicionário "Aurélio".

(10) Estágio - componente de um foguete que possui seu próprio mecanismo de propulsão. Fonte: AEB.

(11) Que propulsa; propulsivo. O que produz propulsão. Qualquer mecanismo ou engenho que transmite movimento a certos maquinismos. Disparador. Fonte: dicionário Aurélio.

(12) Pequena roda, montada de forma precisa em suspensões Cardan. Se a roda gira em alta velocidade ela manterá seu eixo de rotação no espaço constante, não importando o quanto a estrutura que suporta seja inclinada. Uma segunda propriedade dos giroscópios é conhecida como precessão. Se uma força for aplicada ao eixo do giroscópio em rotação, o eixo do rotor move-se, não diretamente na direção e sentidos dados pela força, mas em uma direção que forma um ângulo reto com esta. O giroscópio recebeu este nome e foi descrito com precisão pela primeira vez pelo físico francês J.-B.-L. Foucault, em 1852. Sua capacidade de manter uma direção fixa (inércia giroscópica ou rotacional) levou à sua utilização amplamente difundida como indicador de direção no giro-compasso. Os giroscópios são também utilizados na navegação inercial, pilotos e timoneiros automáticos, estabilizadores de navios, indicadores de velocidade de vólteio, horizontes artificiais nas aeronaves e outros veículos, bombas estabilizadas e miras de armas, plataformas estabilizadas para canhões e radares. Fonte: Nova Enciclopédia Ilustrada Folha, volume 1, p. 402-403. Publifolha, 1996.

(13) Suborbital - trajetória de voo que não percorre uma órbita completa. Fonte: AEB.



# O Piauí está no mapa há 50.000 anos



Paulo Moura

Os vestígios mais antigos da presença do homem nas Américas, com datação de 50.000 anos, encontram-se no Parque Nacional da Serra da Capivara em São Raimundo Nonato, a 573 km de Teresina.

O Sítio Arqueológico possui inúmeras pinturas rupestres que nos dão uma idéia da vida do homem pre-histórico, retratando atividades de caça, acasalamento e rituais sagrados. Os mistérios que a Serra da Capivara encerra podem nos ensinar muito sobre a odisséia do homem sobre a Terra, revelando-nos aspectos importantes da evolução humana.

Dada a importância das descobertas, a UNESCO, órgão das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura, declarou a arte rupestre ali existente, patrimônio cultural da humanidade.

Tradição e Cultura fazem parte da nossa história e nos orgulhamos muito disso.

## Porque no Piauí é assim.



# Condições históricas do surgimento do Partido Comunista do Brasil

Revolta dos marinheiros (1910).

José Carlos Ruy

*A fundação do Partido Comunista do Brasil é um marco do movimento operário e da vida do povo brasileiro; não foi um acontecimento fortuito, mas correspondeu às necessidades históricas do desenvolvimento do capitalismo o Brasil, que deu novos rumos à luta de classes*

SUA CRIAÇÃO resultou da conjugação de três fatores principais – a formação e relativo crescimento do proletariado brasileiro, o exemplo da Revolução Russa de 1917 e a influência da Internacional Comunista, fundada em 1919, e a crise do anarcossindicalismo.

O Partido Comunista do Brasil inaugurou duas características inéditas na política brasileira: foi o primeiro a representar de forma aberta e programática o conjunto do proletariado brasileiro, e também a primeira agremiação política a romper com os estreitos limites locais e ter âmbito nacional – seus fundadores vinham do Distrito

Federal e de outros cinco estados do país. É também o partido de vida mais longa no Brasil, chegando agora aos 80 anos de existência contínua e ativa.

Sua trajetória faz parte da linhagem das lutas sociais do povo brasileiro, desde a época colonial, herdeira direta das intensas lutas sociais do final do século XIX, as campanhas abolicionista e republicana.

## **Oligarquia e imperialismo**

O modo de produção capitalista nasceu, no Brasil, a partir da desagregação do modo de produção escravista, desde meados do século XIX. Com ele, nascem as classes características

do novo modo de produção, a burguesia industrial e a classe operária, que cresceram principalmente depois do fim do escravismo, em 1888, e da proclamação da República, em 1889.

Apesar das transformações na sociedade e na economia, alterando as classes na sociedade brasileira, a oligarquia latifundiária e a burguesia mercantil agro-exportadora, que vinham desde a sociedade colonial e dominaram durante o Império, conseguiram manter posições de domínio mesmo depois do fim do escravismo, em 1888, e do Império, em 1889. Estruturou, sob Prudente de Moraes e Campos Sales, o esquema de dominação oligárquica



conhecido como “política dos governadores”. Combinou o domínio oligárquico e mercantil com a dependência externa, mantendo a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, como produtor de produtos agrícolas (como café, cacau e algodão) e matérias primas, e importador de produtos industrializados. A presença do imperialismo também se firmou nesse período. Além de dominar o comércio – principalmente o comércio exterior –, sua ação estendeu-se a outras áreas. No final da década de 1880, por exemplo, a Inglaterra tinha cerca de 180 milhões de libras investidas na América Latina, cuja maior fatia (38,8 milhões) era dirigida ao Brasil que estava incorporado de forma subordinada à divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matérias primas (como café e borracha).

De 1902 a 1913, a presença do capital estrangeiro crescia na indústria (açúcar, bens de capital, alimentos, vestuário e calçados, químico-farmacêutica, material elétrico etc) e nos bancos. Apenas para ilustrar sua dimensão, em 1910, dos 14 bancos existentes em São Paulo, 7 eram estrangeiros que, somados, detinham 70% dos ativos e 70% dos empréstimos e descontos bancários.

A presença norte-americana começava a se destacar. Os EUA já eram o maior importador de produtos brasileiros, absorvendo 41% do total. Destacava-se também no número de empresas estrangeiras aqui instaladas: entre 1861 e 1890, tinham 7% do total e, entre 1890 e 1920, 20%. A dívida externa que, em 1889, era de 31 milhões de libras esterlinas, pulou para 128,3 milhões em 1910 e 150,3 milhões em 1920.

A exploração imperialista refletia-se diretamente no orçamento do governo federal brasileiro. Em 1903, as despesas dividiram-se assim: dívi-

da (juros, amortizações e resgates), 40%; manutenção da máquina governamental (que, na época, voltava-se principalmente para a administração fiscal, militar e judiciária, sendo extremamente limitados os gastos de natureza social ou de investimentos na área econômica), 37%; serviços de utilidade pública, 13%; desta quantia exígua, uma parcela ainda mais ínfima era destinada aos gastos com educação, escolas e cultura (museus, bibliotecas, escolas especiais, observatórios, etc): 1% do orçamento da União.

#### **Atraso cultural**

O atraso cultural era avassalador. Em 1890, 85% dos brasileiros eram analfabetos e o índice de escolaridade era de 2,2%, o terceiro pior das Américas, atrás apenas do Haiti e de São Domingos (atual República Dominicana). Os esforços contra esta situação enfrentavam a resistência da oligarquia – um projeto de reforma do ensino, de todos os níveis, apresentado à Câmara dos Deputados em 1907, encontrou forte reação, e acabou sepultado numa comissão do Senado. De tal forma que o número de analfabetos continuou alto nas décadas seguintes (em 1920, ainda era 75%).

O descaso com a instrução pública e, portanto, com o desenvolvimento cultural e científico do país, é revelado pelo censo de 1907 – para uma população de 21 milhões, havia apenas 700.120 matriculados em escolas de todos os níveis; destes a imensa maioria, 638.378, estava em escolas primárias; apenas 20.426 freqüentavam escolas secundárias e minguados 5.795 estavam nos poucos cursos superiores que existiam, que eram mais voltados à cultura retórica e religiosa da elite: as 25 faculdades existentes ofereciam 13 cursos eclesiásticos e 10 jurídicos, contra apenas 5 politécnicos; 4 de agrono-

mia e veterinária. Ainda não existiam universidades no país: a Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ, foi fundada em 1920, e a Universidade de São Paulo, em 1934.

**A** resistência contra a educação popular resumia os preconceitos e preocupações da elite, para quem o desenvolvimento não dependia do nível educacional do povo, mas de seu embranquecimento, eliminando negros, índios e mulatos. Um dos principais intelectuais brasileiros de então, o escritor Silvio Romero, era incisivo: “A instrução não muda o gênio apático, contemplativo, se quiserem, sonhador, quimérico, do povo”.

#### **Uma burguesia de empresas pequenas e médias**

A burguesia industrial brasileira nasceu na época do imperialismo. Ela não assumiu abertamente o papel dirigente na luta pela modernização do Brasil, mas aliou-se às oligarquias agro-mercantis e ao imperialismo sendo representada, no Parlamento, por deputados e senadores do Partido Republicano Paulista, cujos candidatos à Presidência sempre apoiou.

Sua organização como classe resultou, originariamente, da necessidade de resistir às exigências dos trabalhadores: as lutas operárias, com força inaudita para um país recém saído da escravidão, colocavam a burguesia industrial na defensiva, obrigando-a à união frente às greves; esse foi um dos motivos fortes para a proliferação de associações de industriais a partir de 1919.

Entre as 13.334 empresas recensadas em 1920, 49,4% eram artesanais (não usavam motores); 44,7% eram manufatureiras (usavam motores com até 50 HPs de potência), e só 5,9% podiam ser consideradas fabris (usavam potências superiores a 50 HPs). Apesar disso, era das



fábricas que vinha o grosso da produção: elas tinham 61,5% do total, contra 38,5% das oficinas artesanais e manufatureiras.

### Artesãos e operários

Em 1920 a população era de 30 milhões de pessoas; a maioria, isto é, mais de 75% do total, vivia no campo, e só 275 mil eram trabalhadores industriais, menos de 1% do total da população.

A maioria dos trabalhadores industriais estava nas fábricas, mas havia forte presença artesã. O conjunto das oficinas artesanais e as manufaturas, formado por 12.512 empresas, tinha 83.635 operários, com uma média de 7 trabalhadores por estabelecimento.

As 822 fábricas, por sua vez, tinham 191.877 operários, com uma média de 233 trabalhadores cada. Este pequeno número de fábricas tinha, em sua maioria, de 50 a 200 operários; havia 61 na faixa de entre 500 e 999 operários, e somente 29 com mais de mil operários.

Cerca de 68% dos operários fabris de 1920 estavam no Distrito Federal, e no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais; 40,7% desses trabalhadores eram têxteis (o ramo mais dinâmico de então); 18,8% estavam na indústria alimentícia; os metalúrgicos e os químicos abarcavam, juntos, 10,7% do total.

O proletariado brasileiro era formado também por trabalhadores da construção civil, ferroviários, estivadores, portuários, mineiros e trabalhadores domésticos, alcançando assim cerca de 1,5 milhões de pessoas.

Com forte presença em pequenas oficinas de caráter artesanal ou manufatureiro, trabalhando muitas vezes lado a lado com seus patrões, esse proletariado ainda não havia sofrido o completo despojamento das ferramentas e dos meios de trabalho e não se constituía ainda, por isso, plena-

mente em uma classe de trabalhadores assalariados típica do modo de produção capitalista. Seus extratos inferiores eram ocupados por ex-escravos, uma reserva de mão-de-obra que muitas vezes era mobilizada, durante as greves, pelos industriais, para ocupar os lugares dos grevistas.

**E**m suas primeiras décadas, o Partido Comunista do Brasil refletiu tanto a combatividade e capacidade de luta, e também a debilidade teórica e organizativa desse proletariado que, embora já tendo um relativo amadurecimento, ainda ressentia-se do atraso cultural e político do país, e também da influência anarco-sindicalista que marcou suas primeiras ações.

### Moradores e colonos

No campo, os escravos foram substituídos por uma categoria de trabalhadores livres, formada pelas antigas camadas de homens livres e pobres, por ex-escravos que não deixaram as fazendas, ou por imigrantes estrangeiros. No Nordeste, ficaram conhecidos como moradores; no Sul, como colonos.

Desenvolveu-se também a parceria e o aforamento como forma de trabalho na agricultura. A parceria, generalizada como meação – isto é, os produtos agrícolas eram divididos meio a meio com o dono da terra – implicava também na prestação de serviços gratuitos e, em muitos casos, o trabalhador era obrigado a vender ao fazendeiro sua parte nos produtos, a preços por ele determinados. No aforamento, ou arrendamento, os foreiros ou rendeiros ocupavam terras distantes dos engenhos e, além do aluguel, deviam também dar gratuitamente ao proprietário alguns dias de trabalho por ano – a condição ou cambão.

Esses trabalhadores não eram proletários rurais completos, mas uma cate-

goria de semi-assalariados, vivendo em regime de colonato, cuja remuneração combinava o salário em dinheiro e a licença para cultivar gêneros de subsistência em terras da fazenda.

A falta de atenção ao campesinato e de uma efetiva participação em suas lutas e organização foi uma grande debilidade dos comunistas no primeiro período de existência do Partido.

### Pequena burguesia

Outra força que emergiu no cenário brasileiro em meados do século XIX foram os setores médios urbanos, formados por profissionais liberais (médicos, professores, engenheiros, jornalistas), funcionários administrativos de empresas e bancos, funcionários públicos, pequenos e médios empresários, cujos interesses eram distintos e muitas vezes antagônicos aos da oligarquia agro-mercantil.

Depois da Guerra do Paraguai, a jovem oficialidade do Exército reforçou esse setor. Sua base doutrinária era formada pelo positivismo que, a partir das academias militares, difundiu-se entre os setores médios radicalizados.

Este setor lutou pela República que, proclamada em 1889, não correspondeu às suas exigências democráticas nem adotou o programa de industrialização, modernização do país e independência nacional dos setores médios urbanos, nacionalistas e dos militares jovens, cuja resistência atravessou a República Velha. Ela desembocou no Levante do Forte de Copacabana, em 1922, marco inicial do tenentismo, cujo ponto alto foram o levante paulista de 1924 e a Coluna Miguel Costa-Prestes (1925/1927). Os “tenentes” tiveram papel importante na articulação das forças oposicionistas que depuseram o presidente Washington Luís, em outubro de 1930, pondo fim à República Velha.

Parte significativa da ala esquerda do



"tenentismo" aderiu ao Partido Comunista do Brasil, onde tiveram posições de destaque durante décadas, expressa pelas figuras de Luís Carlos Prestes, Agildo Barata, Dinarco Reis e muitos outros. Sua adesão teve o aspecto positivo de colocar o Partido no curso principal do movimento revolucionário brasileiro. Entretanto, foram portadores de um viés conspirativo e militarista que influenciou de forma duradoura a política partidária, principalmente na valorização de ações golpistas baseadas em quartéis, a despeito da política de massas. A influência positivista que traziam contribuiu também para a formação de uma visão empobrecida, mecanicista, do marxismo, cuja consequência foi o revisionismo e o reformismo que durante muito tempo estiveram presentes mesmo entre quadros dirigentes de mais destaque.

### **Passos iniciais da organização proletária**

Os primeiros agrupamentos proletários brasileiros surgiram na década de 1820; a partir da década de 1850 seu número disparou e, na década de 1870, surgem as primeiras ligas de resistência contra a exploração patronal, que proliferam a partir de 1880.

Nessa época surgem também as primeiras notícias sobre a obra de Karl Marx e a Associação Internacional dos Trabalhadores. Apesar de esparsas e pouco claras, elas inspiraram a formação de efêmeros partidos operários e socialistas, pouco enraizados na massa operária e popular, com uma consciência proletária ainda rudimentar. Eram quase sempre organizações que pregavam a harmonia entre o capital e o trabalho, reduzindo sua luta aos estreitos limites da situação dominante.

Em 1906, a luta operária alcançou um patamar mais elevado com a realização, no Rio de Janeiro, do primeiro Congresso Operário Brasileiro. Sob

influência anarco-sindicalista, ele aprovou a fundação da Confederação Operária Brasileira, a primeira organização geral do proletariado do país. Naquele ano, ocorreu uma grande greve de ferroviários em São Paulo, sob direção libertária. Foi a primeira greve em que houve assembleias de massa, sendo reprimida à bala pela polícia.

**O** ascenso da luta operária prolongou-se até 1909, e marcou o início da hegemonia anarco-sindicalista – uma corrente que, embora minoritária, distinguia-se pela combatividade, catalizando as melhores energias dos trabalhadores de então, dirigindo um forte movimento reivindicatório, cristalizado em greves memoráveis.

A mais importante delas foi a greve de 1917, a maior até então ocorrida no Brasil. Ela começou em São Paulo, espalhou-se pelo interior do estado e, em seguida, pelos centros industriais do país. A greve de 1917 revelou que o amadurecimento do proletariado, que ia além das reivindicações econômicas e corporativas, revelando a necessidade da organização política de classe para impulsionar a luta contra o Estado dos proprietários. Foi nessa greve que o operariado fabril estreou na direção da luta dos trabalhadores. A partir de então, a luta pela afirmação proletária, pela conquista dos objetivos de classe e pela autonomia da classe operária, e a reação da burguesia contra ela, estiveram entre os eixos centrais da política brasileira.

Mas o desenvolvimento organizativo e ideológico daquela classe operária era ainda muito relativo; ela tateava para encontrar o caminho de sua afirmação, realidade refletida pela greve de 1917, que expôs o fracasso da orientação anarco-sindicalista frente às tarefas históricas que a nova etapa do desenvolvimento impunha: a

organização política autônoma dos operários e o cumprimento de seu papel de dirigente da luta revolucionária de todos os trabalhadores e forças progressistas da sociedade. É nesse sentido que a greve de 1917 marcou o ponto máximo do anarco-sindicalismo, e também sua crise e declínio.

O reconhecimento da crise do anarquismo era geral; ela resultava do rumo que essa liderança dava à luta operária, como reconhecia o grupo Clarté, do Rio de Janeiro: "A luta sindical, exclusiva como tem sido, porque visa de preferência o aspecto econômico do problema social, não tem dado os resultados que se esperavam".

Entre 1920 e 1921, muitos sindicatos desapareceram ou se enfraqueceram; muitos jornais operários fecharam, o movimento grevista perdeu intensidade. O anarquismo perdia terreno: em 1924, havia 35 mil trabalhadores sindicalizados no Rio de Janeiro. Dos quais 3.500 estavam filiados a sindicatos comunistas, 1.500 a sindicatos anarco-sindicalistas, e a maioria a sindicatos "amarelos" (pelegos), "trabalhistas" e independentes.

### **O prestígio da Revolução Russa de 1917**

A incapacidade política dos anarquistas provocou fortes debates entre os dirigentes operários e uma luta de idéias profícua. Astrojildo Pereira, protagonista daqueles embates e, mais tarde, o principal fundador do Partido Comunista do Brasil, deixou um registro vívido da efervescência nos meios operários, e do impacto causado pela revolução russa de 1917. "As assembleias sindicais eram sempre numerosas e movimentadas, e, todas as vezes que se mencionavam nelas os exemplos de luta revolucionária dos trabalhadores russos, a massa presente demonstrava com unânime entusiasmo os seus sentimentos de frater-



nidade, admiração e apoio". Os acontecimentos na Rússia foram acompanhados pela liderança operária brasileira com atenção e interesse, num quadro geral onde o exemplo bolchevique encontrou ecos favoráveis e um terreno fértil para se enraizar.

Os nomes de Lênin e outros líderes revolucionários estavam na boca e no coração das lideranças operárias brasileiras que, depois da fundação da Internacional Comunista, em 1919, e sob sua influência, fundaram o Partido Comunista do Brasil.

A busca de alternativas ao impasse organizativo envolveu líderes libertários que tomavam consciência das limitações do anarquismo. Eles passaram a debater a organização do proletariado e, em 1919, anunciaram a criação de um Partido Comunista do Brasil, que não foi uma organização bolchevique, mas tipicamente anarquista, e não prosperou.

A impotência do anarquismo ficou clara no momento em que a história mundial da luta operária apontava o caminho a seguir: o caminho dos revolucionários russos de 1917, que iniciou uma etapa nova na história humana. Entre 1918 e 1921, multiplicaram-se no Brasil os grupos e associações inspiradas pelos bolcheviques (muitas vezes chamados de maximalistas, como era comum, na época, referir-se aos bolcheviques). Destacam-se entre eles os grupos comunistas de Santana do Livramento (RS); Porto Alegre; Rio de Janeiro; Niterói; São Paulo, Cruzeiro e Santos (SP); Recife; Juiz de Fora (MG); Maceió (AL).


A Internacional Comunista, fundada em 1919, influenciou a criação de partidos comunistas em todos os países; no Brasil não foi diferente, tendo havido contatos entre representantes da IC e líderes proletários brasileiros. Foi

por influência dela que o Grupo Comunista do Rio de Janeiro começou a publicar, em 1922, a revista *Movimento Comunista*, que aderiu ao programa da IC e assumiu a tarefa de organizar o Partido Comunista do Brasil. Abílio de Nequete, um dos fundadores do Partido, representou o Grupo Maximalista de Porto Alegre no Congresso de 1922, e também o Partido Comunista do Uruguai e a IC, da qual foi portador de uma mensagem de congratulações aos congressistas.

Este é o quadro, em traços sumários, da fundação do Partido Comunista do Brasil. Seu surgimento corresponde ao desenvolvimento relativo do proletariado brasileiro, que impunha à sua vanguarda a criação de uma organização coesa, superior em relação aos intentos anteriores, com um programa político de classe capaz de unificar a luta do proletariado e o contrapor, como classe avançada, ao domínio da oligarquia, da burguesia e do imperialismo. Refletia também a capacidade do proletariado brasileiro e de suas principais lideranças de aprender com a experiência do proletariado de outras nações, onde a luta era mais avançada, principalmente a Rússia.

A junção desses dois movimentos – o interno, representado pelo desenvolvimento relativo do proletariado; e o externo, representado pelas conquistas revolucionárias bolcheviques de 1917 e pela fundação da Internacional Comunista – ocorreu num momento particular da história brasileira, em que a luta de classe se desenvolvia de forma aguda e profunda, e o domínio da elite cindia-se de alto a baixo. O aparecimento do Partido Comunista do Brasil foi um dos principais sinais da profundidade da crise revolucionária da década de 1920; através dele, o proletariado e sua vanguarda organizada apresentavam-se aos trabalhadores do campo e da cidade e aos ele-

mentos progressistas e avançados com um programa próprio de reestruturação da sociedade brasileira.

O Partido Comunista do Brasil surge, nesse quadro histórico, com a marca de classe que o distinguiria em sua longa história de oito décadas: o programa revolucionário, marxista-leninista, que recusa a harmonia e colaboração entre o capital e o trabalho, e compreende que esta contradição só pode ser superada pela revolução proletária e pelo início da construção de uma sociedade nova e avançada. 

José Carlos Ruy é jornalista, membro do Comitê Central do PCdoB e coordenador da comissão de redação da História do Partido Comunista do Brasil.

#### Bibliografia

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido – tempo, vida e obra de Manoel Bopmfim*, RJ, Topbooks, 2000.
- CARRION, Raul. "Os primeiros passos do Partido Comunista do Brasil (1922/1929)", in *Princípios*, nº 61.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*, SP, Ciências Humanas, 1982.
- FOOT, Francisco, e Leonardi, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*, SP, Global, 1982.
- Fundação IBGE. *Séries estatísticas retrospectivas (censo de 1907)*, RJ, IBGE, 1986.
- KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro, 1857a 1967*, SP, Alfa-Omega, 1982.
- Partido Comunista do Brasil. *Cinquenta anos de luta*, Lisboa, Editora Maria da Fonte, 1975. Este documento foi extensamente utilizado neste artigo.
- PEREIRA, Astrojildo. "A formação do PCB", in *Ensaios históricos e políticos*, SP, Alfa-Omega, 1979.
- RUY, José Carlos. "Do escravo ao metalúrgico", in *Retrato do Brasil*, Vol. 1, SP, Política Editora, 1984.
- SCHMIDT, Afonso. *Bom tempo*, SP, Brasiliense, 1958.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição para a história do PCB*, SP, Global, 1984.



# PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

## 1935-1943

Diorge Konrad

*O Partido sofreu a mais feroz perseguição,  
foi declarado extinto e – qual a fênix – renasceu*

Durante a ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o Partido tornou-se hegemônico na liderança e na organização da Aliança. Mas, mantendo a posição esquerdista, preparou-se para o movimento revolucionário para a tomada do poder; apesar da oposição de alguns revolucionários, entre os quais Arthur Ewert (Harry Berger), um dos representantes da Internacional Comunista (IC) que estava no Brasil para auxiliar na preparação da revolução nacional libertadora.



Fachada do quartel da polícia depois do ataque das tropas rebeldes (Natal, 1935).



SEGUNDO Ewert, nas condições brasileiras, seria impossível uma revolução que não contasse com as massas camponesas, ou seja, a maioria da população. Não se levava em conta, também, a nova tática decidida pelo VII Congresso da IC, difundida em vários documentos, principalmente por Dimitrov,

de que diante da ascensão do fascismo, os partidos comunistas deveriam optar pela criação de frentes amplas, democráticas e populares, como havia predominado no período de legalidade da ANL. Por outro lado, não se percebia a efetiva opção fascizante, feita pelo governo Vargas naquele momento.

No entanto, a opinião majoritária foi aquela influenciada pelas tendências tenentistas, apoiadas na idéia remanescente de 1922 e 1924, de que a revolução poderia ter sucesso desde que fossem tomados os quartéis. Tendo Luiz Carlos Prestes à frente, e com uma visão idealizada de que, mesmo na ilegalidade, a ANL contava com apoio massivo em estabelecimentos militares, tanto a organização quanto parcela do Partido, na clandestinidade, continuaram a preparar a insurreição, agora perpassada pela visão golpista.

No período da ilegalidade da ANL, a atuação do Partido restringiu-se à ação nos meios militares, tanto que os pedidos de manifestações públicas em defesa da ANL quase não tinham resultado. Prevalecia a visão vanguardista de que a firme direção revolucionária bastaria para o rumo da transformação social do país. A orientação idealista da revolução armada continuava, mesmo entre os que estavam presos, sem levar em conta as reais condições subjetivas e objetivas do Brasil.



Membros do governo revolucionário de Natal/RN (1935).

Em finais de novembro eclodiram os movimentos libertadores no Nordeste e no Rio de Janeiro, sob a bandeira da Aliança Nacional Libertadora e pela instauração de um Governo Popular Revolucionário com Luiz Carlos Prestes à frente. Em Natal, a partir do dia 23, o governo revolucionário foi instalado. Mas, com vida curta. Enquanto que em Recife (dia 25), Olinda e no Rio de Janeiro (dia 27), após heróica luta dos revolucionários, o movimento era derrotado rapidamente.

As sublevações espontaneístas de Natal e Recife precipitaram a do Rio de Janeiro, ordenada diretamente por Luiz Carlos Prestes, e não por Moscou, como insistem em repetir até hoje as forças conservadoras. O conjunto do Partido ficou "à margem do movimento insurrecional", pois não estava "preparado politicamente para isso, embora tivesse sido o grande impulsionador da Aliança Nacional Libertadora".<sup>(1)</sup>

Sabe-se que o governo de Vargas estava sendo informado pelo agente alemão Johnny de Graaf (ou Paul Gruber), infiltrado na IC, a serviço do *Intelligence Service* inglês. Desde a sua chegada ao Brasil, Graaf passava à polícia política inglesa, bem como ao próprio Chefe da Polícia brasileira Filinto Muller, os preparativos da insurreição e o dia-a-dia da atividade aliancista e comunista. Desta forma, ciente dos preparativos revolucionários, o governo articulou com maior vigor a repressão e

manteve sob vigilância o movimento, colocando em prática a tática de deixá-lo avançar, mas sob controle, a fim de montar uma rede maior que identificasse e prendesse o maior número possível de revolucionários.

Em seguida, o governo varguista decretava

Estado de Sítio, que logo se transformou em Estado de Guerra, desencadeando um dos piores momentos de repressão da formação histórica do Brasil. Milhares de comunistas, aliancistas, patriotas e progressistas foram presos por todo o país. A perseguição policial conseguiu prender mais de 5 mil pessoas, ainda em 1935 e, até o início de 1936, esse número já passava de 15 mil. Os presos eram encaminhados, em sua maioria, para Ilha Grande, Fernando de Noronha e Casa de Correção da Guanabara, enquanto que outros tantos buscaram o exílio, principalmente na região do Prata, entre Montevideu e Buenos Aires.

Mesmo com os erros cometidos, influenciados por uma visão *putschista* e militarista da ação revolucionária e de influência tenentista, a Insurreição Nacional Libertadora, de novembro de 1935, constituiu-se num dos momentos mais importantes da luta revolucionária dos brasileiros, no caminho da independência nacional do Brasil. Através da ANL, pela primeira vez, milhares de brasileiros organizaram-se em um movimento político que colocou as bases da luta pela libertação e desenvolvimento soberano da nação brasileira. Também, através da ANL, a classe operária rompeu com o seu isolamento político anterior, ao participar de uma frente ampla e popular, que contou com a adesão de intelectuais, militares



e outros setores de assalariados, além da pequena burguesia; todos com vistas à transformação estrutural da sociedade brasileira. Paralelamente à ANL, o Partido aperfeiçoou a compreensão sobre a realidade do país, ao mesmo tempo em que desenvolveu o marxismo diante dos problemas nacionais e internacionais, projetando o Partido Comunista do Brasil para amplas massas da população.

### **A repressão desenfreada e a preparação do Estado Novo**

No início de 1936, foram presos no Rio de Janeiro Arthur Ernst Ewert e sua mulher Elise Saborowski Ewert. Em 25 de janeiro, o casal Rodolfo e Carmem Ghioldi, em São Paulo. E, no Rio de Janeiro, em 5 de março, após intensa preparação e perseguição, Luiz Carlos Prestes e Olga Benário. No mesmo dia, Victor Allan Barron, preso em 28 de janeiro, após ser barbaramente torturado para confessar a localização de Prestes e Olga, era atirado do segundo andar do prédio da Polícia Central, no Rio de Janeiro. Intensificava-se o período de prisões, quando os presos eram submetidos aos mais variados tipos de tortura física e psicológica, levados a efeito pela repressão da polícia de Filinto Muller, simpatizante do nazi-fascismo.

A repressão aconteceu de forma violenta, através de invasão de residências; prisões por suspeitas de qualquer tipo; torturas que levaram a confissões que o governo desejava; enorme censura; e da apreensão e destruição de livros e periódicos. Esse processo culminou com a criação de tribunais de exceção como o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e a forja de leis com efeito retroativo, ferindo os direitos mais elementares da justiça, levando a julgamentos e condenações sem as mínimas possibilidades de defesa.

Os crimes do governo eram denun-

ciados através da tribuna do Senado e da Câmara por parlamentares democratas, fazendo crescer, em todo o país, o movimento pela anistia. Começavam movimentos internacionais de denúncia dos maus tratos e torturas no Brasil e pela libertação dos prisioneiros políticos, principalmente clamando pelas vidas de Prestes, Arthur Ewert, Olga e Elise. Mas o clamor nacional e estrangeiro foram insuficientes. Vargas entregou Elise e Olga – esta grávida – à Gestapo, a temida polícia política nazista de Hitler, deportando-as do Brasil. Ambas foram direto para as prisões alemãs, onde seriam assassinadas mais tarde.

**N**esse quadro de intensa repressão, a direção nacional do Partido, reduzida praticamente a um secretariado nacional, transferiu-se para Pernambuco e, em seguida, para a Bahia. Organizaram-se direções em alguns estados, mas com contatos inexistentes entre os mesmos.

A repressão continuava. Em 21 de abril de 1937, em São Paulo, ainda no governo de Armando de Salles Oliveira aconteceu o massacre dos presos do Maria Zélia, antiga fábrica paulista transformada em presídio político, matando quatro presos e ferindo dezenas.

Contudo, a partir de maio, com a aproximação das eleições para a Presidência da República – o mandato Constitucional de Vargas durando até 1938 –, e com o Partido Comunista do Brasil quase totalmente desmantelado pela repressão, chegava à ordem do dia o lançamento das candidaturas ao pleito presidencial. Contradições no seio da classe dominante – as candidaturas de Armando de Salles Oliveira, que renunciou ao governo de São Paulo, Plínio Salgado pelos integralistas e o escritor José Américo de

Almeida, lançado pelo governo – e uma conjuntura de forte pressão popular pela anistia, fizeram com que Vargas pusesse em liberdade os presos políticos ainda não condenados.

Com uma relativa liberdade partidária, apesar da ilegalidade, a partir de julho, o Partido, diante dos lançamentos dos candidatos à sucessão presidencial, passou a mobilizar as massas para exigir das candidaturas compromissos com a anistia e com o respeito às liberdades democráticas.

Em julho de 1937, vários comunistas e nacional-libertadores seguiam para a Espanha a fim de se juntar às brigadas de todo o mundo para lutar pela República e contra o fascismo.

Em agosto, em São Paulo, o Partido reuniu o Bureau Político Ampliado fixando sua posição diante da questão eleitoral.

Em 5 de setembro, no Rio de Janeiro, os dirigentes civis e militares do Movimento Insurrecional Libertador de 1935 compareciam ao Supremo Tribunal Militar para assistir ao julgamento da apelação das sentenças pelas quais haviam sido condenados pelo TSN, órgão que recusavam reconhecer. Nessa ocasião, Prestes e os demais dirigentes comunistas e aliancistas denunciaram as provocações policiais, a legislação terrorista implementada, referindo-se sobre o caráter do movimento nacional libertador de 1935 e a necessidade de libertação dos presos políticos.

### **O golpe fascista do Estado Novo e a desestruturação do Partido**

No entanto, em princípios de novembro, o governo Vargas retomava a reação e a repressão. Sob o pretexto de um plano de conquista do poder pelos comunistas – o Plano Cohen, forjado pelo major integralista Mourão Filho, no início do mês. Em 10 de



novembro, Vargas efetuou o golpe do Estado Novo, recrudescendo a ditadura, que na prática, já existia desde o final de 1935. Nesse momento, a candidatura de Armando de Salles Oliveira era muito forte, tendo grandes possibilidades para derrotar o candidato de Getúlio, haja vista o apoio político com que contava. O pretexto do perigo vermelho, sem fundamento, pois a maioria dos comunistas encontrava-se encarcerada ou no exílio, era usado mais uma vez para implementar a ditadura e manter Vargas no poder.

No interior do Partido, ainda em novembro, começava o processo de dissidência de lideranças de São Paulo que entraram em confronto aberto com o Comitê Central do Partido.

Enquanto crescia o movimento internacional pela libertação dos presos políticos no Brasil, estes, no início de 1938, tomaram posição de apoio à direção nacional em sua luta pela unidade partidária. Através de *A Classe Operária*, o Partido conclamou todos os democratas e progressistas a lutar contra o integralismo – que havia apoiado o golpe de Getúlio, ao mesmo tempo em que, em 11 de maio de 1938, havia realizado o “putsch” integralista –, defendendo a redemocratização do país e a libertação dos presos políticos. Nesse contexto, o Partido iniciou a campanha pela implementação da siderurgia nacional e pelo desenvolvimento industrial do país. Abriam-se as portas para a polêmica tática de “União Nacional”, que ganharia espaço nas fileiras partidárias na primeira parte da década de 1940. Nesse momento, voltava a circular a *Revista Proletária*, órgão teórico do Partido.

Em 1939, com o início da II Guerra Mundial, o Partido aumentou a campanha de resistência ao nazismo. Em outubro, o Bureau Político, tornava público um documento de análise da conjuntura criada com a guerra da

Europa, avaliando que o Estado Novo brasileiro se desmoralizava dia a dia. Ao mesmo tempo, conclamava à luta pela anistia e pela convocação de uma Assembléia Constituinte, pela paz e pelo reconhecimento da União Soviética, defendendo a formação de uma Frente Nacional Democrática, que lutasse por uma verdadeira República democrática. Entretanto, a perseguição aos comunistas pelo Estado Novo intensificava-se e continuava a ser implementada sem tréguas em relação à organização do Partido.

**E**m março de 1940, a reação aplicou um golpe profundo no núcleo central do Partido Comunista do Brasil, conseguindo deter a maior parte dos membros de sua direção nacional.

Em novembro de 1940, Luiz Carlos Prestes comparecia ao TSN para ser submetido a novo julgamento e aproveitava o momento para fazer a defesa do aniversário da Revolução Russa. Os juízes, com medo da repercussão, cassaram-lhe a palavra.

Em 1941, os antigos remanescentes da direção nacional do Partido, que haviam conseguido escapar das perseguições, foram presos em São Paulo. O Partido estava desestruturado momentaneamente. Ficou sem direção nacional até 1942, sendo que só na Bahia havia uma direção estadual no período. O governo de Vargas, tomado pelo anticomunismo e baseado em um Estado policial, estabelecia uma fase de dura repressão ao Partido.

### **A reorganização partidária – a Conferência da Mantiqueira em 1943**

Apesar da simpatia de vários integrantes do governo Vargas pelo nazifascismo, as contradições interimperialistas e o avanço da guerra levavam ao aumento das posições anti-

fascistas, principalmente após a invasão da URSS pela Alemanha hitlerista. No Brasil, em julho de 1942, coincidindo com o movimento antinazista, realizou-se no Rio de Janeiro uma grande passeata estudantil, liderada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), com imensa repercussão popular, exigindo a expulsão do governo dos apoiadores das potências do Eixo.

Em 1942, na Batalha de Stalingrado, os soviéticos impuseram a primeira grande derrota às tropas nazistas, situação que elevou a moral de todos os antifascistas pelo mundo afora, inclusive no Brasil. Em agosto, após o afundamento de navios mercantes nacionais, de dezoito e vinte e dois, em águas brasileiras, desencadeou-se um vigoroso movimento popular que atingiu todo o país, pressionando o governo de Vargas para a declaração de guerra à Alemanha nazista, liderada por Adolf Hitler, e à Itália fascista, comandada por Benito Mussolini. Os comunistas retomavam a posição de vanguarda na luta antifascista no país.

Na clandestinidade e no interior da ditadura do Estado Novo brasileiro, iniciava-se a rearticulação, visando à reorganização do Partido. Concomitantemente, surgiam posições equivocadas dos liquidacionistas, que a partir de uma leitura errônea da palavra de ordem de “União Nacional” para a guerra e para a paz, defendiam que o inimigo maior seria o nazi-fascismo, e não o governo Vargas. Em virtude dessa opinião, o Partido Comunista do Brasil não deveria ser reestruturado.

Entre as lideranças que passaram a defender a posição liquidacionista, encontrava-se Fernando de Lacerda (que estava em liberdade, após ter passado um longo tempo na União Soviética), Silo Meirelles (que defendia a tese de não ser mais necessária a exis-



tência da vanguarda revolucionária da classe operária, sendo que os comunistas deviam se limitar a apoiar o governo de Vargas, que havia declarado guerra ao nazi-fascismo), Rosa Meirelles e Carlos Costa Leite. Estes, defendiam que, no interior do Estado Novo, a única tática possível seria a publicação de um manifesto que propusesse a criação de uma frente democrática e antifascista. A opinião de Fernando de Lacerda, apesar da intensa censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi publicada, em entrevista, pelo periódico *Diretrizes*, como forma provocadora de impedir a reorganização do Partido marxista-leninista da classe operária. Lá, Fernando de Lacerda afirmou: "(...) na grave hora histórica que atravessa a humanidade e nossa querida pátria, não se deve tratar de recompor quaisquer espécies de organizações ilegais"; o que, obviamente, incluía o Partido Comunista do Brasil. Lacerda defendia, ainda, que a atitude certa a tomar seria "cerrar fileiras ao lado do povo e do governo Vargas", haja vista que "a criação ou reorganização de partidos ou quaisquer organismos ilegais, contra as leis em vigor – enquanto essas leis não forem consideradas pelo próprio governo como inadequadas" ajudaria "a obra do Eixo e da Quinta Coluna".<sup>(2)</sup>

Mas o movimento de reorganização partidária cada vez tomava mais corpo. Aliou-se a isso, o aumento da pressão popular que expunha a contradição política do governo de Getúlio Vargas, agora aliado aos Estados Unidos, mas mantendo uma ditadura interna de caráter fascista.

Um grupo de revolucionários (destacando-se Maurício Grabois, João Amazonas e Amarílio Vasconcelos), em contraposição às posições liquidacionistas, principalmente dos presos da Ilha Grande, organizou, a par-

tir do Rio de Janeiro, a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), com vistas à realização de uma nova Conferência do Partido Comunista do Brasil, que não ocorria desde 1934. Denunciando as teses liquidacionistas e desmascarando-as, vários comunistas viajaram pelo Brasil e conseguiram pôr em funcionamento organizações partidárias em vários estados, desviando a reação estadonovista, ao mesmo tempo em que criaram as condições para a reunião de delegados comunistas de todo o país.

**D**e 28 a 30 de agosto de 1943, durante o pleno domínio do Estado Novo e com os partidos impedidos de funcionar, foi realizada na Serra da Mantiqueira a histórica II Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil. Dela fizeram parte Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Amarílio Vasconcelos, Júlio Sérgio de Oliveira, Mário Alves, Ivan Ramos Ribeiro, Francisco Gomes, Dinarco Reis, José Medina, Armênio Guedes, dentre outros.<sup>(3)</sup>

Essa Conferência, com a participação de 46 delegados do Distrito Federal, do Estado do Rio, de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Paraná, da Bahia e do Pará, combateu e desmascarou o liquidacionismo e definiu a posição do Partido diante da Guerra, ao mesmo tempo em que recomendou aos comunistas que subordinassem toda e qualquer forma de luta à derrota do nazismo.<sup>4</sup>

Mesmo com a ditadura enfraquecida politicamente, as liberdades políticas ainda estavam extremamente limitadas e as cadeias repletas de presos políticos, enquanto que os sindicatos mantinham-se atrelados de forma corporativa ao Ministério do Trabalho. A Conferência da Mantiqueira resolveu

que os comunistas deviam liderar a luta patriótica contra o nazismo, ao mesmo tempo em que defendeu o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar no continente europeu. Aprovou, assim, a tática política de União Nacional, com vistas a contribuir para a derrota do hitlerismo no campo internacional, e do Estado Novo no plano nacional; principalmente defendendo a libertação dos presos políticos. Aliás, essa tática já vinha sendo colocada em prática desde os finais da década de 1930.

Essa Conferência elegeu uma nova direção nacional do Partido, escolhendo José Medina como seu secretário-geral, além de eleger Luiz Carlos Prestes e Carlos Mariguella, ainda presos, para o Comitê Central. Decidiu, também, como principal tarefa partidária, pela luta pela legalização do Partido Comunista do Brasil, a qual teve êxito em 1945. Dessa forma, diante da clandestinidade e da perseguição policial, os comunistas conseguiam atuar de forma organizada. Assim, a Conferência demonstrou o caráter revolucionário da iniciativa, mantendo o autêntico partido do proletariado, ao mesmo tempo em que contribuiu para o crescimento da consciência antifascista e da oposição à ditadura, por parte da maioria da população brasileira. Fato este que orgulha a história dos comunistas no Brasil.

Diórges Konrad é doutorando em História Social do Trabalho da Unicamp e Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (RS).


#### Notas

(1) AMAZONAS, João. "1935: assim se conta a história (a verdade sobre 35)". In: *Princípios*. Nº 31. São Paulo: Anita Garibaldi, nov./dez. 1993/jan. 1994.

(2) WAINER, Samuel. "Cerrar fileiras em torno do povo e do governo – Entrevista com Fernando de Lacerda". In: *Diretrizes*. Ano IV, nº 152. Rio de Janeiro: 27 de maio de 1943. pp. 5 e 10.

(3) AMAZONAS, João & GRABOIS, Maurício. "50 anos de luta". In: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro. Documentos do PCdoB de 1960 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 154.





# Sobre o conceito de proletariado em Marx: situando um debate

Nereide Saviani

*Como a produção marxista trata a questão do proletariado – com quem polemiza, como argumenta, que conseqüências tira de suas formulações e resultados de suas investigações?*



Embora o subtítulo deste artigo possa sugerir mapeamento ou estado da arte, advirto, desde já, que não é esta a sua finalidade. Trata-se, mais modestamente, de uma sistematização preliminar de temas, questões e reflexões contidos em um pequeno conjunto de textos, que se tornaram alvo de análise por terem sido encaminhados como contribuição a um seminário organizado para deflagrar um processo de estudos e pesquisas sobre *O Proletariado Brasileiro Hoje*.<sup>(1)</sup> Além dos textos, estão sendo considerados apontamentos sobre intervenções em sessões de discussão diretamente relacionadas à pauta do seminário e em outras atividades programadas para debate de temas afins.

EM SUA PRIMEIRA fase, o referido seminário tem por objetivo a reposição conceitual a partir de obras selecionadas de Marx, Engels e Lênin. Para “provocar” o debate, foram lançadas, entre outras, as seguintes questões: Como a produção marxista trata a questão do proletariado – com quem polemiza, como argumenta, que consequências tira de suas formulações e resultados de suas investigações? O que Marx chamava de classe dos trabalhadores produtivos? Quais os conceitos relacionados às noções de proletariado e classe operária? Como eles aparecem na produção de Marx, Engels e Lênin? Em que sentido se pode falar em *missão histórica do proletariado*? Que relação cabe estabelecer entre *proletariado e classe operária*, considerando-se a formulação histórica e o contexto atual? A classe operária continua a desempenhar o papel principal, de vanguarda? Que papel tem o proletariado na atual batalha pelo projeto político do Partido Comunista e que ênfase deve ter esse partido na identificação com o proletariado, em seu perfil atual? O mundo contemporâneo estaria presenciando o fim da *centralidade do trabalho*? Que setores do proletaria-

do são decisivos hoje para a luta de classes revolucionária? Que papel tem o sindicalismo e que novas formas de luta e organização pode e deve assumir? (Cf. PCdoB/CNF, 2001).

Como referência para as discussões foi indicado o texto: “Produtividade do Capital. Trabalho produtivo e improdutivo” (Marx, 1987). Nele, Marx propõe-se a responder: “Como e por que meio o trabalho se revela produtivo ou *trabalho produtivo* em face do capital, uma vez que as forças produtivas do trabalho se transpõem para o capital? E a mesma força produtiva não pode ser contada duas vezes, uma como força produtiva do trabalho, e outra como força produtiva do capital?” (pp. 387-388 – *grifo do autor*). Alerta para não se confundir entre as seguintes questões: “Que é trabalho produtivo do ponto de vista do capital? Que é trabalho em geral produtivo, ou, que é trabalho produtivo em geral?” (p. 388). À noção de trabalho produtivo associa as seguintes idéias: trabalho que transforma dinheiro ou mercadoria em capital; trabalho que produz mais valia ao empregador; abreviação para designar, no conjunto das relações existentes no modo de produção capitalista, as formas como

figura a força de trabalho; aquele que produz o próprio produto como capital; trabalho socialmente definido, por envolver relação bem determinada entre o comprador e o vendedor da força de trabalho; trabalho que se troca diretamente por capital.

Trabalho produtivo, portanto – ainda segundo Marx, 1987 – **não é**: mera troca de dinheiro por trabalho; mera produção de mercadoria; mera troca entre capitalista e trabalhador (como possuidores de mercadorias). Não é definido pelo predomínio de força física. Tampouco se restringe à produção de riqueza material (em determinadas condições, produção não material pode configurar-se trabalho produtivo). Na relação capital/trabalho, trabalho produtivo é aquele que acresce valor: trabalho pago acrescido de trabalho excedente não pago. O que define o trabalho produtivo **não é** o tipo de atividade, **nem** a quantidade ou qualidade do produto resultante do trabalho. É, **sim**, o fato de trocar-se diretamente por capital: “(...) *trabalho produtivo* é uma qualificação que, de início, absolutamente nada tem a ver com o *conteúdo característico* do trabalho, com sua utilidade particular ou com o



valor de uso peculiar em que ele se apresenta.” (p. 395 – *grifos do autor*).

Nesse texto, Marx faz notar que “a mesma espécie de trabalho pode ser produtiva ou improdutiva” (p. 396 – *itálicos do autor*), conforme se exerça em condições nas quais produz ou não capital. Assim, uma atividade intelectual (produção de um livro, por exemplo) ou artística (como o canto) pode constituir-se em trabalho produtivo, quando seus produtores são contratados por empresários para ganhar dinheiro, isto é, o “produto se subsume ao capital” (p. 396). Da mesma forma, a prestação de serviços, o trabalho de artesãos e camponeses, a indústria de transporte. E, ainda, a produção *imaterial*, em dois casos: quando resulta em mercadorias (como livros, quadros); quando “a produção é inseparável do ato de produzir, como sucede com todos os artistas executantes, oradores, atores, professores, médicos, padres etc.” (pp. 403-404). Exemplificando: “O ator se relaciona como público na qualidade de artista, mas perante o empresário é *trabalhador produtivo*.” (p. 404 – *grifo de Marx*). No entanto, continua o autor: “Todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar despercebidas”. (p. 404)

O debate em torno desse texto vem suscitando várias reflexões. Há quem indague, por exemplo, se, e em que medida, o trabalho produtivo constitui a essência da conceituação de proletariado. Pondera-se sobre as tendências do capitalismo contemporâneo, em que são muito tênues as fronteiras entre trabalho produtivo e improdutivo. Alerta-se, também, para o risco de análises que alargam demais o conceito (considerando proletário todo e qualquer assalariado),

tanto quanto as muito restritas (que o identificam apenas como operário fabril). Decorrente ainda da primeira indagação, tem surgido outra reflexão: se trabalho produtivo é o que faz crescer o capital e se ele é o definidor; então, o proletariado deixaria de existir no socialismo, com o fim da extração de mais-valia?

### Temas tratados

Recorrendo-se a outros textos, indicados na programação do seminário<sup>(2)</sup> (mas não somente a eles), são lembrados outros ingredientes definidores de proletariado – lugar que ocupa no modo de produção capitalista, relação com os meios de produção, papel na organização social do trabalho, modo de obtenção e dimensão da parte social da riqueza social a que se tem acesso, subsistência garantida pelo próprio trabalho (venda da força de trabalho) e não pela apropriação do trabalho alheio<sup>(3)</sup> – com destaque para a consciência de classe, vista como decorrente não apenas da economia, mas também da política e da ideologia. Entendendo-se a história sob a ótica da luta de classes, procura-se detectar interesses de classes, frações de classes, mobilidade entre as classes, derrocada do domínio de uma classe e sua substituição por outra.<sup>(4)</sup> Discute-se a proletarização de outras classes sob o capitalismo, os interesses de classe do proletariado, o caráter revolucionário da classe operária, sua organização em partido político, sua missão histórica.<sup>(5)</sup> Analisa-se a noção de indústria moderna, o conceito de fábrica, a idéia de grande empresa capitalista e formas de trabalho nela desenvolvidas em relação com formas anteriores (e contemporâneas), questões de divisão técnica e social do trabalho, as idéias de revolução produtiva, revolução industrial e revolução técnico-científica, conseqüências da

tecnificação para o trabalho e o emprego, a ciência como força produtiva, o conhecimento incorporado nos instrumentos de trabalho.<sup>(6)</sup> Refletem-se, sobre o trabalho como forma exclusivamente humana, os componentes do processo de trabalho, a produção de valor de uso e de valor, a mercadoria força de trabalho e seu consumo pelo capitalista, características (passadas e presentes) da extração da mais-valia.<sup>(7)</sup> E ainda: condições (passadas e presentes) de oferta e procura da força de trabalho, superpopulação relativa, exército industrial de reserva.<sup>(8)</sup>

### Teses defendidas/atacadas<sup>(9)</sup>

Em linhas gerais, o debate tem se voltado, de um lado, para a análise de como o tema do proletariado e temas afins aparecem na produção marxista e, de outro, sobre as características atuais do tratamento da temática. Em ambos os casos, as questões discutidas referem-se tanto a aspectos conceituais quanto ao exame do perfil da classe em vista das características do desenvolvimento do capitalismo em diferentes períodos.

Na análise da produção marxista, é recorrente a discussão sobre se Marx teria ou não elaborado um conceito preciso de classes e se em seus escritos se encontraria uma (ou mais) definição de proletariado. E, ainda, sobre sua validade/adequação ou não às condições do capitalismo contemporâneo. Para a resposta negativa quanto ao conceito de classes, afirma-se que ele não tenha chegado a dar conta de sua elaboração. Prova disto seria o Capítulo LII de *O Capital* (Marx, 1975e), cujo manuscrito é interrompido no quinto parágrafo, após ter lançado as questões: “que constitui uma classe?” e “que faz dos assalariados, dos capitalistas e dos proprietários de terra membros das três grandes classes sociais?” Em contraposição, argu-



menta-se que o modo de Marx lidar com os conceitos, pede que eles sejam procurados no conjunto de sua obra, na multiplicidade de questões formuladas, hipóteses levantadas, teses defendidas, atentando-se para as análises lógico-históricas por ele empreendidas. Os conceitos, pois, não se limitam à análise dos termos nem se esgotam em definições. Onde se conclui que, mesmo quando não empregado/definido um termo, sua conceituação pode estar sendo tecida com a linha argumentativa, na descrição de fatos, fenômenos, processos, relações das mais diversas ordens.

Tais ponderações aparecem também quando se trata do conceito de proletariado. Aqui, porém, discute-se não a ausência ou escassez de seu tratamento, mas a profusão de termos a ele associados e de condições, situações, relações que seu uso comporta. Para uns, isto demonstra a riqueza da obra marxiana e possibilita um entendimento mais aprofundado da luta de

classes no âmbito das relações capital/trabalho, auxiliando na definição de estratégias de luta pela sua superação. Para outros, dá-se exatamente o contrário: em meio a tantas possibilidades e nuances, fica difícil saber quais são os ingredientes fundamentais que permitem identificar o proletariado, seu lugar e seu papel na luta de classes e, conseqüentemente, vislumbrar métodos e instrumentos para sua emancipação.

As opiniões sobre o emprego das análises dos clássicos no estudo da realidade contemporânea também se dividem. Há quem defenda a tese de que eles deram conta do essencial, abrindo perspectivas e iluminando o exame de questões atuais, mesmo com as significativas transformações ocorridas no desenvolvimento do capitalismo e no chamado mundo do trabalho. Outros exaltam a grandeza de sua obra, ressaltando, no entanto, ser ela situada e datada, válida tão somente para o exame da realidade de

seu tempo, ou, em alguns casos, limitando o interesse pelo seu estudo ao método de análise – as categorias criadas, os critérios estabelecidos, o universo empírico, os processos investigativos, os caminhos da exposição. Há também os que secundarizam sua contribuição, em favor do estudo de produções mais recentes, que teriam dado conta de atualizá-la em seus aspectos essenciais. E, ainda, os que se dedicam a “demonstrar” equívocos e imprecisões em que, já a seu tempo, teriam incorrido os clássicos fundadores do marxismo.

Quanto aos elementos que entram na conceituação de proletariado, registram-se consensos e controvérsias, especialmente quando se relaciona proletariado com a classe operária e com as demais classes, ou setores, camadas, segmentos. A distinção entre classe operária e proletariado é dada, quase sempre, em vista da produção material *versus* a não material, e, em alguns casos, do trabalho





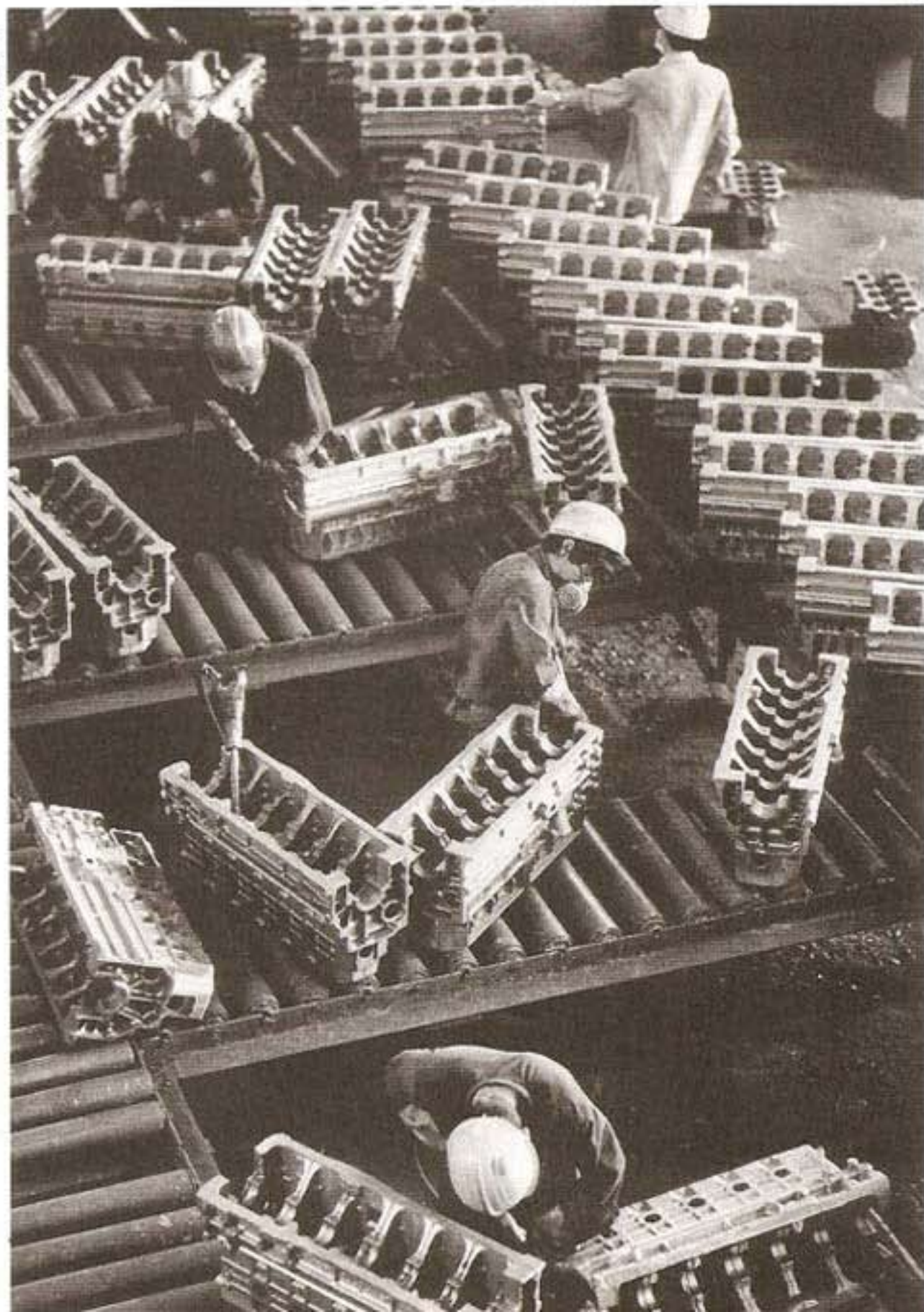
manual *versus* o intelectual. Recorrente é o entendimento de proletariado como o conjunto de trabalhadores produtivos, que tem na classe operária o seu núcleo duro, ou mais avançado, revolucionário. Não raro, os termos são tratados como sinônimos, invocando-se textos clássicos, especialmente de Engels, em que figurariam com o mesmo sentido as expressões operários, classe operária, *working men*, proletários, proletariado. Em recusa a tal posição argumenta-se que ela teria procedência na época de Marx-Engels, mas a quase generalização do trabalho assalariado nos tempos atuais exige uma diferenciação.

Nessa discussão, entram análises da relação entre o proletariado e as demais classes, as que soçobram com o advento da grande indústria e as que surgem com o desenvolvimento do capitalismo. Aqui, apresentam-se duas questões. Primeiro, a da quantidade, o tamanho da classe operária e a polêmica sobre seu aumento ou redução. Com ou sem apresentação de indícios empíricos, são feitas afirmações às vezes peremptórias: aumenta em números absolutos, mas relativamente; cresce o proletariado e diminui a classe operária; generaliza-se o proletariado e a classe operária dilui-se, equiparando-se às de-

mais; ou, ao contrário, se “desproletariza”, diluindo-se numa espécie de classe média. Não faltam os que levantam hipóteses mais prudentes: para uns, *tende* a aumentar, para outros, *tende* a reduzir. Mas há também quem pondere que o problema não é de mera quantificação ou classificação das profissões e ocupações, para a definição de proletariado, mas do papel que ele cumpre na produção social e na compreensão dos mecanismos da dominação capitalista, com vistas à sua superação. Bem como quem denuncie a interpretação que confunde a formulação marxiana de *classe universal* (devido aos interesses que representa) com classe numericamente maior.

A segunda questão – associada à discussão de quem é ou não proletário – refere-se ao papel histórico (ou missão, função) do proletariado. A principal polêmica, aqui, refere-se a seu caráter ontologicamente revolucionário *versus* o ontologicamente reformista – este último invocado para questionar uma suposta visão “messiânica” de Marx e Engels, não comprovada pela história do movimento operário. Em contraposição, busca-se reafirmar o que é negado, seja pela análise conceitual, seja pela releitura da história. Na análise de tais posições despontam, de um lado, a definição de classe potencialmente revolucionária e, de outro, a crítica à própria visão de caráter ontológico, que não cabe no pensamento dialético, para o qual o que importa é a gênese, a construção, não uma presumível “essência eterna do ser”. Quer dizer, a classe se faz historicamente, construindo-se nas relações objetivas e subjetivas da ação social e política, forjando sua consciência nos altos e baixos da luta de classes, de modo que não é de uma vez para sempre revolucionária, nem reformista.

Operários em linha de produção



Sebastião Sequeira



A essas duas questões associam-se reflexões sobre consciência de classe, o papel da organização e direção, a vanguarda da classe, o partido, os aliados preferenciais do proletariado. Os clássicos do marxismo são chamados como apoio à argumentação de que a consciência socialista “é gerada fora da luta econômica”, na luta política e ideológica contra a dominação capitalista, e que isto não se dá de modo espontâneo, mas dirigido e organizado. O proletariado, portanto, necessita organizar-se em partido político para dar cabo do objetivo de construção de uma forma superior de organização da sociedade. A definição dos caminhos e instrumentos de luta implica a identificação dos “companheiros de viagem”. Propondo-se a suspensão provisória da idéia de que o proletariado seja formado pelo conjunto dos trabalhadores assalariados, defende-se que estes (vendedores da força de trabalho) demarquem campo com os proprietários dos meios de produção (compradores da força de trabalho), considerando-se a principal semelhança econômica, sem esquecer, porém, as diferenças (objetivas e subjetivas) relacionadas com a posição social, implicadas na ação e nos papéis de cada classe social – e decisivas para a definição dos aliados preferenciais na luta pela superação da exploração capitalista.

Outras formulações sobre esses mesmos temas aparecem em argumentações e reflexões que incluem a discussão sobre trabalho produtivo como definidor ou não da distinção/identidade entre proletariado e classe operária e entre proletariado e outras classes. Registre-se o questionamento à hipótese que estaria subjacente à proposição do texto de referência (Marx, 1987) – de entendê-lo

como o definidor –, com o argumento de que isto pode refletir um viés economicista, já tão criticado na produção marxista. E duas posições que se complementam: uma, que considera ser o trabalho produtivo elemento necessário mas não suficiente; outra, que propõe a suspensão provisória da idéia do proletariado como o conjunto de todos os assalariados. São levantadas outras características, ao lado da geração de mais valia (o trabalho não pago que faz crescer o capital), tais como: o ser desprovido dos meios de produção; a venda da força de trabalho; o trabalho assalariado; os interesses representados. O peso, aqui, é o da consideração de que todas são necessárias, mas, de per si, nenhuma delas é suficiente.

Cabe mencionar, por fim, as teses sobre o fim da centralidade do trabalho e a crítica à luta pelo pleno emprego, no contexto em que o desenvolvimento das forças produtivas coloca na ordem do dia a perspectiva da sociedade do tempo livre, ou do ócio. Refiro-me ao *Manifesto Contra o Trabalho* (Heidemann, 1999),<sup>(10)</sup> encaminhado como contribuição ao debate. Empregando categorias marxistas, e desferindo severas críticas ao neoliberalismo, apresenta passagens que podem confundir leitores desavisados, e até críticos, se em leitura “dinâmica”. Eu diria que é um daqueles exemplos de como uma somatória de formulações verdadeiras pode formar um todo falso. Mas isto merece um artigo à parte.

#### **Autores referenciados**

Os textos/intervenções fazem referência a autores identificados ou autoproclamados como marxistas (ou neomarxistas) e a outros, de campos diversos: seja como apoio/ilustração a suas argumentações, se-

ja para estabelecer a crítica a posições adversas à concepção marxista. A seguir, traço um breve panorama das referências e respectivos assuntos, conforme seu registro no material em exame.<sup>(11)</sup>

O autor que mais comparece é Jacob Gorender<sup>(12)</sup> – criticado por entender a classe operária como ontologicamente reformista, descartando sua posição estratégica, que, hoje, estaria sendo ocupada pelos “assalariados intelectuais”; por uma leitura revisionista da obra de Marx; e, ainda, por uma série de vieses na análise da história do movimento operário. Há quem reconheça o seu mérito em explicitar o que está na base da visão tradicional sobre o proletariado e enfatize que as críticas que a ele têm sido feitas limitam-se a afirmar o que ele nega, sem atingir o cerne da questão, isto é, o “engano antidialético” no qual incorre.

Os demais autores, menos citados, aparecem relacionados a diversos assuntos, como se pode perceber na seguinte relação, que, para facilitar a consulta, está organizada pelo sobrenome, em ordem alfabética.

*Adorno, Sérgio*<sup>(13)</sup> – que analisa a negação da validade atual da análise marxiana sobre as classes. *Antunes, Ricardo*<sup>(14)</sup> – criticado por confundir classe operária e trabalhadores assalariados e identificar proletariado com os trabalhadores produtivos em geral. Do mesmo autor<sup>(15)</sup>, é acolhida a crítica à “construção idealizada” da história da classe trabalhadora. *Belluzo, L.*<sup>(16)</sup> – pela discussão da teoria do valor e valorização do capital versus a desvalorização do trabalho. *Bourdieu, Pierre*<sup>(17)</sup> – sobre o conhecimento como capital simbólico. *Braga, José Carlos Souza*<sup>(18)</sup> – uma retomada de formulações marxianas decisivas sobre o valor-traba-



lho e análise crítica do debate sobre a financeirização. *Dahrendorf, R.* <sup>(19)</sup> – que discorda da aplicação, à sociedade contemporânea, do modelo marxista de análise de classes. *Ferro, J., Toledo, J. e Truzzi, O.* <sup>(20)</sup> – analisando a natureza e o conteúdo do trabalho produtivo com a “automação em indústrias de processo contínuo”. *Foucault, Michel* <sup>(21)</sup> – sobre a negação da ação de sujeitos históricos. *Guerrero, Diego* <sup>(22)</sup> – crítica a leituras equivocadas da teoria do valor de Marx e afirmação da centralidade do trabalho. *Magalhães-Vilhena (Vasco)* <sup>(23)</sup> – identificado como marxista português e citado, em concordância, quando da análise da relação entre classe operária e proletariado, bem como de seu papel (“iniciativa histórica”). *Mattoso, Jorge* <sup>(24)</sup> – com um resumo das principais mudanças do pós-II Guerra. *Mazzuchelli, Frederico* <sup>(25)</sup> – chamado como apoio a reflexões sobre a visão marxista de

revolução industrial e o papel da maquinaria e, em outro momento, sobre a financeirização da riqueza. *Naves, Marcelo B.* <sup>(26)</sup> – sobre características da classe operária e processo de trabalho. *Partido Comunista Português* <sup>(27)</sup> – em apoio à análise da relação de redução/aumento do emprego industrial e nos serviços, bem como à distinção entre os tra-

Primeira edição do Manifesto do Partido Comunista em Londres. Abaixo, a versão russa.

balhadores nos setores de serviços, assalariados intelectuais e técnicos em relação à classe operária ou proletariado. *Pereira, Duarte* <sup>(28)</sup> – pela sistematização, considerada atual, sobre o conceito de classe operária. *Pochmann, Marcio* <sup>(29)</sup> – pesquisa sobre mudanças no perfil da classe operária e demais trabalhadores assalariados, no capitalismo central e no Brasil. *Przeworski, Adam* <sup>(30)</sup> – sobre o determinismo e o voluntarismo de Kautsky na análise de classe e consciência de classe e sobre o papel da direção na conformação da ação revolucionária ou reformista da classe trabalhadora. *Quadros, Waldir* <sup>(31)</sup> – pela tipologia classificatória da estrutura das ocupações, hoje, no Brasil. *Rubin, Isaak Ilich* <sup>(32)</sup> – apontado como autor do principal estudo sobre a teoria marxista do valor e citado pela sua crítica à utilização, por Marx, do termo “trabalho produtivo” nas fases de produção e de circulação. *Soares, Rosa Maria S. de* <sup>(33)</sup> – análise das dimensões individual e coletiva do processo de trabalho, no taylorismo e na “fábrica flexível”. *Tauile, J. R. & Faria, L. A. E.* <sup>(34)</sup> – sobre a problemática contemporânea do valor trabalho. *Thompson, Edward P.* <sup>(35)</sup> – apontado como um dos mais prestigiados estudiosos marxistas desligados dos partidos e questionado pela visão da classe operária como ontologicamente revolucionária. *Waizort, Leopoldo* <sup>(36)</sup> – análise do atual questionamento sobre a validade do conceito de classes. *Wright, Erik Olin* <sup>(37)</sup> – cujo esquema de classes neomarxista é utilizado para mapeamento da estrutura de classes no Brasil.

Por essa breve amostra, nota-se que a temática em pauta comporta considerável arsenal, com munição para grandes contendas. Impõe-se uma sistematização mais cuidadosa

desses e de outros assuntos e respectivas argumentações, para não se cair na polêmica pela polêmica, em meio a um circuito de “metralhadoras giratórias”.

### O debate continua...

A presente sistematização revela uma gama de pontos e contrapontos implicados no estudo da temática do proletariado. Ao que parece, demonstra, também, a fertilidade da tentativa de aproximação ao conceito, a partir do estudo de textos clássicos. Por limitada que seja a seleção da bibliografia, se tomada não estritamente para análise de conteúdo – do tipo que se atém a verificar e quantificar a presença/ausência de termos e definições – e aberta à manifestação de posições de leitores com diferentes trajetórias, acaba por desencadear reflexões que contribuem ao tão necessário avanço do conhecimento.

Afinal, trabalho produtivo é ou não elemento essencial para a definição de proletariado? Sob as chamadas novas tecnologias acentua-se ou atenua-se a extração de mais-valia? A classe operária aumenta ou diminui? Quais os trabalhadores que compõem, hoje, a esfera produtiva? Como se situa o proletariado, objetiva e subjetivamente, no atual cenário de tecnologias operadas intelectualmente, em contraposição às que exigem força muscular?

Estão postas questões que pedem tanto a continuidade do estudo de aspectos lógico-históricos da conceitualização de proletariado, quanto pesquisa empírica sobre seu perfil, nas condições do capitalismo contemporâneo, no mundo e no Brasil.

Que tal enfrentarmos o desafio?

Nereide Saviani é doutora em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP e integra a Comissão Nacional de Formação do PCdoB.



## Notas

Refiro-me ao Seminário Nacional sobre o Proletariado Brasileiro Hoje, promovido pela Comissão Nacional de Formação – CNF, do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, em realização desde julho de 2001. Nele estão inscritos cerca de 200 quadros partidários, que se comprometeram a dedicar-se ao estudo individual e compartilhar suas reflexões em grupos presenciais e virtuais. As contribuições aqui sistematizadas foram encaminhadas até outubro deste ano. São textos / artigos de alguns dos participantes (Barroso, 2001a, 2001b, 2001c; Bertolino, 2001; Buonicore, 2001; Ruy, 2001a, 2001b) ou mensagens via correio eletrônico (Santos, 2001a, 2001b; Souza, 2001a, 2001b) – com reflexões sobre a bibliografia indicada ou exame de aspectos da temática em estudo, além de trechos do livro de Engels *Princípios do Comunismo*, com tradução, apresentação e notas de Valadares, 2001. Incluem-se, também, o artigo de um colaborador (Iasi, 2001) e, ainda: Grupo Krisis, 1999 e Heidemann, 1999, para análise de um tipo de crítica à concepção marxista de trabalho.

(2) Lênin, 1980; Lênin, 1982; Marx, 1975a, 1975b, 1975c, 1975d; Marx & Engels, s/d; Marx, s/d1, s/2, s/d3.

(3) Com base na definição de *classes*, em Lênin, 1980, p. 150.

(4) A exemplo de Marx, s/d 2 e s/d 3.

(5) A partir de Marx & Engels, s/d.

(6) Baseando-se em Marx, 1975c e/ou em Lênin, 1982.

(7) Conforme Marx, 1975a e 1975b.

(8) Fundamentando-se em Marx, 1975d.

(9) As defesas e ataques ora representam posições dos autores dos textos / intervenções em exame, ora referem-se a posições de outrem, por eles analisadas. Os limites deste artigo não permitem uma descrição do contexto de cada argumentação, razão pela qual peço licença para me ater a linhas gerais, sem especificar autorias, evitando, com isso, interpretações inadequadas e até deturpadas sobre o debate (e posições dos debatedores) em pauta.

(10) Produção ligada ao Grupo Krisis, “que publica na Alemanha a Revista Krisis, e discute o trabalho como uma actividade social historicamente determinada e como conceito específico da moderna produção de mercadorias (...) No Laboratório de Geografia Urbana (Labur/DG/FFLCH/USP)”, um conjunto de professores, graduados e pós-graduados estuda, há alguns anos, as análises [desse Grupo]. Participou, em várias oportunidades, de seminários da Revista Krisis na Alemanha e organizou diversos debates com Robert Kurz, Norbet Trenkle e Roswitha Scholz, na USP. (Cf. Grupo Krisis, 1999).

(11) Pelas razões apresentadas na nota 9, deixo de mencionar quem faz as citações e como e em que contexto se dá a análise.

(12) *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

(13) *Conflitualidade e violência: reflexões sobre anomia na contemporaneidade*. Tempo Social; Ver. Sociol.

(14) *Os sentidos do trabalho – ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Editora Boitempo, 1999.

(15) *Notas sobre a Consciência de Classe*. In: Ricardo Antunes e Walquíria Leão Rego (orgs.) Lukács, um

Galileu no Século XX. São Paulo, Boitempo, 1996.

(16) *Prefácio a [A teoria marxista do valor]*. São Paulo, Editora Polis, 1987.

(17) *O poder simbólico*. Difel, São Paulo, 1989.

(18) *A temporalidade da riqueza*. Campinas, Editora da UNICAMP/IE, 2000.

(19) *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Coleção Pensamento Político, 28, Brasília, UnB, 1982.

(20) *Automação e trabalho em indústrias de processo contínuo*. UFSCAR, SP, mimeo., s/d.

(21) *Nietzsche, a Genealogia e a história*. In: *Microfísica do Poder*, Graal, Rio de Janeiro, 1984.

(22) *Um Marx impossível: el marxismo sin teoría laboral del valor*. In: *Investigación Económica*, s/r, mimeo.

(23) “Notas da edição alemã referentes ao Prefácio”, “Notas para edição alemã referentes ao Manifesto” e “Notas complementares da edição portuguesa...”. In: Marx-Engels. “Manifesto do Partido Comunista”. Avante!, 1984.

(24) *A desordem do trabalho*. São Paulo, Editora Scritta, 1996.

(25) *A contradição em processo – o capitalismo e suas crises*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

(26) *Marx – ciência e revolução*. São Paulo, Editora Unicamp/Moderna, 2000.

(27) *Teses ao XVI Congresso*. Lisboa, mimeo., dez./2000.

(28) *A ditadura nas fábricas – um perfil da classe operária*. São Paulo, Editora Hucitec, 1981.

(29) *O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Editora Boitempo, 2001.

(30) *Capitalismo e Social-Democracia*, Cia. das Letras, São Paulo, 1989.

(31) “Apêndice Metodológico” de “O desemprego juvenil dos anos noveta”. Campinas, maio de 2001, mimeo.

(32) *A teoria marxista do valor*. São Paulo, Editora Polis, 1987.

(33) In: Rodrigues Neto, Benedito. *Microeletrônica e produção industrial: uma crítica à noção de “revolução generalizada”*. São Paulo, mimeo., 1995

(34) *As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx*. Revista de Economia Política, São Paulo, jan./mar., 1999.

(35) *A formação da Classe Operária Inglesa*.

(36) *Classe social, Estado e ideologia*, Tempo Social, revista Sociol. USP, São Paulo, 10(1): 65-81, maio 1998.

(37) *Apresentado como sociólogo marxista*. Sem explicitação de obras de referência.

## Referências Bibliográficas

BARROSO, Sérgio. 2001a. *Da classe operária e seus signos*. [digit]

\_\_\_\_\_. 2001b. *Valor-Trabalho hoje – uma resenha crítica*. [digit]

\_\_\_\_\_. 2001c. *[Mensagem ao SEMPRO]* [digit]

BERTOLINO, Osvaldo. 2001. *Para onde vai o sindicalismo combativo?* [digit]

BUONICORE, Augusto. 2001. *Subsídios para discussão sobre o proletariado na atualidade. A classe operária e a revolução no século XX*. [digit]. Publicado, em versão condensada, com o título “A classe operária e a revolução no século XX”. In: Debate Sindical. Ano 15, Nº 39, set-out-nov/01. São Paulo,

GRUPO KRISIS, 1999. *Manifesto contra o Trabalho*. [digit]

HEIDEMANN, Heinz D. 1999. *Apresentação do “Manifesto contra o Trabalho”* [digit]

IASI, Mauro Luis. 2001. *Sobre o conceito e o “não conceito” de classes em Marx*. [digit]. Publicado, em versão condensada, com o título “Sobre o conceito de classes em Karl Marx”. In: *Debate Sindical*. Ano 15, Nº 39, set-out-nov/01. São Paulo.

LÊNIN, W. I. 1980. *Uma Grande Iniciativa*. In: *Obras Escolhidas*. Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, – pp. 139-160.

LÊNIN, W. I. 1982.

*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural.

MARX, K. 1987. *O Capital*. Livro 4 – Teorias da Mais-Valia. Volume 1. São Paulo: Bertrand Brasil. Último capítulo [s/ nº] Produtividade do Capital. Trabalho Produtivo e Improdutivo – pp. 384-406

MARX, K. 1975a. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro 1 – Vol. 1. Parte

Primeira – Cap. I – A Mercadoria – pp. 41-93.

MARX, K. 1975b. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro 1 – Vol. 1. Parte

Terceira – Cap. V – *Processo de Trabalho e Processo de produzir Mais-Valia* – pp. 201- 223.

MARX, K. 1975c. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro 1 – Vol. 1. Cap. XIII –

*A maquinaria e a Indústria Moderna* – pp. 423-579.

MARX, K. 1975d. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1 – Vol. 2. Cap. XXIII –

*A Lei Geral da Acumulação Capitalista* – pp. 712-827.

MARX, K. 1975e. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 3 – Vol. 6. Cap. LII –

*As Classes* – pp. 1012-1013.

MARX, K. S/d1. *O Capital*. São Paulo: Moraes, Capítulo VI Inédito.

MARX, K. & ENGELS, F. S/d. *Manifesto do Partido Comunista*. In: *Obras Escolhidas*. Volume 1.

São Paulo: Alfa-Omega, Cap. I – *Burgueses e Proletários* – pp. 21-31.

MARX, K. s/d2. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. In: *Obras Escolhidas de Marx & Engels*. Volume 1. São Paulo: Alfa-Omega, – pp.

111-198 [com Prefácio de Engels – pp. 93-110].

MARX, K. s/d3 *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Obras Escolhidas de Marx & Engels*.

Volume 1. São Paulo: Alfa-Omega, – pp. 199-285.

PCdoB/CNF. 2001. SEMPRO – *Seminário Nacional sobre o Proletariado Brasileiro Hoje. Orientações Gerais*. [digit]

RUY, José Carlos. 2001a. *A questão do proletariado – pontos para uma introdução a seu estudo*. [digit]

\_\_\_\_\_. 2001b. Fichamento de “Uma Grande Iniciativa”, de Lênin [digit]

SANTOS, José Alcides F. 2001a. *[Mensagem ao Sempro]* [digit]

\_\_\_\_\_. 2001b. *[Mensagem ao Sempro]* [digit]

SOUZA, Helifax Pinto de. 2001a. *Resumo (e comentários) de “Produtividade do Capital...”, de Marx* [digit]

\_\_\_\_\_. 2001b. *Reflexões* [digit]

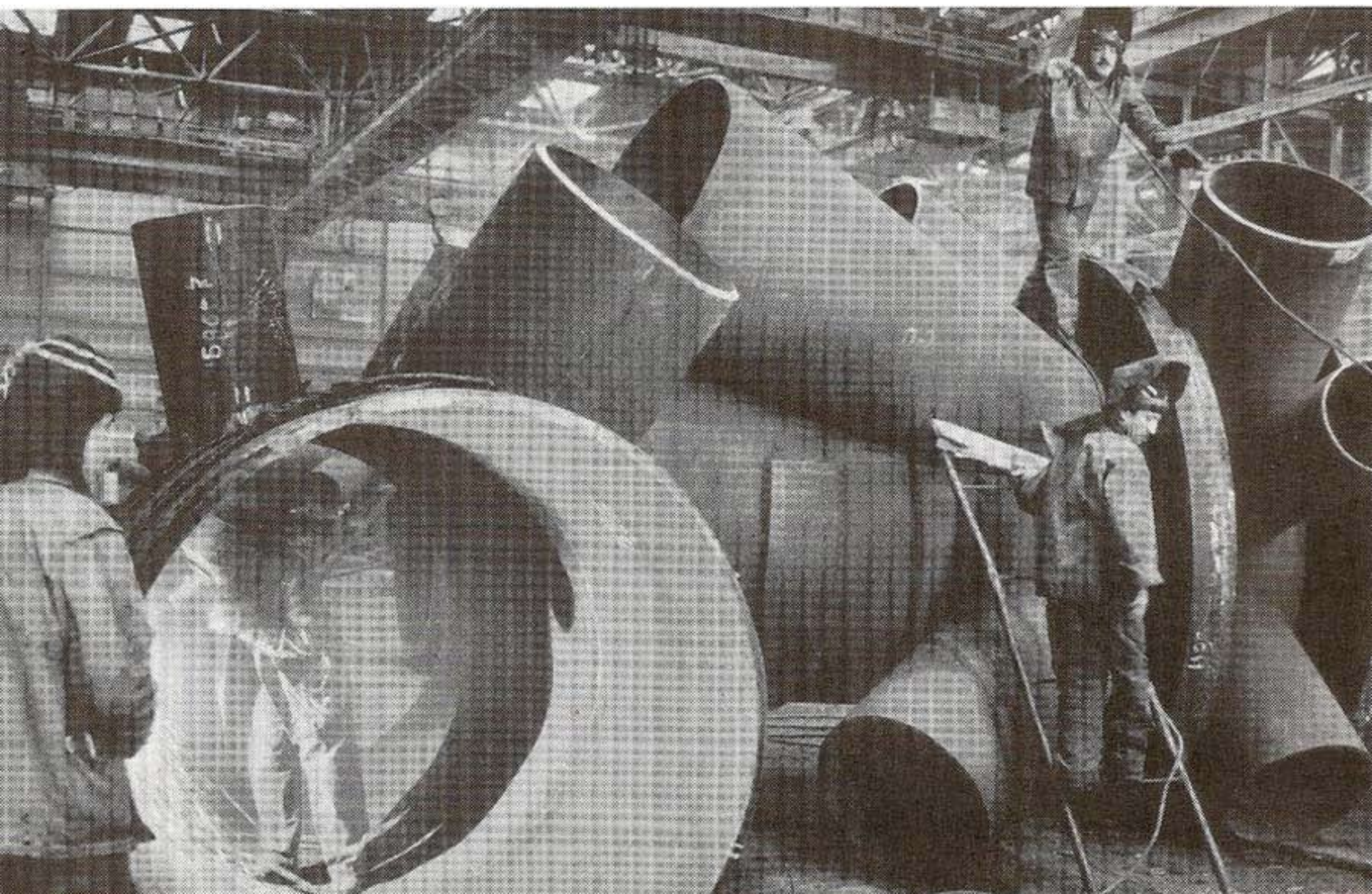
VALADARES, Loreta. 2001. *Apresentação e Notas a “Princípios do Comunismo”*. Tradução livre de Loreta Valadares. [digit]



# Apontamentos sobre o proletariado (parte I)

Dilermando Toni

*É necessário partir da economia política marxista  
para a análise e compreensão  
dos conceitos de classe e proletariado*





O debate em torno do tema proletariado brasileiro, sobre o papel histórico e político bem como sobre as perspectivas dessa classe social, tem enorme importância atual. As discussões são influenciadas pela correlação ainda desfavorável às forças revolucionárias e pelas novidades

próprias da dinâmica da produção capitalista, com o permanente desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho. Surgem desde perplexidades e imprecisões conceituais até polêmicas entre pontos de vista opostos onde há interesse ideológico em tudo o que se diz.

A BURGUESIA conhece perfeitamente o peso do descrédito das possibilidades de mudança de sistema, sobretudo se consegue vender a idéia de que o proletariado – seu oponente histórico e o protagonista da transformação do capitalismo em socialismo –, definha e se desfigura. Esse é seu esforço teórico principal e umas das peças principais da ofensiva geral neoliberal contra o socialismo e os trabalhadores.

A contraposição a essas idéias burguesas é uma das principais frentes da luta ideológica atual. E não é simples. Porque só a reafirmação da centralidade da classe operária na luta transformadora e da necessidade de a vanguarda proletária procurar estreitar os laços com sua classe, não basta. São importantes mas não suficientes. É preciso **avançar na consciência** de que o proletariado brasileiro está em condições de **dirigir** e de ser a **força principal** do movimento histórico que visa romper as amarras políticas que mantêm a sociedade brasileira atada ao domínio de uma subserviente e superada elite burguesa.

Isso impõe a necessidade de uma **permanente demonstração dos fundamentos econômicos** que colocam o proletariado nessas condições. O que se pretende nos marcos deste breve artigo é situar **alguns indicativos** que ajudem a nessa demonstração, dentro do racio-

cínio de que "na cadeia mundial do sistema capitalista-imperialista o Brasil objetivamente está entre os elos débeis desse conjunto, reunindo condições potenciais próprias para se desgarrar de sua atual posição subalterna".<sup>(1)</sup>

#### *Alguns pressupostos teóricos básicos*

A busca de uma posição mais fundamentada aconselha uma breve consulta à **teoria marxista** original. Tal necessidade cresce se forem levadas em conta as lacunas que a recente crise teórica do marxismo deixou em relação a esse assunto – onde não cabe a simplificação; bem como o domínio apenas superficial de boa parte da esquerda brasileira (comunistas incluídos) da economia política marxista – de onde obrigatoriamente deve-se partir para a análise de classes. Uma melhor compreensão dos conceitos pode aplainar em boa medida o caminho da discussão.

#### *1) Classe social, condições econômicas e consciência*

Conhecedor profundo de toda a obra teórica de Marx, Lênin resumiu o pensamento marxista sobre as classes da seguinte forma: "Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua

relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, em consequência, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social".<sup>(2)</sup>

As classes e as lutas entre elas existem **objetivamente**, como seres e fenômenos historicamente determinados pelas características das sucessivas fases do desenvolvimento econômico da sociedade. Existe hoje, no entanto, toda uma discussão acerca do papel da consciência e da ação política na determinação das classes.<sup>(3)</sup> Esse ângulo do problema coloca, por sua vez, várias outras discussões sobre a mesa. Não se pode abandonar de forma nenhuma a formulação básica do materialismo histórico feita por Marx no famoso prefácio à *Crítica da Economia Política*: "O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente determina a sua consciência."<sup>(4)</sup>

É preciso considerar entretanto as preciosas indicações contidas em várias



cartas de Engels escritas poucos anos antes de sua morte, onde ele procurou retirar as lições de todo o debate que se seguiu sobre o tema. Avaliou ele positivamente o fato de, junto com Marx, ter realçado o aspecto essencial de que "o fator determinante na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida real", mas assumiu a responsabilidade de, devido às circunstâncias da luta contra as concepções idealistas, não haver dado "o devido realce aos outros fatores que participam na ação recíproca". Estes fatores aos quais Engels se refere são os diversos elementos da superestrutura jurídica e política que "exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em numerosos casos, determinam-lhe de forma preponderante a forma". Dizia ele: "considerando o conteúdo [sobre o qual] (...) tivemos razão, negligenciamos a forma".<sup>(5)</sup>

Em conclusão, a possibilidade de o proletariado, em determinadas circunstâncias, adotar um comportamento passivo diante da burguesia ou mesmo retroceder sem resistência como nos meados dos anos 50 do século passado, na então URSS, não lhe retira o potencial revolucionário historicamente considerado que advém em **última instância** das condições econômicas da sociedade.

Aqui entra em cena uma outra questão, decisiva e frequentemente negligenciada. Se o comportamento político e ideológico das classes vem em última instância do modo de elas se situarem em relação aos meios de produção e do papel que desempenham no processo produtivo e se, por outra parte, sua ação política e consciência reagem reciprocamente, como é que surge essa consciência revolucionária e como se dá a ação política da classe? Aqui reside todo o diferencial entre as discussões conse-



Karl Marx e Friedrich Engels

qüentes e as meramente acadêmicas.

No *Que Fazer?* Lênin recorre ao testemunho da história do movimento operário de todos os países para concordar com Kautsky de que "é completamente falso [que] a consciência socialista aparece como resultado necessário e direto da luta de classe do proletariado. (...) o socialismo tem as suas raízes nas relações econômicas atuais, exatamente do mesmo modo que a luta de classes do proletariado (...) mas o socialismo e a luta de classes surgem um ao lado do outro e não derivam um do outro; surgem de premissas diferentes. A consciência socialista moderna não pode surgir senão na base de profundos conhecimentos científicos (...) desse modo, a consciência socialista é algo introduzido de fora na luta de classe do proletariado e não algo que surgiu espontaneamente no seu seio. De acordo com isto (...) a tarefa da social-democracia [vale dizer atualizando, do partido comunista]<sup>(6)</sup> é levar ao proletariado a *consciência* da sua situação e da sua missão".<sup>(7)</sup>

Teria havido durante todo o transcorrer do século XX algo, em alguma parte do mundo que pudesse descaracterizar a afirmação de Kautsky e Lênin? O proletariado só pode chegar a ser revolucionário através da ação de seu partido político revolucionário, portador da teoria e da consciência, que

faz a mediação entre estas e o movimento objetivo da classe. Faz sentido a reafirmação destes princípios quando se procura fazer crer que o movimento transformador pode prescindir do elemento teórico e consciente ou ainda quando se pretende demonstrar que as leis do materialismo histórico foram superadas pelas antileis do caos.<sup>(8)</sup>

## 2) Trabalho assalariado produtivo, categoria em que se assenta o proletariado

Marx no final da década de 50 do século XIX, após longos estudos e pesquisas, já havia amadurecido suas concepções econômicas. Submeteu a uma crítica profunda toda a economia burguesa clássica e fez um plano ousado para a exposição de sua obra econômica. Ele seria composto de 6 livros, dos quais *O Capital* seria o primeiro, seguido por *Da Propriedade Fundiária, Do Salariado, Do Estado, O Comércio Internacional* e, por fim, *O Mercado Mundial*.<sup>(9)</sup> Um dos objetivos do plano seria analisar: "As categorias que constituem a estrutura interna da sociedade burguesa e sobre as quais assentam as classes fundamentais. O capital, o trabalho assalariado, a propriedade da terra, as suas relações recíprocas. A cidade e o campo. As três grandes classes da sociedade burguesa. A troca entre elas".<sup>(10)</sup> Dessa forma Marx fixou a idéia de que a burguesia e o proletariado se assentam respectivamente sobre as categorias capital e trabalho assalariado e nas suas relações recíprocas.

A análise do **trabalho assalariado produtivo**, única fonte de mais-valia, foi peça-chave para que Marx pudesse dar a explicação fundamental e inovadora "da acumulação do capital, isto é, da transformação de uma parte da mais-valia em capital e do seu emprego não para satisfazer as necessidades



peçoais ou os caprichos do capitalista, mas para voltar a produzir".<sup>(11)</sup>

Na relação estabelecida por Marx, trabalho assalariado produtivo/proletariado/mais-valia/acumulação capitalista, há toda uma interessantíssima pesquisa histórico-crítica mostrando a importância do problema. Aqui apenas três referências feitas por Marx ao examinar as contribuições dos fisiocratas, de A. Smith e de R. Jones:

1) "Os fisiocratas deslocaram a pesquisa sobre a origem da mais-valia, da esfera da circulação para a da produção imediata, e assim lançaram o fundamento da análise da produção capitalista. Com toda a razão estabeleceram o princípio fundamental: só é produtivo o trabalho que gera mais-valia e em cujo produto portanto se contém valor maior que o atingido pela soma dos valores consumidos na sua elaboração".<sup>(12)</sup>

2) "A. Smith penetrou no âmago da questão, acertou na mosca, e um dos seus maiores méritos científicos (essa distinção crítica entre trabalho produtivo e improdutivo, conforme acertada observação de Malthus, constitui a base de toda a economia burguesa) é o de ter definido o trabalho produtivo como trabalho que se troca de imediato por capital – troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, antes de tudo se transformam em capital (e o trabalho em trabalho assalariado na acepção científica)".<sup>(13)</sup>

3) "O principal (...) em Jones é isto: toda a estrutura econômica da sociedade gira em torno da *forma do trabalho*, isto é, a forma em que o trabalhador se apropria dos meios de subsistência, ou seja, em que torna sua a parte de seu produto da qual vive (...). Só Jones dá à distinção essencial feita por A. Smith, entre o trabalhador pago pelo capital e o pago diretamente pela renda (revenue), o desenvolvimento pleno que dela se pode extrair,

e torna-a a chave mestra para a compreensão das diferentes estruturas econômicas da sociedade".<sup>(14)</sup>

Marx sintetizou suas próprias opiniões sobre o assunto no capítulo sem numeração, que está na parte dos Aditamentos do volume primeiro das *Teorias da mais-valia* (livro 4 de *O Capital*) cujo título é: *Produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo*. Essa obra só apareceu no Brasil no final da década de 80, em 3 volumes, editada pela Bertrand Brasil, com tradução de Reginaldo Santana. Mas existem indicações igualmente valiosas no chamado *Capítulo Inédito d'O Capital*.

Para que exista produção de mais-valia e acumulação capitalista, objetivo central do capitalismo é necessário previamente que o operário: "primeiro, disponha da sua capacidade de trabalho como proprietário livre, que se comporte em relação a ela como em presença de uma mercadoria, (...) em segundo lugar que, (...) a única mercadoria que tenha para oferecer, para vender, seja precisamente a sua capacidade de trabalho vivo (...) [é necessário portanto que] as condições objetivas do seu trabalho existam como propriedade de outrem, que existam na circulação enquanto mercadorias situadas no outro pólo, do lado oposto ao seu".<sup>(15)</sup>

O capital só se valoriza, só é produtivo, esclarece Marx, sob duas condições:

"1) ao *forçar* a execução de trabalho excedente; 2) ao absorver as forças produtivas do trabalho social e as forças produtivas sociais gerais, como a ciência, e delas se apropriar (personificando-as)".<sup>(16)</sup> Marx caracteriza como trabalho produtivo do ponto de vista do capital, exatamente, o trabalho (a mercadoria força de trabalho) que ao ser consumido, comprado por capital variável sob a forma de salários, gera um valor maior que o seu próprio, ou seja, gera mais-valia.

As definições do trabalho produtivo

para Marx "não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza".<sup>(17)</sup> O trabalho improdutivo, ao contrário, não se troca por capital e não implica em geração de mais-valia, troca-se diretamente por renda (por dinheiro enquanto dinheiro e não por dinheiro enquanto capital). Exemplifica Marx: "Um escritor é trabalhador produtivo não por produzir idéias, mas enquanto enriquecer o editor que publica suas obras ou enquanto for trabalhador assalariado de um capitalista". Por isso diferencia ele: "todo o trabalhador produtivo é um assalariado mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo".<sup>(18)</sup>

Marx expõe sob variadas formas sua idéia estabelecendo as bases teóricas fundamentais através das quais podem ser vencidos questionamentos tão frequentes como os que surgem ao analisar o chamado setor de serviços. É preciso ver, na essência, se na compra de determinado tipo de serviço está contida ou não a relação específica entre o capital e o trabalho. Refere-se, por exemplo, aos transportes como uma indústria, de forma completamente diferente dos métodos estatísticos de hoje, dizendo que "transporte ela pessoas ou mercadorias (...) a relação do *trabalhador produtivo*, isto é, do assalariado com o capital é a mesma das outras esferas da produção material".<sup>(19)</sup>

Merece atenção a crítica que Marx faz a um dos aspectos da concepção de A. Smith, àquele que considera trabalho produtivo o trabalho que se realiza em mercadoria (palpável, que deixa vestígio). Dizia Marx: "A materialização etc. do trabalho, porém, não é algo para se considerar de um prisma tão escocês como o faz A. Smith em sua concepção. Quando falamos da mer-



cadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu valor de troca –, trata-se apenas de uma simples maneira de ser ideal, isto é, meramente social da mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea; concebe-se a mercadoria como determinada quantidade de trabalho social ou de dinheiro. É possível que o trabalho concreto de que resulta, nela não deixe vestígio (...) (a mistificação aí decorre de se apresentar uma relação social na forma de uma coisa)".<sup>(20)</sup>

Marx analisa também a presença do capitalismo, ou seja, a criação da mais-valia no domínio da produção imaterial; seja quando resulta em mercadorias que possuem forma autônoma (uma forma de transição para produção capitalista), seja quando a produção é inseparável do ato de produzir. Neste último caso coloca, como exemplo, os professores que assumem a qualidade de trabalhadores produtivos perante os empresários do ensino. Apresenta vários outros exemplos e constata que essa modalidade de trabalho produtivo é insignificante perante a produção capitalista em seu conjunto; mas aqui o importante é não confundir os **conceitos teóricos** de Marx com análises de **situações concretas** que ele fez e com exemplos que deu em sua época. Com a extensão das relações capitalistas de produção para novas esferas da produção social através do permanente desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho, o que tinha um peso insignificante e uma extensão reduzida há 150 anos pode ter hoje uma importância grande.

Cabe destacar que para Marx o trabalhador produtivo apresenta-se concretamente como produtor coletivo, o produtor com "capacidade de trabalho socialmente combinada".<sup>(21)</sup> O trabalhador assalariado produtivo é produto característico da terceira fase histórica do desenvolvimento das forças produtivas

no capitalismo, da indústria moderna mecanizada, do desenvolvimento da força social do trabalho. Constitui uma classe historicamente determinada, o proletariado. No pólo oposto a classe proprietária dos meios de produção, que compra a força de trabalho e cuja existência "baseia-se na produtividade do trabalho, não a produtividade absoluta e sim a relativa".<sup>(22)</sup>

Nessa altura já é possível destacar algumas conclusões sob a forma de perigos que se deve evitar na passagem da teoria para a análise da situação concreta:

1) considerar só como proletários os trabalhadores na indústria fabril, uma visão estreita que não leva em consideração a essência do conceito marxista e não acompanha o desenvolvimento do capitalismo;

2) considerar como proletários todos os trabalhadores assalariados, sem diferenciar o trabalho/trabalhador produtivo do improdutivo; respondendo à estreiteza com a formulação sem fronteiras: "a classe dos que trabalham";

3) tomar períodos curtos e pequenos intervalos de tempo para a análise; pois assim não se pode extrair tendências e contratendências centrais;<sup>(23)</sup>

4) não considerar as camadas em transição, semiproletárias, produto estrutural e numeroso particularmente nos países de capitalismo dependente;

5) a falta de **espírito crítico** diante das estatísticas oficiais, seus métodos e números. A estatística é usada ideologicamente.

(Continua)

Dilermando Toni é membro da direção nacional do PCdoB.

#### Notas

(1) Comitê Central do PCdoB, *Tese ao 10º Congresso do Partido*, p. 43, item 103; julho de 2001.

(2) LENIN, V. I. *Uma grande iniciativa (sobre o heroísmo dos operários na retaguarda. A propósito dos "sábados comunistas")*, OE, v. 3, p. 150, Alfa-Omega, 1979.

(3) Ver, por exemplo, POULANTZAS, Nicos. *As*

*classes sociais no capitalismo de hoje*, Zahar, 1975 e IASI, Mauro L. *Sobre o conceito e o não conceito de classes em Marx*, 2001.

(4) MARX, K. *Crítica da economia política*, Prefácio, p. 28 e 29, Estampa, 1971.

(5) ENGELS, F. *Carta a Bloch de 21 de setembro de 1890 e Carta a Franz Mehring, de 14 de julho de 1893*, in *Cartas sobre o materialismo histórico*.

(6) Nota do autor.

(7) LENIN, V. I. *Que fazer?* (capítulo II, "A espontaneidade das massas e a consciência da social-democracia": a) começo do ascenso espontâneo; b) culto da espontaneidade. "O rabótchaia misl"; e e) a classe operária como combatente de vanguarda pela democracia). OE, v. 1, p. 99-110 e p. 135-146, Alfa-Omega, 1979.

(8) Gorender, falando da necessidade de "atualizar o marxismo", critica "a afirmação extremada sobre a substituição inevitável da formação social capitalista pela formação social socialista" pois, segundo ele, a aplicação da teoria do caos, surgida no campo da meteorologia, e do princípio da incerteza da mecânica quântica a outros campos científicos, como as ciências sociais, revela-se fecunda. Assim, afirma: "tendo em vista a superação do capitalismo, cumpre introduzir o princípio da variação caótica e da indeterminação." Como se todo o desenvolvimento social da humanidade pudesse ser reduzido ao funcionamento de uma máquina de pinball, exemplo usado largamente por E. Lorenz para falar do caos!! GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*, Ática, 1999; Lorenz, E. *A essência do caos*, UNB, 1996.

(9) MARX, K. *Carta a Lassalle de 2 de fevereiro de 1858*, citada na nota introdutória à *Contribuição para a crítica da economia política*, Estampa, 1971.

(10) \_\_\_\_\_. *Introdução à crítica da economia política, cap. III - Método da economia política*, p. 237, Estampa, 1971.

(11) LENIN, V. I. *Karl Marx - OE*, v. 1, p. 17, Alfa-Omega, 1979.

(12) MARX, K. *Teorias da mais-valia*, v. I, p. 21.

(13) Idem. *Ibidem*, p. 137.

(14) Idem. *Ibidem*, Marx, v. III, p. 1454.

(15) MARX, K. *Fragmento da versão primitiva da "Contribuição para a crítica da economia política"* (1858), Editorial Estampa, 1971, p. 335.

(16) \_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia*, v. I, p. 387.

(17) Idem. *Ibidem*, p. 137.

(18) MARX, K. *Capítulo inédito d'O Capital*, p. 95.

(19) \_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia*, v. I, p. 405.

(20) Idem. *Ibidem*, v. I, p. 151.

(21) MARX, K. *Capítulo inédito d'O Capital*, p. 94.

(22) \_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia*, v. I, p. 133.

(23) Marx chama, dessa forma, a atenção para a questão: "Em Economia política, por princípio, não há que fixar-se nunca nas cifras de um só ano, para extrair delas leis gerais. Há que tomar sempre o termo médio de seis a sete anos, que é o lapso de tempo durante o qual a indústria moderna passa por diferentes fases de prosperidade, superprodução, estancamento e crise, consumando seu ciclo fatal". MARX, K. *Discurso sobre el problema del libre-cambio*, p. 329. In: *Escritos Económicos Vários*,



# A reforma do Sistema Nacional de Ciência & Tecnologia

Fábio Palácio de Azevedo

*A Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo Federal consolida a reforma do Sistema Nacional de Ciência & Tecnologia (C&T), redefinindo pressupostos e objetivos e recolocando uma questão antiga, embora atual: quais as causas da dependência tecnológica brasileira?*





Há hoje um intenso debate nos meios acadêmicos e empresariais brasileiros sobre a reforma do sistema nacional de formação de competências científicas e tecnológicas; seu ponto alto ocorreu na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorrida em Brasília de 18 a 21 de setembro de 2001, promovida pelo Governo Federal, com a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Seu objetivo foi legitimar junto à comunidade acadêmica e empresarial o projeto “Diretrizes Estratégicas para a Ciência, Tecnologia & Inovação”, do Ministério da Ciência & Tecnologia (MCT), planejado para nortear a política nacional de ciência e tecnologia nos próximos 10 anos.

O DOCUMENTO básico lá debatido foi o *Livro Verde da Ciência, Tecnologia & Inovação*, um diagnóstico do estágio atual do sistema de C&T no Brasil, que identifica demandas, gargalos, áreas estratégicas e “janelas de oportunidades” – elaborado por meio de consultas à comunidade científica do país. Antes da etapa nacional, ele foi debatido nas Conferências Regionais, e o resultado desse processo será a produção do documento de diretrizes para a ciência brasileira, o *Livro Branco da Ciência, Tecnologia & Inovação*, a ser lançado ainda este ano. O que há por trás desse processo de debates, se a opção pela discussão democrática não é exatamente uma marca do atual governo?

A verdade é que a “reforma” do Governo Federal para a área de C&T tem envergadura suficiente para alterar objetivos, pressupostos e mesmo o formato institucional dos estabelecimentos de pesquisa. Uma reforma de tamanhas proporções não poderia prescindir de um amplo processo de convencimento e aliciamento, sem o qual teria o mesmo destino de outras malfadadas tentativas do governo.

O Sistema Nacional de C&T, apesar de seus notáveis feitos e realiza-

ções, vive uma grave crise. Paga salários baixos; faltam recursos para projetos e programas, e bolsas para a formação de recursos humanos; laboratórios são sucateados e vivem a falta de insumos e a decadência de equipamentos, situação que gera um perverso perfil de financiamento, que privilegia grupos consolidados, abrindo verdadeiros “clarões” no tecido científico brasileiro, sem novos cientistas para cobrir áreas recém-inauguradas.

Essa crise é o resultado de políticas que não atribuem à ciência um papel estratégico para a construção de uma nação forte, moderna e soberana. O desmonte é resultado da miopia política encabeçada pela burocracia federal, para quem o sistema de C&T é uma fonte de desperdício. “No CNPq, tudo que é cedido é perdido”, dizia José Galizia Tundisi, seu presidente em 1998. Bresser Pereira, ministro da C&T de 1998 a 1999, dizia que, “no Brasil, a oferta de C&T é maior que a demanda” (como isso é possível em um país tão necessitado de soluções?). Pedro Malan é mais claro e incisivo: “O Brasil não precisa de Ciência, pois pode comprar a tecnologia de que necessita”.

Ano após ano, o CNPq vem abandonando sua missão mais importante,

o fomento à pesquisa (apoio a projetos de pesquisa propriamente ditos), e se transformando numa espécie de “agência de bolsas” (que também entrou em colapso desde 1996) enquanto que, paralelamente, ganha contornos nítidos a transformação do MCT em órgão executivo de fomento, papel que deveria ser das agências.

Outra instância de coordenação e amparo que vinha sendo esvaziada é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), administrado pela Finep. Durante muito tempo o Fundo foi o principal instrumento de financiamento institucional científico; em 1975, teve papel fundamental na montagem da pós-graduação brasileira. No final dos anos 90, o FNDCT entrou em crise terminal (reduzido a apenas 5% do orçamento dos áureos anos 70). Agora, vive uma promessa de “renascimento”, com o aporte de recursos dos Fundos Setoriais. O governo federal promete, com a anunciada “reforma” da área de C&T, retirar o setor da atual situação de indigência.

#### A “reforma” do Sistema Nacional de C&T

A “reforma” da área de C&T começou no início dos anos 90, com o pro-



grama de “abertura” e “desestatização” de Fernando Collor, e agora entra em fase de consolidação. Seu principal pressuposto é o reconhecimento do atraso tecnológico, em grande parte fruto do modelo subordinado de industrialização, feito através da aquisição de “pacotes” tecnológicos, que criou o caldo de cultura responsável pelos baixos investimentos em P&D feitos pela iniciativa privada.

O Governo Federal prepara terreno para a transformação dos laboratórios de pesquisa das universidades e institutos em autênticos departamentos de pesquisa a serviço das empresas privadas, com o risco de comprometer a autonomia universitária. Espera assim assumir, no lugar das empresas, os riscos dos investimentos.

Foi para materializar essa estratégia que o Governo criou o “Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação” (CT&I), acentuando a distinção de funções entre centros acadêmicos e a malha produtiva do país. De fato, o conceito de “inovação” refere-se à “introdução de produtos e processos tecnologicamente novos” (DA SILVA et alli, 2001: p. 16) no âmbito da produção. A inovação resulta de um ciclo que começa com uma invenção (idéia nova) e passa pelas etapas de pesquisa, desenvolvimento experimental, engenharia e introdução comercial do produto ou processo. A inovação, portanto, não se restringe à P&D, e tem seu “locus” por excelência na empresa, não sendo função da universidade.

O instrumento principal para a consecução desse modelo é propagandeado pelo governo como a solução para a insuficiência e a instabilidade dos recursos investidos em C&T. São os chamados Fundos Setoriais, que já trazem no nome a incompatibilidade com investimentos maciços em ciência básica, que não é “setorial”, mas cada vez mais ampla, interdisciplinar e aves-

sa à “departamentalização”. De fato, só a tecnologia pode ser setorial, pois ela não diz respeito propriamente à ciência, mas à fusão entre o conhecimento científico e a técnica (esta sim setorial).

Os Fundos serão compostos pela taxação das receitas das empresas beneficiárias de incentivos fiscais, compensação financeira, licenciamentos e recebimento de royalties (remuneração por uso de tecnologia) por parte de empresas concessionárias de serviços públicos. Sete Fundos já estão em operação: os de petróleo e gás natural (CTPetro), atividades espaciais, energia elétrica, recursos minerais, recursos hídricos, transportes e informática. Outros dois estão em fase inicial: o Fundo de Infra-estrutura, composto de 20% de todos os Fundos e que ficará com o MCT e o MEC para o investimento na infra-estrutura laboratorial de universidades e institutos, e o “Fundo Verde-Amarelo”, composto de taxação sobre empresas detentoras de licenciamentos ou outras formas de aquisição de tecnologia no exterior e destinado a projetos de cooperação universidade-empresa. Além desses há também o Funttel (Telecomunicações), composto e operado de forma ligeiramente diferenciada dos demais.

Outros quatro Fundos estão em elaboração. São os das áreas de agronegócios, saúde, biotecnologia e aeronáutica. Juntos, todos esses 14 fundos deverão movimentar mais de um bilhão de reais – tal fato se efetivado, dobrará os investimentos do país em C&T.

Eles representam, diz Jorge Guimarães (*Jornal da Ciência*, nº 448), uma “profunda reforma no campo (...) do fomento à pesquisa no Brasil”, que afetará o montante e a origem dos recursos investidos, e os objetivos da pesquisa científica e o arcabouço institucional que irá operá-los. Os programas financiados pelos Fundos terão caráter predominantemente: a) induti-

vo (aos critérios de mérito científico serão adensados os de prioridade); b) tecnológico (pesquisa será desbalanceada em prejuízo da Ciência Básica); e c) empresarial (o eixo das pesquisas será deslocado das universidades e institutos para redes de pesquisas através das quais se associarão empresas e instituições de pesquisa).

Os recursos dos Fundos serão recolhidos ao FNDCT e administrados pelos “Comitês Gestores”, com baixa representação da comunidade acadêmica; esses comitês são também setoriais. Para articular o funcionamento dos Fundos, adequando-os às diretrizes gerais, o governo criou uma agência “independente” (independente de quem?), o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), sob a forma de “organização social” e que, na prática, traçará diretrizes políticas e identificará prioridades, “blindando” com isso o sistema (como vem sendo feito em diversas áreas do governo com a criação de outras “agências independentes”) através do esvaziamento do MCT, do CNPq e até da Finep, a quem cabe a gestão do FNDCT.

A “blindagem” do sistema é a grande exigência empresarial, garantia contra uma eventual mudança de governo, que poderia “desviar” recursos de origem privada para fins “públicos” (leia-se para pesquisa acadêmica). Essa é a grande disputa que se dá hoje: como serão utilizados os vultosos recursos dos Fundos.

Como podemos perceber, diversas incertezas incidem sobre o modelo instaurado com os “Fundos Setoriais”. Em primeiro lugar, o grosso dos recursos financiará a pesquisa tecnológica, deixando a descoberto amplas áreas de ciência básica e, até mesmo, de ciência aplicada, pois as áreas cobertas pelos Fundos têm potencial de disponibilização de recursos, não sendo necessariamente as que mais



demandam recursos para pesquisa. Como ficarão as outras áreas não-cobertas pelos fundos (a Bioquímica é um bom exemplo)? A tendência é de desequilíbrio da cadeia do conhecimento em favor (de alguns) dos elos finais, situados mais próximos das atividades de inovação. Aqui é preciso afirmar, com Roberto Salmeron (*Jornal da Ciência*, nº 438), que “não há pesquisa tecnológica sem boa e extensiva pesquisa básica”.

Outro problema: as empresas não entendem por “tecnologia” exatamente o mesmo que os cientistas, havendo o risco do uso dos recursos para serviços de engenharia, assistência técnica e similares que pouco ou nada contribuem para a elevação da competência científica e tecnológica do país, como já ocorre com o CTPetro. É necessário portanto exigir que os recursos dos Fundos sejam de fato utilizados em projetos científicos e tecnológicos e que não substituam os indispensáveis investimentos das empresas no conjunto das atividades inovativas.

Outro grande risco relacionado a esse modelo de financiamento foi apontado mesmo por um aliado de primeira hora do governo FHC, o ex-ministro José Goldenberg. É necessário pugnar para que os recursos dos Fundos sejam complementares ao financiamento público normal, e que não substituam os recursos públicos já alocados no FNDCT. Isso, aliás, já começou a ocorrer no caso do CTPetro, que vem substituindo os recursos públicos do Cenpes/Petrobrás. Esse é um risco alto, pois o dinheiro dos fundos é de origem privada e não podemos acreditar que as empresas abrirão mão do lobby para determinar a destinação final dos recursos.

Se os Fundos Setoriais reformam o financiamento, e o CGEE “reforma” o arcabouço institucional, a chamada “Lei de Inovação”, em discussão,

completa a reforma sob o aspecto dos instrumentos legais de estímulo à produção de P&D nas empresas. A Lei cria mecanismos de estímulo à relação empresa-universidade, e deve ampliar as dificuldades hoje vividas pelas instituições de pesquisa no Brasil.

A Lei propõe, dentre outras medidas, flexibilizar os contratos de trabalho, permitindo a contratação de pessoal sazonal e temporário para trabalhar em projetos de pesquisa em instituições públicas ou privadas; a celebração, por parte das instituições de pesquisa, de contrato de gestão para “encomendas tecnológicas” ou atividades conjuntas de pesquisa com outras instituições públicas ou privadas; a redução da jornada de trabalho sem redução da remuneração para pesquisadores de instituições públicas que se dispuserem a fundar Empresas de Base Tecnológica (EBT's); o uso pelas EBT's, mediante contrato, dos laboratórios das instituições de pesquisa, e a extensão dos incentivos fiscais de micro e pequenas empresas vigentes para as EBT'S.

A Lei de Inovação permite, na prática, a apropriação de recursos físicos e humanos públicos por empresas privadas. Se aprovada, causará sérios transtornos às universidades públicas, que contam já hoje com um déficit de 8 mil professores e com recursos físicos limitados e sucateados. A respeito desse assunto não é dita uma só palavra no *Livro Verde*, a não ser para constatar genericamente que as universidades públicas passam por um “momento crítico”.

O grande erro do governo com ações como o Fundo Verde-Amarelo ou a Lei de Inovação consiste justamente em achar que a Universidade vai abandonar sua missão precípua para substituir a empresa em atividades inovativas. Segundo Roberto Nicolisky (*Idem*, nº 51, p. 5), “A chamada integração

universidade-empresa é figura de retórica. São entidades que têm objetivos diferentes, linguagens distintas e funções sociais diversas. Não há como institucionalizar essa tal integração. Isso é como obrigar as empresas a agir com padrões acadêmicos e querer que as universidades se preocupem com mercados e lucros. É o desvirtuamento de ambas as instituições, o que é indesejável e ineficiente ... Para auscultar o mercado e desenvolver a inovação, a empresa não tem substitutos. A via universitária para gerar inovação tecnológica já foi tentada muitas vezes, tendo resultado em desempenhos modestíssimos”.

Vista em seu conjunto, a “reforma” parte da idéia de que já teríamos uma base científica adequada, restando apenas investir em aplicações e inovação. É justamente essa concepção – que parece dar razão ao “imperativo Malan” (“O Brasil não precisa de Ciência!”) – que têm originado, como resultado das políticas implementadas ao longo dos últimos dez anos, a mais perigosa tendência para o desenvolvimento de nosso Sistema de C&T: a do envelhecimento rápido e precoce do Sistema através da exclusão de jovens talentos.

Essa tendência, curiosamente, tem sido reforçada por praticamente todos os projetos e programas do governo federal para a área de C&T, já que as ações nessa área estão pautadas pela idéia de que ao Brasil não valeria a pena investimentos maciços em ciência básica. Assim, o governo resolveu enveredar de vez pela idéia da concentração em “nichos” que supostamente representariam para o Brasil “janelas de oportunidade”: energia, tecnologias da informação, biotecnologia e as áreas aeroespacial e nuclear.

Como consequência dessa opção, o governo concentra esforços nos grupos de pesquisa consolidados, margi-



nalizando no sistema os grupos emergentes – muitos em áreas novas da ciência – geralmente compostos por jovens mestres e doutores. Essa opção se materializa em programas do MCT como o PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o RHAÉ (Formação de Recursos Humanos para Áreas Estratégicas), o Pronex (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência), que serviu para salvar 159 grupos de pesquisa da grande “débacle” que ocorreu em 1997, o recém-lançado Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos e o polêmico “Institutos do Milênio”, que financiará a construção de “redes virtuais de pesquisa”, uma das fixações do *Livro Verde*.

O modelo de redes de pesquisa, por sinal, atende a um duplo intuito do governo: flexibilizar o modelo clássico de grupos de pesquisa presenciais, estimulando a parceria entre instituições públicas de pesquisa e empresas, e concentrar os recursos em áreas consideradas “estratégicas”. As diretrizes políticas para a área de C&T e os programas “estratégicos” coincidem com recomendações do Banco Mundial que pretende – através do financiamento de programas que estimulem a criação de núcleos de excelência nos países em desenvolvimento – ajudar na superação do “apartheid tecnológico” que distancia nações ricas de pobres.

Vem daí o modelo de “laboratórios associados”, que inspira os programas citados. Nada contra esse modelo, que tem resultado em grandes realizações científicas nas nações desenvolvidas. O problema ocorre quando desvia recursos para a capacitação de recursos humanos e fomento à pesquisa básica, provocando a concentração dos recursos em grupos consolidados. “Essa política”, diz Glaci Zancan, presidente da SBPC, “está paulatinamente envelhecendo o sistema e certamen-

te levará a um decréscimo na produtividade da área. O correto seria manter os pesquisadores mais velhos no sistema e absorver os jovens competentes (...) associando assim a experiência com a criatividade dos mais jovens” (*Idem*, nº 445, p. 6).

### **Causas da dependência tecnológica brasileira**

Tática semelhante tem sido usada pelo governo em relação à comunidade empresarial, ainda bastante resistente à idéia da Área de Livre Comércio das Américas – Alca. É com a finalidade de aliciar o empresário para uma nova onda de abertura que o governo federal acena com a estratégia dos Fundos Setoriais, vendidos como instrumentos que darão à indústria brasileira novos padrões de qualidade e competitividade.

**Achar que a Alca induzirá as empresas a investirem em tecnologia, livrando nosso país da dependência nesse setor, é incorrer no erro das teses professadas já na primeira onda de abertura no início dos anos 90, que não resultou na esperada modernização do parque industrial brasileiro, mas no aniquilamento da maioria das empresas e na desnacionalização do que restou. Achar que uma segunda onda de abertura resolverá o problema tecnológico de nosso país é desconhecer rotundamente as causas do atraso e da dependência tecnológica brasileira.**

Essas causas são esclarecidas no Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre as Causas e Dimensões do Atraso Tecnológico Brasileiro, encerrada em setembro de 1991, há mais de dez anos, o qual sugeria que as preocupações do governo brasileiro com a C&T tendem a ser acentuadas em períodos de maior abertura.

Segundo esse relatório, o atraso tecnológico brasileiro decorreu de uma industrialização subordinada, baseada na concessão de grandes subsídios para as empresas que aqui se instalavam, criando uma reserva de mercado oligopólica para empresas em boa medida transnacionais. “Com a crise de divisas dos anos 50 e a introdução do processo de substituição de importações, houve a possibilidade de instalação de um parque industrial com assistência tecnológica estrangeira. Com isso, a indústria brasileira que se instalou conseguiu evitar os riscos de investimentos de custo imprevisível e resultado incerto, mas teve a desvantagem de não procurar gerar tecnologia própria” (CONGRESSO NACIONAL, 1992: p. 149).

Segundo esse relatório, “a característica do investimento direto estrangeiro em subsidiárias de empresas transnacionais ou a de importações de máquinas e equipamentos em caixas pretas por empresas locais é a de que, num caso e noutro, não se faz absorver tecnologia nenhuma” (*Idem, ibidem*: p. 157).

A principal conclusão dos parlamentares na análise da defasagem tecnológica brasileira foi de que **não pode haver uma verdadeira política científica e tecnológica sem uma autêntica política industrial, sendo o inverso também verdadeiro.** “O modelo instituído pelas políticas econômicas no Brasil inviabiliza o desenvolvimento tecnológico, independentemente de serem bem ou mal concebidas as políticas de ciência e tecnologia e as de educação” (*Idem, ibidem*: p. 157).

Com efeito, como querer que indústrias nacionais, frente aos permanentes juros altos e enfrentando a concorrência de poderosas empresas estrangeiras, ainda façam investimentos de alto risco? E como querer que empresas transnacionais realizem investimentos em P&D que, de forma geral, já estão



sendo realizados em suas matrizes? Isso não significa dizer que as transnacionais jamais investem em tecnologia em suas filiais, mas que, quando o fazem, raciocinam com base em interesses transitórios e de olho em objetivos globais, às vezes visando alcançar um padrão técnico que torne a filial uma plataforma de exportação para mercados exigentes, às vezes objetivando apenas inovações secundárias e complementares àquelas feitas na matriz, sempre mais densas tecnologicamente. De onde depreendemos que “a questão do controle nacional do capital das empresas emerge como uma condição decisiva para o sucesso inovativo” (*Idem, ibidem*: p. 149).

A alegada “falta de cultura empreendedora” do empresariado nacional na verdade é fruto de anos de um modelo de desenvolvimento que praticava verdadeira “reserva de mercado” às avessas, privilegiando não um ambiente de concorrência entre empresas nacionais, mas a oligopolização na maioria das vezes beneficiária de transnacionais. É essa a causa de fundo da baixa interação entre centros produtivos e de pesquisa em nosso país, que “decorreu das coerções do próprio mercado, condicionado pelas políticas econômicas, daí derivando, também, o imediatismo que se atribui aos empresários. A proteção comercial ajudou a garantir reservas de mercado para produções de transnacionais e de empresas locais tecnologicamente dependentes” (*Idem, ibidem*: p. 169).

De fato, **uma política cujo objetivo seja a autonomia tecnológica do país jamais poderá ir à frente no contexto de um modelo econômico dependente.** “O impasse fundamental do desenvolvimento científico e tecnológico reside, pois, no modelo econômico em vigor” (*Idem, ibidem*: p. 159) – modelo que só tende a se agravar com a Alca.


Munido dessa compreensão; o Re-

latório do Congresso Nacional conclui que “sem a reforma total das políticas econômicas, não há como reverter o processo, em curso, de atraso tecnológico crescente” (*Idem, ibidem*: p. 163).

Olhando pela ótica inversa, nenhum país atrasado tecnologicamente pode ser verdadeiramente soberano social e economicamente. A tecnologia é hoje uma questão de poder, pois “é determinante, do lado da demanda, da forma como os recursos humanos e naturais vão ser utilizados, como a força de trabalho, em particular, vai ser utilizada (...). Por outro lado ela é também determinante (...) do suprimento de bens e serviços que serão dados à população, que camadas da população vão ser atendidas (...) Por isso a política de C&T é fundamental na determinação, a médio e longo prazos, do tipo de Nação que vamos ter” (*Idem, ibidem*: p. 151).

É fundamental, portanto, que a sociedade brasileira se dê conta de que nada adianta produzir sem saber como e por que se produz, ou a produção se tornará frágil e efêmera naquilo que tem de estratégico – a capacidade técnico-científica do ser humano. É esse na verdade o principal fator determinante da moderna agregação de valor a produtos e processos. E é precisamente por isso que um bom e competente sistema de produção de tecnologia não pode jamais prescindir de ampla, extensiva e desinteressada pesquisa básica de qualidade. Afinal, por mais que sejam demorados os resultados em termos de aplicações, a principal característica da moderna tecnologia é a de ser intensiva em ciência. Como bem diz Barbieri (1990, p. 56), “para uma unidade produtiva isoladamente considerada é possível a produção de tecnologia sem a produção de novos conhecimentos científicos. Porém, em nível global da sociedade, isso não seria

possível por muito tempo (...) Não é mais possível sustentar um ritmo adequado de produção de novas tecnologias sem a correspondente produção de conhecimentos científicos (...). Sem pesquisas científicas o progresso tecnológico torna-se inviável em médio e longo prazos”.

E não é por outro motivo que o relatório do *Office of Technological Assessment* do Congresso norte-americano afirma: “Em longo prazo, nem o país nem seus cidadãos podem controlar nem influir sobre o que não conseguem produzir com competência” (CONGRESSO NACIONAL, 1992: p. 161). Taí uma coisa com a qual fica difícil discordar dos norte-americanos. 

Fábio Palácio de Azevedo é ex-diretor da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e atual diretor de C&T da UJS. Representou a entidade na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

#### Referências

- BARBIERI, José Carlos. *Produção e Transferência de Tecnologia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BAUTISTA VIDAL, J.W. *O Esfacelamento da Nação*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CONGRESSO NACIONAL. *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre as Causas e Dimensões do Atraso Tecnológico – Relatório Final*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1992.
- SILVA, Cylon Gonçalves da et MELO, Lúcia Carvalho da Silva de (Coords.). *Ciência, Tecnologia e Inovação: Desafio para a Sociedade Brasileira – Livro Verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia / Academia Brasileira de Ciências, 2001.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Programa Nacional de Atividades Espaciais: 1998 – 2007*. 2ª ed. Brasília: Agência Espacial Brasileira, 1998.
- SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). *Jornal da Ciência*. Números 403 a 468. Rio de Janeiro: dez 98 a out 01.



# Mudanças nas relações sociais de produção nas universidades

Beatriz Couto

*As transformações expressam o coroamento do controle do capital sobre a capacidade de trabalho – agora não só o manual, mas também o trabalho intelectual*

O trabalho intelectual vive mudança estrutural em sua organização, iniciada ainda no século XIX, mas que continua em expansão até os dias de hoje, quando a universidade – talvez a última esfera da produção intelectual que ainda atua em moldes clássicos – passa por uma crise para submeter-se à produção coletivizada sob a forma de uma organização da produção propriamente capitalista.

RASTREANDO O fio da história que nos conduziu a este ponto, observamos que, em meados do século XIX, as consequências do capitalismo para a vida nas cidades já eram de tal monta que tornaram obsoletas as multimilenares práticas de construção urbana ou mesmo as dos profissionais de engenharia e arquitetura que até então lidavam eficazmente com a matéria. Para problemas que, pela primeira vez, extrapolavam o conhecimento dos ofícios tradicionais, novos atores tiveram de ser convocados ao trabalho. Médicos, advogados, filantropos e o embrião dos que se transformaram em

administradores públicos foram chamados para contribuir com sua experiência para a solução interdisciplinar dos problemas da cidade industrial. Junto com as bases do planejamento urbano moderno, iniciou-se também a experiência sistemática do trabalho intelectual coletivo centrado em um tema empiricamente dado que organizava a visada comum de campos anteriormente distintos. Século e meio depois, esta é a forma hegemônica de organização das relações de produção intelectual. As consequências são de tal ordem que apenas podemos esquematizar alguns de seus impactos éticos,

epistemológicos, sociais e econômicos.

Depois do planejamento urbano, novos campos da cultura vieram a produzir em termos similares. De fato, cinema e televisão, as artes do século XX, já foram fundadas com base no trabalho de uma equipe interdisciplinar, burocraticamente organizada sob o domínio do capital. As consequências advindas para o resultado do que até então se esperava de uma prática ligada ao belo foram de tal forma revertidas, que as novas expressões artísticas, fruto de inegáveis avanços tecnológicos, foram também objeto de um vasto veio de análises teóricas e



ideológicas marxistas, que investigaram a indústria cultural nascente e a relação entre a qualidade dos seus produtos e a formação degradada de um público-massa de espectadores.

Mas todo o potencial do trabalho intelectual coletivo só demonstrou suas reais possibilidades quando físicos e engenheiros se uniram para produzir a ciência e a técnica necessárias para levar a cabo o Projeto Manhattan, que criou a bomba atômica no final da II Guerra. É preciso reconhecer, com a montagem dessa equipe que produziu ciência pura da mais alta qualidade, o momento de virada em que governos e empresas se convenceram de que era possível dirigir a produção de conhecimento e cultura para atingir seus interesses, a tempo e a hora, liberando-se da autonomia e das escolhas epistemológicas, éticas, estéticas e políticas do intelectual de ofício. Lembremos que, desde o Renascimento, tal intelectual trabalhara de forma crescentemente autônoma, definindo os seus objetivos de acordo com a lógica interna de seu próprio campo e arcando pessoalmente com as conseqüências positivas ou negativas que pudessem advir do processo de legitimação dos seus resultados.

De fato, o Projeto Manhattan fez mais do que produzir a bomba atômica. Criou, junto com o artefato bélico que mudou completamente as perspectivas de futuro da humanidade, uma organização do trabalho de pesquisa que envolve a divisão hierárquica entre concepção e desenvolvimento; o parcelamento de tarefas; a adoção de frentes de investigação que se instruem em tempo real; a internalização da instância crítica; a definição externa – ainda que negociada quanto à sua factibilidade tecno-científica – dos objetivos do trabalho; e, evidentemente, a independência dos processos em relação às escolhas éticas de cada pesquisador, que passa a ser apenas um elo sempre subs-

tituível numa engrenagem. Taylorismo no trabalho intelectual, para simplificar.

As conseqüências tecnológicas, sociais e econômicas dessa mudança fazem parte de nosso cotidiano em casa, no trabalho, na vida política e social, marcadas que estão pelas conquistas da pesquisa resultante, e falam por si. Mas, se o vasto aumento da produtividade do trabalho intelectual inegavelmente se associa a essa produção de grupo, no entanto, outras características, seja para o produto, seja para a organização do trabalho intelectual, ficaram sem análise ou mal-entendidas, embora não sejam menos contundentes e até possam ser bastante devastadoras para o desenvolvimento que potencializaram em arte e ciência.

Crescentemente, depois da II Guerra, o fazer intelectual passou a conviver com a separação entre o produtor e seu meio de produção pela via de sua subsunção a um controlador das relações sociais de produção, conformando uma relação de trabalho que, para além da presença do trabalho complexo no chão da fábrica, é típica do capitalismo; porém tinha sido até então característica apenas do trabalho manual. É preciso enfatizar aqui o seu aspecto crescente, porque a mudança tem sido lenta – e isso é uma das fontes da dificuldade em identificá-la – mas inexorável. Lembremo-nos que a separação entre o docente pesquisador júnior e seus meios de produção foi observada pioneiramente por Weber em 1919, em seu célebre ensaio *A ciência como vocação*. Sua observação, até onde sei, não foi retomada ou desenvolvida, seja pelos weberianos – a corrente sociológica hegemônica em nossos dias – seja pelos marxistas, dos quais talvez pudéssemos esperar uma sensibilidade mais aguçada sobre a questão.

A luta das empresas e do governo tem sido, desde o final da II Guerra, impor o controle sobre a autonomia do

trabalho intelectual: mecanismo interno à esfera da produção que facilitou o avanço capitalista atual, normalmente batizado de sociedade do conhecimento, mas que é necessário nomear como capitalismo do conhecimento. É do controle do produto do trabalho intelectual, bem como da direção a ser dada à pesquisa, que o capitalismo extrai os superlucros de inovação que garantem o avanço neoliberal que vivemos. A nova economia, medida pelo índice Nasdaq, desafia seus analistas para a compreensão de seus limites e de sua lógica e extrapola os conhecimentos já desenvolvidos para pensar a velha economia. Mas já produziu seus heróis, Bill Gates o mais notório deles.

Outra mudança associada à questão pode ser identificada em toda movimentação político-legal em torno da propriedade intelectual e patentes. As leis até agora vigentes deram conta de forma mais ou menos adequada da situação clássica do indivíduo de engenho produzindo solitariamente; mas já precisam ser substituídas para permitir a apropriação pelo capital dos superlucros gerados pela inovação.

Retornando à esfera da produção, observamos que, se a mudança aproxima a organização do trabalho intelectual daquela típica do trabalho manual no capitalismo, então, aqui está sendo defendido que o aprofundamento da divisão do trabalho pela extração do mais-produto específico do trabalho intelectual é a base e conseqüência da subsunção da capacidade intelectual de trabalho. Politicamente deslegitimado, por não se apropriar do produto de seu próprio trabalho, o intelectual pode ser mais facilmente levado a aceitar uma posição hierárquica de subordinação, onde passa a desenvolver trabalhos definidos por outros. Ao mesmo tempo, esta prática reforça e legitima sua subsunção, justificando uma interpretação política de sua minoridade intelectual,



daí em diante um pressuposto do processo. Sua proletarização deixa de ser apenas uma metáfora ligada ao assalariamento e a um vínculo de trabalho crescentemente degradado, para ser uma definição substantiva e completa de uma nova relação de produção.

Em pauta, pois, a transformação do intelectual em produtor e, da obra, em produto ou mercadoria. Ou seja, junto com a tão propalada mercantilização do produto do trabalho intelectual veio, como aliás não poderia deixar de ser, a transformação do próprio intelectual em mercadoria, a forma de relação produtiva exigida pelo capitalismo.

Por revolucionar tão profundamente a organização da produção intelectual, esta mudança não tem como deixar de fora a universidade, se levamos a sério a observação de Marx, segundo a qual, colonizada uma área, o capital parte para colonizar outras, em sua lógica de obter sempre mais lucro. Esta é a fonte primária da crise da universidade ocidental que está a subverter a ordem estabelecida para o trabalho acadêmico definida ao longo do século XII na Europa. Foi essa ordem, lembremos, que permitiu a progressiva autonomia do trabalho intelectual, livrando-o do proselitismo da Igreja e dos governos, estando a mesma associada ao Renascimento, ao Iluminismo e ao desenvolvimento da ciência e da arte modernas.

Como, além da notória mercantilização da educação e da extensão na universidade pública, se dá a reorganização das relações de produção que permitem a expropriação de mais trabalho? Porque, reforçemos, não se trata apenas da venda de educação como mais uma mercadoria, mas de uma verdadeira revolução na forma de produção para adaptar as relações sociais de produção ao feitiço do capital. Afinal, lembremos com Marx, o capital ergue-se sobre os próprios pés quando revoluciona as relações de produção, asse-

nhoreando-se do processo produtivo e, assim, superando sua origem histórica na esfera mercantil e na pilhagem.

A expropriação do trabalho intelectual não se faz sem mediações que não compõem nas típicas relações industriais de produção. Na verdade, para entender a lógica da crescente subordinação do trabalho júnior nas equipes de pesquisa, é preciso estar atento a uma pequena distinção feita por Marx no "Capítulo VI", inédito, de *O Capital*, em que explicita que capitalista é o proprietário ou usufrutuário das relações sociais de produção. Nisso se transformou parte daqueles que integram o alto clero da academia aos quais devemos chamar empresário intelectual por oposição ao já conhecido empresário cultural. Este obtém seu lucro organizando e vendendo o produto do trabalho intelectual da forma como o encontra produzido. Aquele, conhecendo tecnicamente o trabalho, reorganiza-o, obtém o financiamento e divulga o produto nas instâncias acadêmicas de legitimação dos resultados e, nesse processo, apropria-se pessoalmente do reconhecimento social pelo trabalho socialmente produzido. Como o reconhecimento, evidenciado pelas comprovações que necessariamente acompanham os *curricula vitae*, é parte do pagamento pelo trabalho intelectual e aquela parte que o diferencia do trabalho manual, sua expropriação equivale à mais-valia típica desse tipo de trabalho.

Antes de continuar, é preciso enfatizar que há os legítimos participantes do alto clero que permanecem como intelectuais clássicos, ou seja, são autônomos, responsáveis pela concepção e desenvolvimento de seus próprios trabalhos e serão nomeadamente implicados nos avatares da legitimação dos seus resultados quando se sujeitarem ao julgamento da comunidade científica, cultural ou artística. Mas, é preciso assinalar, sua função e

lugar serão no mínimo redefinidas frente às burocracias culturais que assumem agora o papel hegemônico.

A expropriação do resultado do trabalho intelectual acompanha uma inversão típica do processo clássico de sua avaliação. Se antes um intelectual era avaliado depois do exame de sua obra, agora é avaliado antes, por mais extravagante que isto possa parecer. São, para tanto, adotados indicadores de capacidade intelectual, como número de trabalhos publicados e titulação formal sem qualquer análise minimamente consistente dos seus conteúdos. Estamos no reino da reificação dos títulos. Os critérios deixam de ser qualitativos e se transformam em quantitativos. O empresário intelectual, independente de sua participação concreta nos andamentos do trabalho, acaba por receber reconhecimento pela produção intelectual propriamente dita, tendo frequentemente apenas intermediado a obtenção do financiamento ou a negociação de seu tema, objetivos e cronograma. Variações desse caso geral podem ser observadas sem que se altere em substância a lógica aqui exposta.

O produtivismo que assaltou as avaliações acadêmicas – por detrás de sua fachada democrática, igualitária e incentivadora do bom uso dos recursos públicos – é um sintoma da nova ordem. Esta, apóia-se em duplo efeito da mudança nas regras de avaliação. Primeiro, o quantitativismo é a melhor forma de impulsionar a subsunção de docentes e discentes juniores ao alto clero, já que aqueles, por sua posição inicial na carreira, ainda que competentes e promissores, frequentemente não poderão competir com a alta "produtividade" exigida como "garantia" de produção. Resta-lhes aceitar a participação subordinada se quiserem trabalhar. Segundo, estabelece as bases do círculo vicioso de critérios definidos pelo próprio alto clero, que a eles



próprios beneficia, pois, na medida em que controlam e participam da autoria de trabalhos do “seu” grupo, são os usufrutuários das relações acadêmicas de produção, capazes, portanto, de potencializar sua própria possibilidade de apresentar-se legitimamente como os mais produtivos.

Não há dúvidas que interfere aí o argumento legitimatório da alta experiência, mas isso nem sempre é o suficiente para justificar as escolhas observadas de financiamento, o que espero deixar claro à frente. Inegavelmente, o aumento da produtividade das pesquisas em situação de trabalho de grupo e a maior confiabilidade de uma organização de produção, não dependente de apenas um indivíduo, são as bases maiores de justificativa social para a mudança observada e certamente deverão ser mantidas em qualquer situação futura que contestar suas atuais consequências deletérias.

No contexto quantitativista, resta ao intelectual clássico aderir à nova ordem ou aparecer como improdutivo. Improdutivo relativo, é preciso desde logo ressaltar, porque um indivíduo, ainda que muito capaz e fecundo, dificilmente pode competir em quantidade com a produção de quem controla um grupo e potencializa sua própria legitimidade cultural numa autêntica acumulação de capital simbólico, base doravante necessária para posições privilegiadas na negociação de contratos de pesquisa com o governo e com o capital e mediação simbólica necessária para possíveis ganhos econômicos.

Eventualmente, o trabalho nas duas formas de produção não está atualmente excluído e pode servir como válvula de escape às tensões políticas geradas nesta fase de implantação da nova ordem produtiva, ou, em qualquer tempo, como a possibilidade sempre aberta de contestação.

O processo de validação das novas

normas quantitativistas de avaliação pode ser relativizado quando se analisa algumas das práticas que dão origem a altos índices de produtividade. O caminho para esse estado de coisas não se fez dentro dos limites éticos que regiam a prática clássica. Muitas práticas que contrariam a ética acadêmica podem ser corriqueiramente observadas dentro das universidades ou dos institutos de pesquisa. Sem esgotá-las, mas usando como fonte o conteúdo de uma carta aberta dirigida em 1972 ao então diretor do principal órgão de pesquisa francês, o CNRS, pesquisadores juniores franceses elencaram como infrações éticas mais frequentes: a assinatura sistemática, pelos pesquisadores de mais alto nível hierárquico, das publicações dos pesquisadores juniores; a recusa de associar os técnicos à publicação, mesmo que tenham tido participação de relevo no trabalho; a utilização da pertença a um grupo de pressão importante para conseguir o aceite de publicações em revistas ditas de boa qualidade; o aumento do número de publicações por diversas práticas, entre elas a reprodução do mesmo trabalho “original” em diferentes congressos e seminários; a utilização de vantagens hierárquicas e relações pessoais para açambarcar créditos das missões de que participam; e a auto-atribuição de prêmios e distinções científicas através de lobbies. (JAUBET e Lévy-Leblond, 1973)

A frequência dessas ocorrências impede de considerá-las como funcionamentos residuais imperfeitos de qualquer atividade humana, mas nos obriga a classificá-las como acumulação primitiva de capital simbólico. E, quando algumas delas e de outras práticas similares deslizam para a esfera da normalidade, estamos frente ao processo social de sua legitimação na forma de mais-valia do trabalho intelectual, visto ser preciso caminhar

para algum tipo de regulamentação das relações de expropriação que contenha o descontentamento da massa de juniores submetida à subsunção formal e regule a competição entre os próprios empresários intelectuais.

Importante, do ponto de vista social, é observar o fato de ser por essa via que se perde a autonomia da pesquisa e do trabalho intelectual duramente conquistada durante a modernidade. E, por ela, as empresas e o governo ganham controle crescente sobre o direcionamento dos destinos da ciência, da arte e da cultura no capitalismo contemporâneo, quando negociam diretamente com o empresário intelectual, que precisa manter “seu” grupo continuamente produzindo para manter-se “produtivo”, o financiamento e os objetivos do trabalho. E não deixa de ser irônico observar que os tecnocratas, aqui redefinidos como empresários intelectuais, finalmente conseguiram formular corretamente seu objetivo histórico de servir ao poder. Esse objetivo lhes quebrou a cabeça desde a Grécia antiga, passando por Maquiavel e muitos outros, quando foram usados, mas frequentemente derrotados, pelos senhores políticos em sua ambição pessoal de atingir o poder pela via de colocar o saber no poder. Agora, sua função está historicamente definida: controlar a massa dos intelectuais a mando de governo e capital.

Se esse modo de produção está associado ao aumento inegável da produção, o resultado, em termos de qualidade, precisa ser discutido. Na prática, em caso que justifica ideologicamente a mudança, observamos seu aumento qualitativo e quantitativo, se o empresário intelectual é de fato um intelectual de mérito.

Noutros casos, apenas o aumento quantitativo comparece. Dessa forma, o processo tem permitido uma sobrevivência intelectualmente injustificada a linhas



de pesquisa crescentemente estéreis, mas que precisam ser mantidas pelo empresário intelectual por estarem associadas ao seu nome próprio e haver a possibilidade de não se darem as condições epistemológicas ou políticas necessárias para que ele conduza algum tipo de transição, mantendo simultaneamente o controle do processo. Aumentam-se, então, os entraves políticos a mudanças social ou intelectualmente necessárias, pois, claro, podemos sempre contar com o engenho dos intelectuais altamente legitimados para justificar a necessidade de mais uma pesquisa na direção já prevista anteriormente, porque desta dependeria a solução dos problemas que até aqui resistiram ao enquadre necessário. Se esse já for o caso em inúmeras situações da ciência normal, a situação do trabalho coletivizado exacerba o problema em termos intelectuais, sociais e financeiros. A produção tende, neste caso, a se tornar crescentemente volumosa e estéril, mas sendo bem avaliada porque quantitativamente relevante. É preciso anotar, de passagem, que tal efeito é especialmente nítido para o caso das ciências humanas e sociais.

Uma variação, ou conseqüência dessa última possibilidade, é o caso de o empresário intelectual ser indivíduo vazio, medíocre, incapaz ou incapacitado de uma produção própria, mas que conseguiu obter e, pela via da arregimentação de trabalho júnior de qualidade, pode manter o acesso a uma fonte de financiamento regular. Este apenas vive da produção alheia como participante da autoria dos seus trabalhos sem deixar de ter alto poder político nas estruturas administrativas.

Na verdade, convém ressaltar que a ofensiva do capital sobre as universidades é apenas o último elo de um processo já bastante consolidado em diversas instituições de pesquisa não universitárias mais ou menos associa-

das ao governo ou às indústrias. As conquistas tecnológicas que permite – nos casos bem sucedidos – são, não apenas a base dos superlucros do capital que dependem de pesquisas fortes e bem conduzidas, mas também a fonte mais importante de legitimação do Estado, garantidor em última instância da ordem econômica instituída.


A universidade destaca-se no panorama das burocracias científicas, culturais e artísticas pela peculiaridade de ser a única instituição em que todos os campos de saber se confrontam em bases cotidianas e por isso, o lugar social em que deverá se definir a forma comum de subsunção do trabalho intelectual concreto por sua transmutação em trabalho abstrato. Isso exige a formulação de critérios capazes de abstrair dos diferentes valores simbólicos de uso criados. Estamos em processo de detalhamento de valores simbólicos de troca tais como o tempo de formação e o tempo de produção que equalizariam o esforço intelectual concretamente distinto entre os mais diversos campos.

Assim se compreende o esforço quantitativista de avaliação e sua crescente associação com os salários dos docentes em universidades brasileiras ou no primeiro mundo – forma, em processo de institucionalização, que tende a legitimar as mudanças e que tem, naturalmente, encontrado resistência pelo seu reducionismo intrínseco. Outra forma de derrotar a resistência do trabalho é a precarização das relações trabalhistas dos intelectuais juniores, seguindo aqui a cartilha conveniente do Banco Mundial.

E, claro, como governo e empresas agora podem conduzir a produção intelectual, seus próprios critérios de aplicabilidade e de legitimação da ordem instituída passam a ponderar significativamente sobre os critérios de julgamento autônomos herdados do regime clássico de produção, quais sejam, o

valor de verdade e o de beleza/originalidade dos trabalhos produzidos. Assim, serão financiados e, eventualmente, divulgados os trabalhos que não apenas se comprovarem verdadeiros, como também aplicáveis à indústria, respeitado seu interesse intrínseco no sigilo; ou os que não só forem belos ou originais, mas também In – o critério maior da indústria cultural. Outros valores que não caírem neste intervalo passarão ao esquecimento, no caso clássico da “Lei de Ricupero”. Esse é o objetivo e a forma da desautonomização dos campos.

Tanto o trabalho coletivo quanto a participação social na definição dos rumos do trabalho intelectual são um caminho relevante e socialmente almejado para a produção intelectual. O que não é a mesma coisa de admitir que o capital, em última instância o motor e beneficiário da atual revolução, passe a ditar os rumos do desenvolvimento científico, cultural e artístico da humanidade apenas para garantir de forma renovada a manutenção de seus lucros.

Por tudo isso é preciso considerar esta nova revolução nas relações sociais de produção como o coroamento da função do capital de controlar a capacidade de trabalho, capaz agora, ao fim de uma tarefa multissecular, de subsumir não apenas o trabalho manual, como já há muito o sabemos, mas também o mais refinado trabalho intelectual. 

Professora titular de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Este texto baseia-se na tese de doutorado *Trabalho intelectual coletivizado: produção, conhecimento e reconhecimento* (Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1999).

#### Referências

- JAUBERT, Alain e LÉVY-LEBLOND, Jean-Marc. *(Auto)crítica de la science*. Paris: Seuil, 1973. La taylorisation de la recherche. p. 291-293.
- MARX, Karl. “Capítulo VI” inédito de *O Capital*: “Resultados do processo de produção imediata”. Trad. de Joaquim José de Faria e Maria Clara de Faria. São Paulo: Moraes, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*: “Crítica da economia política”. Trad. de R. Barbosa e F. Kothe. São Paulo: Abril, 1983.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Trad. de Waltensir Dutra. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. “A ciência como vocação”, p. 154-183.



## O movimento operário mundial

**Correspondências Internacionais – Novo Tempo: uma revista de informação e análise do movimento operário e das forças de esquerda do mundo.** Assinaturas: US\$ 30 (4 edições/duas por ano). Contato: corint@wanadoo.fr Boite Postale 95 - 92153 - SURESNES CEDEX FRANCE Fax: 33 (1) 45 06 10 41

Depois de muitos anos, o panorama das forças de esquerda – sobretudo aquelas que lutam pela revolução, pelo comunismo – tem se modificado rapidamente. Três harmoniosos debates as animam: Qual o projeto político a seguir? Quais os modos de organização e alianças; bem como qual é o balanço do socialismo real? Qual a ação comum frente à globalização capitalista e ao imperialismo?

Essas questões dizem respeito à sua própria identidade, à sua finalidade, ao seu nome e à sua base social. A maior parte dessas forças procura igualmente medir o seu lugar nas lutas sociais, o seu peso nas eleições, suas experiências administrativas em nível local e nacional. Por toda parte, diante da mundialização capitalista, multiplicam-se as iniciativas de resistência, de reflexão alternativa; e as lutas sociais de grande amplitude surgem no terreno econômico, político, nacional.

Ainda agora, onde é generalizada a reflexão e é difundida a experiência, esse panorama se torna importante para as mulheres e os homens que desejam mudar o mundo. Para conhecer este, por outro lado, não necessariamente da mesma maneira, pensam e fundamentam, para saber com que fim, e com que força, meditarão sobre o destino de suas respectivas sociedades e, por conseguinte, sobre a sociedade de todo o planeta.

É com esse objetivo que a revista *Correspondências Internacionais* pretende contribuir. Ela o faz privilegiando a informação, o conhecimento dos fatos e das idéias, no sentido mais amplo, sem espírito partidário. O seu subtítulo o diz muito bem: trata-se de uma revista de informação e análise do movimento operário e das forças de esquerda do mundo (entendidos no sentido mais amplo: político, social, intelectual, cultural). O objetivo é colocar à disposição de pesquisadores, quadros e militantes dos movimentos políticos, sindicais e sociais, um instrumento científico, de referência, que contribua para esclarecer quaisquer questões simples relativas a essas forças: Quais são? O que representam? O que pensam? O que fazem?

Depois de muitos anos, o panorama das forças de esquerda – sobretudo aquelas que lutam pela revolução, pelo comunismo – tem se modificado rapidamente. Três harmoniosos debates as animam: Qual o

A revista é publicada em várias línguas: espanhol, inglês, francês e italiano; e tem em vista outras como russo, árabe e português. Ela é independente de qualquer estrutura pára-estatal (universidade, centro de pesquisa...) ou partidária e possui financiamento próprio com o apoio de seus leitores e de donativos. Procura formas concretas de cooperação e colaboração (elaboração, tradução, distribuição), já em curso com mais ou menos vinte países. Juridicamente, é formada por uma associação sem fins lucrativos, estimulada por parcerias, com cotas iguais, oriundas dos quatro continentes. Ao total, mais de dois mil exemplares são difundidos em aproximadamente cinquenta países.

### Da primeira época (1991-1996) à ampliação

Na França, no início de 1991, um grupo de trabalho reuniu novos pesquisadores. No lançamento, o objetivo consistiu, antes, em se obter um trabalho coletivo sobre as forças de esquerda, no sentido mais amplo, do mundo, em torno de um eixo de pesquisa interna: a noção e os contornos de uma corrente revolucionária do mundo.

No primeiro editorial foi definida a pretensão dessa nova publicação: “o confronto planetário entre Leste e Oeste tem destaque e o combate social, por toda parte, se encontra transformado. As forças, as marcas políticas e ideológicas, velhas às vezes em muitos decênios, são abaladas à mercê dos acontecimentos, dos quais recebem o ritmo e a intensidade, há pouco tempo, de condutas vertiginosas. (...) desaparecem e reaparecem; as forças esmorecem, se desviam ou nascem.”

Depois de cinco anos de existência, retrospectivamente, isso que se pode chamar “primeira época” acabou em 1996 com um número 22. Uma compilação de um certo período encontra-se disponível com um índice temático e um onomástico, com 1750 entradas (unicamente em francês).

Desde 1995 os termos de uma fórmula unicamente centrada na língua francesa, apesar das colaborações de outros países, vêm conduzindo a pesquisas com intuito de colocar mais companheirismo no lugar de uma nova fórmula, internacional, desta vez na sua própria concepção e difusão. Um primeiro número foi agendado para o verão de 1997, sob o título “Correspondências Internacionais – novo tempo”.

**Patrick Theuret**  
Diretor de publicação





## Assine a revista que há mais de duas décadas defende o Brasil e o socialismo

▶ “A revista *Princípios* tem uma qualidade de excelência. Devemos divulgá-la mais.”

Aziz Ab’Saber (Presidente de honra da SBPC)

▶ “A revista *Princípios*, nesse período de duas décadas de existência, enfrentou desafios e conseguiu desenvolver uma importante contribuição ao debate de idéias avançadas em nosso país.”

Renato Rabelo (Vice-presidente do PCdoB)

▶ “A revista *Princípios*, que comemora seus 20 anos, tem dado importante contribuição para o debate teórico e político no Brasil – o qual ainda nos faz falta, devido à certa tendência ao normativismo e ao autoritarismo acadêmicos existentes em nossa cultura política e história ideológica.”

Tarso Genro (Prefeito de Porto Alegre  
e coordenador do Conselho Político da Frente de Oposição)

### Promoção

#### Faça a assinatura bianual por apenas R\$ 55,00 e ganhe uma linda camiseta bordada (válida até 30/12)

<input type="checkbox"/>	Assinatura bianual (8 edições) a partir do nº _____	R\$ 55,00
<input type="checkbox"/>	Assinatura anual (4 edições) a partir do nº _____	R\$ 30,00
<input type="checkbox"/>	Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do nº _____	R\$ 45,00
Nome _____		
Endereço _____		
Bairro _____	CEP _____	
Cidade _____	Estado _____	
Fone _____	Profissão _____	e-mail _____
<b>Forma de pagamento:</b>		
<input type="checkbox"/>	Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ _____	
<input type="checkbox"/>	Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)	
<input type="checkbox"/>	Cartão Credicard ou Visa n.º _____	validade ____/____/____
Data ____/____/____		
_____ assinatura do cliente		

Rua Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista - CEP 01323-010 - São Paulo/SP - Fone: (11) 289-1331 e-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br



## Globalização escatológica

“(…) Estamos na ‘nova era’. Um paradoxo que torna os países pobres sedentos e eufóricos pela modernização, progresso e bem-estar de seu povo, mas recheada de armadilhas e manobras internacionais, que distribuem entre estes países apenas a terrível ilusão. A globalização mundial, cada vez mais se configura um apocalíptico desfecho de endividamento e empobrecimento dos povos, no qual a ‘nova era’ não tem compaixão das penosas vítimas deste holocausto, que sucumbem paulatinamente sob os discursos positivistas sobre o amanhã. Um amanhã escatológico.”

Paulo Queiroz  
Manaus/AM

## Esporte e cidade

“(…) é preciso superar a indiferença no sentido da reconquista do espaço comum da cidade. Nesse aspecto, acredito que, com um planejamento criterioso das ações no esporte, possamos verificar, tanto tempo depois de Bilac, o quanto ‘a questão dos esportes impressiona e preocupa os homens do nosso tempo’ e, assim, estimular os ‘seres urbanos’ que somos a voltarmos ao ambiente que nos rodeia, no propósito e na possibilidade de olhar, observar e (com) viver com os outros.”

Ricardo Lucena  
Vitória/ES

## Pela inclusão

“(…) O país tem tudo para inserir de forma consistente os cerca de 200 milhões de pessoas que aqui viverão nas próximas décadas do século XXI. Daí o absurdo da situação atual do nosso país: entregue aos aplicadores, aos apostadores do ‘cassino financeiro mundial’. Para mudar mentalidades, ampliar a visão de mundo, quebrar as heranças bloqueadoras de um desenvolvimento humano e sustentável, (...) a educação joga papel estratégico. Investir nela é a opção estratégica número um, num país já predominantemente urbano e numa era em que a inserção na vida econômica requer um certo patamar de conhecimento.”

Tânia Bacelar de Araújo  
Recife/PE

## Clubes da comunidade

“(…) O projeto de mini vilas olímpicas/clubes da comunidade é mais uma importante contribuição humanitária do grande cientista brasileiro de renome internacional Aziz Ab’Saber. Você está convidado a conhecer este projeto – disponível em todas as bibliotecas públicas da cidade de São Paulo e também na Sociedade Amigos do Conjunto Modelar (travessa da Árvore da Seda, 30 – Cohab Adventista – São Paulo/SP) – que acredito ser uma revolução possível no atendimento à criança, aos jovens e adolescentes, na defesa do meio ambiente, na reorganização dos espaços públicos ociosos e a favor da educação, do esporte e do desenvolvimento social.”

Devanir Amâncio  
São Paulo/SP



Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas

Editores: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira e José Carlos Ruy

Comissão Editorial: Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto, Sara Romera, Luciano Marforano, Roniwalter Jatobá, Priscila Arantes e Luiz Marcos Gomes

Conselho Editorial: Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo, Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho, Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992), Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores: Agenor Silva, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Guiomar Prates, Luciana de Souza Berto, Luiz Marcos Gomes, Loreta Valadares e Olívia Rangel

Secretário de Redação: Edvar Luiz Bonotto – correio eletrônico: princip@vento.com.br

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Cláudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Marília Rodela Oliveira

Fotolitos: Digtex

PRINCIPIOS é uma publicação da  
Editora Anita Garibaldi

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010  
São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331 e  
3266-4312

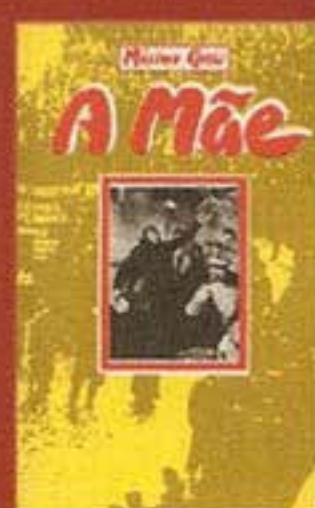
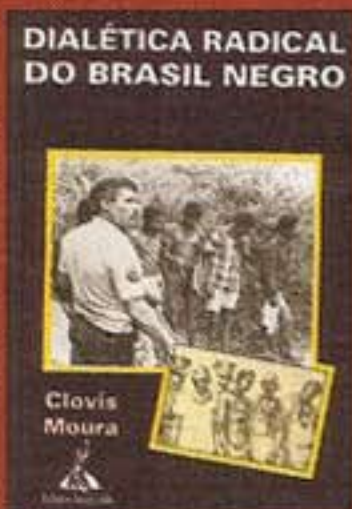
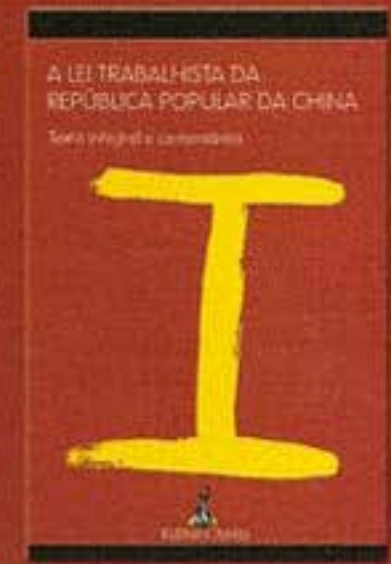
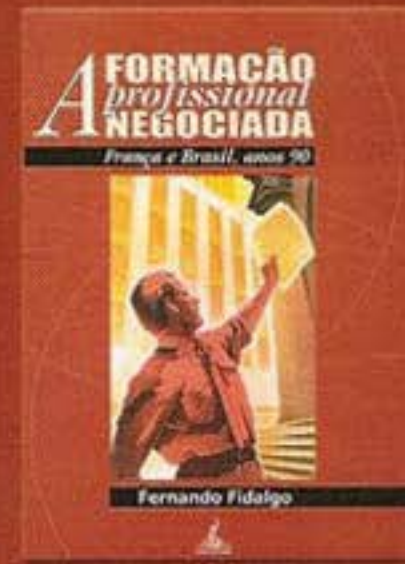
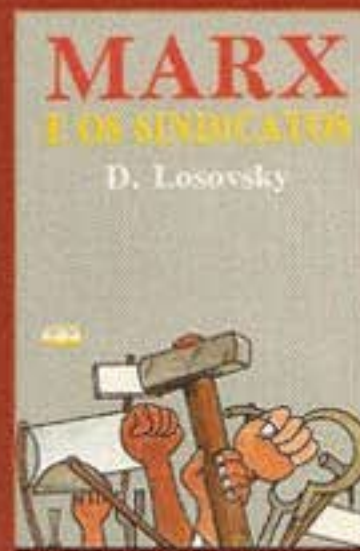
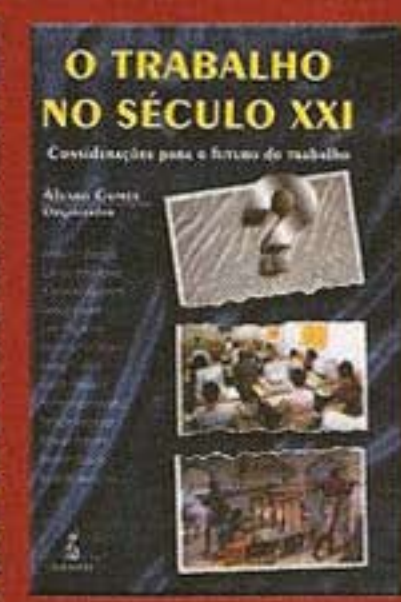
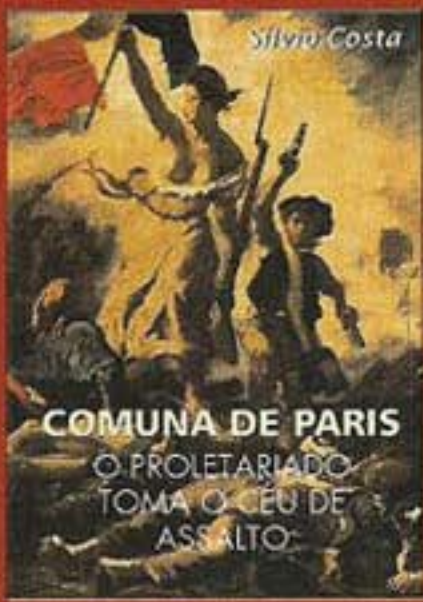
E-mail: anita.garibaldi@uol.com.br

A revista PRINCIPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

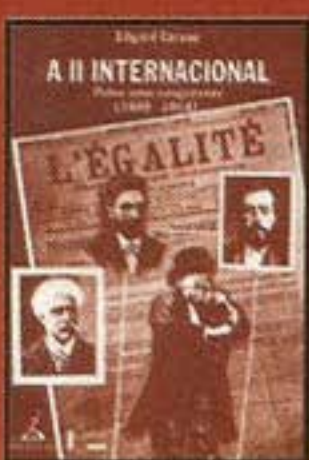
Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Barata, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estádio - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - eq. R. da Consolação, Rua Manoel Gaia, 442 - Vila Mazzei (em frente a Madeirense). ARACAJU: Banca S. Francisco - Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador - Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escariz - Shopping Jardins s. 81/83; Livraria Universitária - Didática I (UFS); Livraria Minuano - Didática II (UFS). CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 33-1226. FLORIANÓPOLIS: Banca Pça. 15 de Novembro - centro. RIO DE JANEIRO: Livraria CHE-R Gastão Penalba, 173 - Andaraí - fone: (021) 570-1181. GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçada - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN, Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311. RECIFE: Livromagazine - Av. Conde da Boa Vista, 688, fone 231-0036; Livraria Modelo - Shopping Center Recife, fonelax 465-5919. Shopping Tacaruna, fonelax 421-6460 e Shopping Guararapes, fonelax 468-4426; Livraria Imperatriz - Shopping Tacaruna, fone 421-6667 e Shopping Guararapes, fone 464-2424; Livraria Síntese - R. do Riachuelo, 202, fone 221-4044; Livraria Potylivros - Av. Conde da Boa Vista, 1413, fone 423-1100; Livraria Sodiler - Aeroporto dos Guararapes, fone 328-0883; Bazaar 494 - R. da Hora, 456, fone 241-9842; Livraria 1001 Livros - R. do Príncipe, 410, fone 221-2270; Banca Globo I - Av. Guararapes, fonelax 224-0317; Banca Destaque - Av. Conde da Boa Vista, 814, fone 222-0799; Box Viva Ler - Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins - Pátio de São Pedro, 25, fone 424-1366. Portugal: Distribuição Editorial Caminho, Alameda Santo Antonio dos Capuchos, 6 - b, 1100 - Lisboa/Portugal.



# A Editora Anita Garibaldi tem as publicações que vão fazer sua cabeça.



Comuna de Paris - O proletariado Toma o Céu de Assalto (192 págs.) .....	R\$ 18,00
Revolução e Contra-Revolução na França (296 págs.).....	R\$ 28,00
Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro (536 págs.).....	R\$ 35,00
O Trabalho no Século XXI (204 págs.) .....	R\$ 25,00
Os Desafios do Socialismo no Século XXI (256 págs).....	R\$ 22,00
Guerrilha do Araguaia (104 págs.) .....	R\$ 12,00
Marx e os Sindicatos (212 págs.) .....	R\$ 17,00
A Formação Profissional Negociada (230 págs.) .....	R\$ 25,00
A Lei Trabalhista da República Popular da China (168 págs.) .....	R\$ 20,00
Dialética Radical do Brasil Negro (250 págs.) .....	R\$ 20,00
Racismo à Brasileira (272 págs.) .....	R\$ 20,00
Sociedade dos Socialistas Vivos (128 págs.) .....	R\$ 12,00
China - 50 anos de República Popular (128 págs.) .....	R\$ 15,00
A Mãe (318 págs.) .....	R\$ 10,00
Um Olhar que Persiste (288 págs.) .....	R\$ 20,00
A II Internacional (128 págs.) .....	R\$ 12,00
Concepções e Formação do Estado Brasileiro (128 págs.) .....	R\$ 15,00
Revista Princípios.....	R\$ 8,00



.....PEDIDOS.....

**Anita Garibaldi**  
 Telefax: (0xx11) 289-1331  
 E-mail: [anita.garibaldi@uol.com.br](mailto:anita.garibaldi@uol.com.br)



# PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL REALIZA X CONGRESSO

Fundado em 25 de março de 1922, próximo de completar 80 anos, o Partido Comunista do Brasil está realizando o 10º Congresso – o maior em sua história de luta em defesa do Brasil, da democracia, dos direitos dos trabalhadores e do socialismo. Ao reunir mais de 35 mil militantes em 901 municípios brasileiros, o 10º Congresso terá sua plenária final no Rio Centro (RJ) com a presença de mais de 800 delegados, além de representações de partidos nacionais e de diversos países. O PCdoB propõe a ampla unidade do povo brasileiro para construir um novo rumo para o Brasil e a luta pela paz mundial – contra a guerra imperialista que ameaça os povos.

